

A CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A (particip)ação no Espaço Público para a Pertença e a Regeneração das Cidades

Ana Filipa Figueira Santos

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura



FCTUC, Departamento de Arquitetura, fevereiro de 2018



A CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A (particip)ação no Espaço Público
para a Pertença e a Regeneração das Cidades

Ana Filipa Figueira Santos

no tema

Cidade e Reabilitação Urbana: entre o
Planeamento Institucional e as Ações de
Cidadania

orientado por

Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro

001 **Um olhar sobre o passado e o futuro**

Morre lentamente quem destrói o amor-próprio, quem não se deixa ajudar; quem passa os dias a lamentar-se da sua desventura ou da chuva incessante. Lentamente morre quem abandona um projeto antes de o iniciar, quem não faz perguntas sobre temas que não conhece, que não responde quando lhe perguntam alguma coisa que conhece. Evitemos a morte em pequenas doses, recordando sempre que estar vivo exige um esforço muito maior do que o simples facto de respirar.

Martha Medeiros

novembro de 2000

Aos meus pais e à minha irmã, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento do trabalho, começo por agradecer à Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro, que me orientou neste processo, pelo constante acompanhamento na construção da ideia e da reflexão sobre a cidade e a cidadania, que foi essencial para colocar o conhecimento adquirido aos longos destes anos como uma ferramenta útil na cidade.

É oportuno agradecer neste momento ao Arquiteto Ricardo Rodrigues que me recebeu em Guimarães, me apresentou a cidade e com quem pude falar sobre o papel mediador e social de um arquiteto, onde me disse a propósito da participação: “antes pelo contrário, isso tem tudo a ver com Arquitetura”!

Deixo também um agradecimento aos professores do Departamento de Arquitetura que ao longo do curso marcam a nossa formação como arquitetos(as) e a maneira como olhamos o mundo. Lembro igualmente os não docentes que dia após dia estão atentos aos nossos pedidos e dúvidas, sendo frequentemente peças chave no funcionamento do Departamento.

Um agradecimento aos meus colegas com que pude sonhar um mundo melhor, colocando-o em prática no dia-a-dia da nossa atividade, em especial à Beatriz, à Jael e à Margarida que, mais do que colegas de carteira, foram verdadeiras *cheerleaders* “essenciais”.

Aos meus amigos do Instituto Universitário Justiça e Paz e do SPES, por me ajudarem a procurar como me posso pôr ao serviço do outro com o que tenho e sou. Obrigada.

E por fim, à minha família, o berço, por apostar na boa formação sem deixar que isso me faça esquecer a dignidade da pessoa humana por si mesma, motivando-me a não me deixar levar pelas dificuldades. Pai, mãe, Rita, “avó”, tias e tios, primos, afilhado: obrigada!

Esta dissertação segue o Acordo Ortográfico de 1990 da Língua Portuguesa e a norma APA (Associação Americana de Psicologia) para as referências utilizadas neste trabalho.

RESUMO

A participação e o envolvimento da população, particularmente nos processos de regeneração das cidades, fazem parte de um objetivo democrático apoiado como metodologia por entidades a nível internacional, como a ONU (Habitat III), e desenvolvido na teoria do planeamento desde os anos 60. A cidade deve ser objeto de discussão entre arquitetos e urbanistas, decisores políticos e as próprias comunidades, especialmente quando se trata de intervenções sobre o Espaço Público pela relevância que este detém na construção do sentimento de pertença das populações.

A fim de compreender a importância do Espaço Público, especificamente da sua discussão e construção, no envolvimento e na autoestima das comunidades, reunimos um conjunto de casos, entre a Europa e a América Latina, que procuraram aplicar um processo participativo no desenho das soluções. Desta análise retirámos o contexto, o processo e os impactos na população em cada caso, servindo de base para a definição de algumas linhas guia para o envolvimento das comunidades e do governo local na procura da democratização do espaço.

Este trabalho enfatiza a importância dos Espaços Públicos e dos equipamentos coletivos na estruturação de um espaço social comunitário e de inclusão nas cidades, reafirmando o papel social da arquitetura, enquanto disciplina que estuda e propõe experiências sociais através da conceção do espaço físico, propondo novas abordagens de trabalho.

Questão?

Pode a cidade construir a cidadania, através de processos participados?

Palavras-chave:

Cidade; Cidadania; Espaço Público; Participação; Planeamento Participativo.

ABSTRACT

The population's participation and engagement, especially in the cities' regeneration, are part of a democratic purpose recommended as methodology by international entities such as UN (through HABITAT III) and developed in the Planning Theory since the 60s. The city should be the subject of discussion between architects and town planners, politicians and communities, especially when changes are made in the Public Space because of its relevance to populations' sense of belonging.

In order to understand Public Spaces' importance (its discussion and its construction) in communities' engagement and self-esteem, we have gathered a series of cases between Europe and Latin America, that tried to go through a participatory process in the design of new solutions. For each case, we have explored the context, the process and the impacts on the population. This analysis was the basis to define some guidelines for the involvement of communities and local governments in seeking for the urban space's democratization.

This work emphasizes how important are Public Spaces and Collective Equipments in structuring a social space of community and inclusion in cities, reaffirming architecture's social role as a subject that studies and proposes social experiences through space design, suggesting new work approaches.

Key-words:

City; Citizenship; Public Space; Participation; Collaborative Planning.

SUMÁRIO

VII	AGRADECIMENTOS
IX	RESUMO
XI	ABSTRACT
17	Introdução
27	1. A cidade na construção da Cidadania
27	A cidade, espaço e comunidade
37	A cidadania, identidade e pertença
43	A cidade e a cidadania
49	2. A participação na reabilitação da cidade
49	Participação na coisa pública
65	Algumas fragilidades que dificultam a implementação de uma política mais participada
71	O “movimento entre” na regeneração do urbano
79	O espaço público como o lugar
85	3. Caderno de estudo: 7 experiências em dez anos
89	A Rua como um espaço partilhado
99	Cozinha Comunitária das Terras da Costa
111	Favela Painting Project
123	De Luchtsingel
137	Bairro da Mouraria
149	Espacios de Paz
157	Praça do Toural
167	4. Um guia para bons processos participados
187	Considerações Finais
CCIII	REFERÊNCIAS
CCXVII	ÍNDICE E CRÉDITOS DE IMAGENS

INTRODUÇÃO

As iniciativas que partem da ação do cidadão contribuem para desenvolver uma reabilitação participada das cidades, promovendo a organização das comunidades por um objetivo de intervenção que estimula o sentido de cidadania das populações. É inegável a relação entre a valorização dos espaços urbanos antigos, ou a sua marginalização, com a autoestima e sentimento de pertença. A pertença local, promovida pela forma como se participa na cidade, tem um impacto forte na experiência da cidadania e fomenta a responsabilidade social sobre a cidade.

Neste trabalho procuramos desenvolver uma reflexão sobre como a cidade pode favorecer a construção da cidadania através de processos participados na transformação do Espaço Público como ferramenta de democratização do poder local e um valor positivo para a vivência em sociedade.

De forma a cumprir este resultado, definimos quatro objetivos desenvolvidos ao longo da dissertação. Primeiro, compreender a relação entre cidade e cidadania, a dimensão de cada conceito, a sua origem e referência, bem como a transformação dos mesmos ao longo dos séculos, em especial séculos XX e XXI. O segundo objetivo reitera a participação como fundamental na relação entre cidade e cidadania, sobre as quais é relevante o envolvimento do cidadão comum, que procurámos fundamentar e compreender também no planeamento do espaço urbano.

Para complementar esta abordagem mais teórica, definimos como outro objetivo compreender o Espaço Público como o local onde se concretizam os temas explorados. Assim, através da sistematização e comparação de algumas experiências que promovem o envolvimento e a participação da comunidade, observámos como a iniciativa cidadã e a institucional, algumas vezes em articulação, podem melhorar o sentimento de pertença das populações e a sua autoestima. Por fim é também um dos objetivos deste trabalho propor um conjunto de linhas que sirvam de guia para desenvolver iniciativas deste tipo, inspirando novos processos participados.

Com estes objetivos, esta dissertação pretende sensibilizar a intervenção de todos para o bem comum, onde a falta de um cidadão que seja é negativa para a comunidade. Também queremos exortar o poder local a apoiar e a integrar as ações de cidadania na gestão das suas cidades para um governo sustentável das mesmas.

Assim, este trabalho organiza-se em quatro capítulos, que procuram evoluir de uma abordagem teórica sobre a cidade e sobre a participação para uma apresentação de casos e um guia de boas práticas.

No primeiro capítulo, organizámos uma apresentação que procura compreender como o desenvolvimento tecnológico do séc. XX se associa à evolução da morfologia das cidades e do comportamento em sociedade, sendo que um e outro se influenciam mutuamente. A cidade e a cidadania revelam-se neste capítulo intimamente ligadas pela construção de uma identidade e uma pertença ao lugar, que desenvolvem um compromisso na atuação sobre a cidade como método de construção da cidadania, apesar da fragmentação das comunidades.

O segundo capítulo é essencial para compreender a participação como o tema central na relação cidade-cidadania. Numa fase inicial, explicamos o seu enquadramento histórico (com referência às teorias do final do séc. XX), os instrumentos existentes para a participação institucional e os impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação. Esta primeira parte do capítulo termina com uma reflexão sobre as fragilidades que impedem a implementação de políticas de envolvimento do cidadão.

Na segunda parte deste capítulo, focamo-nos no uso da participação como método de reabilitação das cidades através de processos *bottom-up* ou parcerias. A reabilitação é entendida neste trabalho como uma atitude regeneradora no sentido de dar nova vida ao território e à comunidade residente, que necessita de uma ação especial do(a) arquiteto(a). Esta reflexão termina com o reconhecimento que o Espaço Público é o lugar por excelência do encontro na cidade, onde os valores da cidadania se constroem e promovem.

O objetivo do terceiro capítulo é reunir casos de intervenção que promovam a cidadania ativa e o compromisso das populações, desde a iniciativa cidadã à do governo local. Por se tratar de um capítulo especial no desenvolver do trabalho optámos por denominá-lo *Caderno* como sendo uma coletânea dos oito casos recolhidos. Em cada caso descrevemos o contexto, o processo e o resultado da intervenção. Assim, o *Caderno* pretende responder de forma pragmática ao desenvolvimento de cada caso sem procurar relacioná-lo diretamente com os temas e a reflexão anterior.

Este *Caderno* de experiências permite-nos uma leitura comparativa das características individuais de cada caso como apontamentos. Este foi organizado na linha de pensamento “*entre as ações de cidadania e o poder institucional*”, ilustrado genericamente pela justaposição *bottom-up*. Esta linha permite perceber o enquadramento de cada um em relação à participação e não está necessariamente associada à avaliação dos impactos.

O nome *Caderno* e o tratamento gráfico diferente nas margens (que cria uma mancha distinguindo este capítulo) e no cabeçalho de cada caso (que evidencia de forma sintética a localização, os promotores e a data, de forma a orientar o leitor) procura evidenciar uma intenção específica deste capítulo no trabalho. Com este pretendemos observar a prática de iniciativas que promovem a identidade e a pertença, procurando recolher nos resultados a mais-valia para as comunidades, como é defendido ao longo do texto.

Os casos recolhidos centram-se fundamentalmente no Espaço Público com a intenção de reconhecer neste o coração da sociedade, como o enquadramento inicial confirmou. Sendo o trabalho uma dissertação sobre a *Cidade na construção da Cidadania* reconhecemos que o Espaço Público é o lugar de permanente construção ao longo da evolução da cidade, alterado diariamente com o uso e os fluxos. Por isso, a participação é a marca fundamental do funcionamento destes e pode ser também o modo de os planear, gerir e reabilitar.

Foram escolhidas oito experiências entre a América Latina e a Europa, sendo que três são portuguesas. Ao longo da investigação deparámo-nos com outras iniciativas que poderiam constar neste *Caderno*. No entanto, as escolhidas revelam individualmente características particulares importantes na construção do fio condutor sem repetir o tipo de promotor e o programa.

Por fim, o quarto capítulo é um guia com 6 estratégias de atuação essenciais para o sucesso das iniciativas promovidas tanto pelo cidadão comum como pelo poder local. Este *Guia* funciona como uma chave de leitura que relaciona o *Caderno* com os temas aprofundados na primeira metade do trabalho. Em cada eixo pretendemos explicar a sua pertinência, recordando os temas do capítulo 1 e 2, e encaminhar cada ideia para uma aplicação prática ilustrada nos exemplos recolhidos, bem como outros que se considerem igualmente relevantes.

A metodologia adotada começou pela recolha bibliográfica que suporta a investigação teórica sobre a cidade, a cidadania, a sua relação ao longo da evolução técnico-social, e o espaço público, bem como sobre a participação enquanto instrumento democrático e tema de planeamento. Para além da área da Arquitetura e do Urbanismo, procurámos suportar a investigação também nas Ciências Sociais, através da leitura de monografias, teses de doutoramento e artigos sobre a pertença, a cidadania, a democracia e a participação (onde se incluem algumas teses de Direito). Os artigos e livros consultados datam entre os anos 60-90 e investigações recentes ou a decorrer.

A recolha referente às experiências reunidas no *Caderno* sobre a atuação no Espaço Público foi feita essencialmente nas páginas oficiais dos movimentos e/ou grupos envolvidos, em artigos de jornal (em papel ou virtual), documentários e vídeo curtos, relatórios e livros, quando possível. Estes dados foram reunidos com um critério

amplo com o único propósito de recolher o máximo de informação sobre o processo e os impactos na comunidade.

Paralelamente à investigação, a participação no Congresso Internacional “*Projetar a cidade com a comunidade*”, em Lisboa, e na 2ª Edição do *Projeto Há Baixa*, em Coimbra, possibilitou um contacto próximo com outros investigadores e alunos interessados na mesma área. Sem dúvida, estas oportunidades enriqueceram a aproximação ao tema, demonstrando a sua atualidade e pertinência, e permitiram uma experiência prática particularmente na comunicação e atuação com os residentes e lojistas da Baixa de Coimbra, com o *Há Baixa*.

Também foi possível no dia 19 de janeiro de 2018 realizar uma visita a Guimarães onde, com o Arq. Ricardo Rodrigues, da Câmara Municipal local, foi discutida a vocação do trabalho do arquiteto enquanto funcionário do governo local, debatendo-nos sobre a ética e o dever da profissão. Esta conversa entre um profissional na área e uma estudante de arquitetura ajudou a cimentar objetivos que ao longo da formação se foram tornando essenciais para a prática futura. Objetivos que são defendidos neste trabalho, como a ética e a participação.

Deste modo foi possível compreender a pertinência da reflexão a que o trabalho se propõe e definir algumas referências essenciais para o estado da arte. No final do séc. XX e na mudança para o novo milénio, a explosão na construção, as mudanças tecnológicas e o desenvolvimento das comunicações mudaram para sempre o modo como se vive a (e em) cidade. A reflexão sobre o futuro das cidades e a forma como se vive em ambiente urbano é multidisciplinar. O livro *Metapolis: acerca do futuro da cidade* (Ascher, 1998), assim como o *Novos Princípios do Urbanismo* (Ascher, 2004), serviram de referência na compreensão dos desafios destas mudanças para as zonas urbanas, particularmente na sua forma e relação com outras cidades e o território envolvente, que Manuel Castells (2004) refere como o território urbanizado.

A par do crescimento urbano fragmentado e desinspirado que referimos, a cidadania sofre uma alteração da esfera local para a nacional e depois para a global (Borja, 2002) que enfraquece o sentimento de pertença já fragilizado pela urbanização vigente. Daniel Innerarity (2010) reflete sobre as atuais circunstâncias das cidades, devido à expansão da globalização, para propor uma reinterpretação do espaço público enquanto espaço político relacionado diretamente com a cidade e a cidadania, o que vai ao encontro do pensamento de Engin Isin (2005) sobre o cidadão enquanto ser político.

Para além destes, a investigação desenvolveu-se a partir de outros documentos como a *Nova Agenda Urbana* (UN, 2016a), os *Documentos Temáticos do HABITAT III* (UN, 2015), bem como os relatórios anuais sobre o desenvolvimento urbano (UN, 2016b), de forma a ter uma visão dos desafios reconhecidos pela organização

mundial e assumidos nos compromissos entre os Estados. Entre estes compromissos sublinhamos a procura de uma abordagem inclusiva e participada sobre o território, através da criação de Espaços Públicos de qualidade.

Deste modo, o Espaço Público é reconhecido como o elemento central na relação cidade-cidadania. Jan Gehl é o autor mais referenciado que faz esta ligação inegável e propõe métodos de estudo sobre o comportamento das pessoas na utilização dos espaços de modo a possibilitar uma atuação mais sensível por parte da Arquitetura (Gehl, 2006, 2011, 2015; Gehl & Gemzoe, 2002; Gehl, Svarre, & Steenhard, 2013). Álvaro Domingues reconhece também o papel do Espaço Público enquanto “elemento formal e funcional da cidade” que hoje suscita muitas dúvidas e ansiedades na ideia de cidade (Domingues, 2009, p. 124).

A participação e o planeamento colaborativo são metodologias defendidas no final do séc. XX (Arnstein, 1969; Healey, 1997) a par das reivindicações de direitos básicos como forma de integrar e promover a cultura democrática no Estado e nas populações, também na atuação sobre o território. A *communicative action* (Habermas, 1987) responde diretamente às possibilidades da comunicação como forma de aproximar o governo e a população, de modo a fortalecer a participação e o envolvimento de todos esbatendo os níveis na sociedade. Com Judith Innes e David Booher reconhece-se as vantagens que a participação e a colaboração podem ter na legitimidade e na capacidade de resposta do governo local na gestão urbana hoje (Innes & Booher, 2003).

Assim, no final de um ciclo de estudos em Arquitetura, este trabalho pretende contribuir para o aprofundamento da profissão a nível pessoal. A participação e o envolvimento do cidadão comum na atuação sobre o território pedem um exercício da arquitetura com um papel mediador entre todas as vontades na procura do interesse comum. Esta dissertação pretende ser um contributo para que o trabalho do(a) arquiteto(a) reúna o pulsar da comunidade para a qual trabalha e saiba articular a formação académica com a participação da população.

A leitura da Função Social do Arquiteto (Filgueiras & Almeida, 1985), no início do Seminário de Investigação, resumiu a questão que crescia em mim desde a entrada no Ensino Superior: “qual o contributo que posso ter na sociedade em que vivo?”. No nosso programa curricular, a atenção à história, à teoria, ao desenho e ao projeto parece descentrar esta procura, mas, chegado este trabalho final, estas ferramentas são o modo como olho o mundo, e em particular a minha cidade. A procura pelo envolvimento, pela participação e pelo compromisso é uma obrigação que decorre do entendimento do mundo como a casa comum, sobre a qual a minha formação me convida a gerir e a dedicar-me conforme o meu conhecimento.

1. A CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A fixação do Homem pelo território propaga-se em núcleos urbanos aos quais denominamos genericamente de cidades. A (co)habitação desenvolveu o sentido de comunidade (de cidadania) que se alargou ao conceito nacional de pertença. Através de pequenos núcleos de identificação (que se entrecruzam pelo território) desenvolve-se o conceito de *casa comum*¹. A pertença concretiza-se, por isso, na discussão da coisa pública, na tomada de decisão e na corresponsabilidade no território.

Com autores como François Ascher, Manuel Castells, Engin Isin, Jordi Borja e Jan Gehl, vamos procurar neste capítulo correlacionar temas como cidade, urbanização, cidadania, território e espaço público, para iniciarmos a reflexão sobre o papel da participação na gestão do que é público, para um Desenvolvimento Urbano Sustentável (*Nova Agenda Urbana* das Nações Unidas – HABITAT III).

Interessa neste trabalho referir esta base socio-antropológica, que fundamenta a expansão das cidades e a fragmentação de comunidades, para de uma forma crítica podermos observar nos capítulos seguintes a demanda por uma participação e uma cidadania renovada.

A cidade, espaço e comunidade

O termo *cidade* remete para uma classificação que tem em conta alguns critérios, como o número de habitantes, a área geográfica ou a relevância histórico-cultural do edificado. Entende-se que uma cidade será um centro governativo e de serviços de determinada área e, como tal, supõe-se que esta se organize de forma plural e inclusiva pela diversidade de residentes e outros atores sociais. Assim, poderemos entender a cidade como uma “*comunidade de comunidades*”² onde converge a unidade e a diversidade. Reconhecemos, portanto, que o planeamento urbano é a única ferramenta do governo da cidade a lidar diretamente com esta dualidade, que nos espaços urbanos se concretiza e torna real. Uma das crises de vocabulário que existe

¹ A ideia de *casa comum* é defendida como forma de entender que o mundo, ou seja, o território, é um compromisso de todos. O Papa Francisco (2015) defende o cuidado da casa comum, onde convoca “*toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral*”. Também Álvaro Domingues entende que casa comum implica “*a relação sociedade/ território de modo dinâmico e reflexivo; nem uma nem outra são objectos ou totalidades discretas, ou sujeitos de uma relação de tipo mecanista*” (Domingues, 2015, p. 26)

² Castells (2004) também refere *cidade de cidades* como “*múltiplos núcleos urbanos en una red de intercambios cotidianos que hace de esa realidad metropolitana el hábitat típico de nuestra civilización*”.



002 A implantação de Brasília

no urbanismo, do final do séc. XX, deve-se essencialmente à mudança de paradigma no modo como o ser humano vive em sociedade e se reconhece enquanto indivíduo e não como parte de um grupo. François Ascher (2004) volta ao Renascimento para mostrar como na Europa a ideia do “eu” enquanto centro do entendimento do mundo progrediu para uma organização de sociedades que “*separam e reúnem indivíduos e não grupos*” (Ascher, 2004, p. 24).

Este modo de entender o Homem progressivamente vai dando forma às cidades que hoje geram desafios na gestão urbana pela dispersão. Entre os anos 20 e 70, o ideal modernista da separação de funções acentuou a vivência social que refere Ascher, deixando marcas no território e no desenho urbano das cidades³. Estas respondiam às necessidades da evolução tecnológica na troca de bens e informação, e também da mobilidade, onde o carro desempenha um papel central no tecido urbano. Ao longo do tempo, a possibilidade de uma deslocação rápida em carro privado ou coletivo relativizou a importância da proximidade (onde se desenvolve a vida familiar, profissional e social) dando espaço à ideia modernista da separação de funções e flexibilidade de horários. Isto possibilitou o aumento das distâncias, contribuindo para a expansão do urbano levando à ténue distinção entre o rural/urbano (Ascher, 2004, p. 63) e construindo um território urbanizado (Castells, 2004), socialmente disperso e de difícil coesão.

A expansão das cidades em grandes eixos e a criação de novas zonas habitacionais nas periferias, dependentes do centro para o emprego e o acesso a serviços, definiu muito do desenvolvimento das cidades, em particular as europeias no pós-guerra. Depois do apogeu do movimento moderno, a transformação – tecnológica e social – acelerada, não encontrou novas ferramentas de urbanização que a acompanhassem. Com isso, assiste-se a uma alteração significativa a nível do território, na relação da cidade com as zonas urbanas periféricas que a serviam, enquanto centro de importância superior (Ascher, 1998, p. 61).

A cidade passa a ser o ponto de acesso ao global, compreendendo-se como centro metropolitano (Ascher, 1998), decorrente do desenvolvimento económico e da globalização. François Ascher dá o nome de *Metapolis* a um sistema urbano com grande densidade populacional onde a quase totalidade ou mesmo totalidade dos habitantes depende de uma metrópole para o emprego, habitação e outros serviços, formando-se de uma malha heterogénea de espaços contíguos (Ascher, 1998, p. 16). Embora esta definição não possa ser exportada para todos os contextos diretamente, compreendemos que estamos perante um território de interdependências onde as cidades de referência estão integradas no quotidiano de outras zonas urbanas e que, por isso, têm impacto naquilo que são os fluxos e o sentimento de pertença.

³ Brasília (002) é um exemplo claro do pensamento moderno sobre a cidade: dois eixos principais que distribuem as zonas funcionais de escritório e habitação. No centro localiza-se o poder da cidade capital.

Esta transformação das cidades e territórios repete-se a nível internacional, com consequências mais dramáticas nos países com um grande crescimento populacional, gerando grandes assimetrias na sociedade. A Organização Mundial das Nações Unidas tem protagonizado a investigação e a discussão das vivências e consequências da forma urbana a nível mundial, bem como sugerido normas e orientações que visam uma ação concertada acerca do futuro das zonas urbanas. Esta dilatação e dispersão das cidades confere um problema grave para a gestão dos recursos, tanto pela falta de qualidade de vida dos seus habitantes como pelos custos elevados no fornecimento de serviços. Outro dos problemas é o gasto em transporte privado, entre outros, contribuindo para a poluição ambiental. Em suma, um território sem planeamento reflete uma gestão nacional e local descuidada, e que tendencialmente compactua com desigualdades sociais (UN, 2015, p. 3).

De forma a guiar o desenvolvimento de programas nacionais e locais que visem agir sobre as cidades, dado o seu crescimento rápido e desconcertado, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou em 1975 um Programa para os Assentamentos Humanos. A partir do ano 2000, com a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000), as Nações Unidas tomaram novo entusiasmo e criaram uma secretaria – UN HABITAT – que alerta para a questão da cidade, desde o património e a reabilitação dos centros históricos, como também do tecido urbano e social. Em 2016, o Habitat III⁴ regista, em forma de documento, o compromisso atual dos Estados-membros na procura de novas formas de planeamento e urbanização que visem *“promover a inclusão e assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminações de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis para fomentar prosperidade e qualidade de vida para todos”* (UN, 2016a, p. 5), passando do urbano ao tecido social.

A Sociedade em Rede, conceito avançado por Castells (2005) que corresponde ao contexto histórico que vivemos, está ligada à globalização pela difusão que a internet obriga entre o local e o global. Este tempo novo repropõem uma organização social que não está circunscrita nos limites geográficos, mas em redes de partilha, interesses e relações, que descentraliza a organização da sociedade da Era-Industrial (Castells, 2005). O indivíduo vive, hoje, uma tensão entre a vida privada, profissional e social, com diferentes expectativas e necessidades. Castells escreve justificando a necessidade de um governo global com este novo paradigma de sociedade: *“Como a sociedade em rede é global, o Estado da sociedade em rede não pode funcionar única ou primeiramente no contexto nacional”* (Castells, 2005, p. 25). Assim as Nações Unidas

⁴ Em 2016, as Nações Unidas realizaram em Quito a 3ª Conferência sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos – HABITAT III – da qual saiu a *Nova Agenda Urbana*, documento que resume os compromissos dos Estados-membros para uma cidade sustentável, inclusiva e partilhada por todos, como resposta à preocupação do aumento para o dobro de população mundial a viver em assentamentos urbanos até 2050.



003 Alguns dos contributos da proposta *A wish for my city - 2017*

respondem à necessária articulação entre o local e o global imposto pela globalização. O compromisso global não retira a necessidade de uma ação nacional ou local, mas de uma forma geral estas, por estarem associadas a esquemas de organização históricos, têm mais dificuldade em se adaptar a uma governação horizontal. Não existe um governo mundial, enquanto estrutura porque talvez não exista capacidade para atravessar os limites geográficos de organização social e territorial (Castells, 2005). No entanto, tem sido na troca entre o indivíduo e a rede global que se tem inspirado o redesenhar do sistema governativo motivado pela organização da sociedade.

Para responder aos objetivos, a leitura da *Nova Agenda Urbana* defende a reinterpretação do local e das relações de proximidade, o que vai ao encontro das preocupações ambientais – como a poluição pelo uso excessivo dos transportes – como também dá resposta ao enfraquecimento do racionalismo e funcionalismo, abrindo espaço para a valorização do comum, da interação social, do lazer e da recreação. Através dos temas da *Nova Agenda Urbana* compreendemos o enquadramento temático e o que está a ser proposto a nível internacional sobre a participação para ter uma concretização a nível local para as cidades.

A *Nova Agenda Urbana* promove essencialmente a adaptação estrutural das administrações locais para que possa existir uma maior participação da comunidade local, associações e privados na tomada de decisão, particularmente sobre a política urbana e territorial. Deste modo, reconhece-se a diversidade e complexidade da *questão urbana* (Castells, 1983) nos seus múltiplos atores e intervenientes como o poder local, as instituições públicas, os residentes, organizações/associações locais e internacionais, lojistas, proprietários, restauração, redes hoteleiras, bancos, artesãos, entidades nacionais e supranacionais, grupos religiosos, entre outros. As Nações Unidas propõem uma leitura desta realidade diversa dos atores para a exploração de metodologias que contrariem a radicalização ou a indiferença entre eles.

O *modus operandi* do HABITAT III estabelece como necessário, para além de um entendimento entre os Estados, o envolvimento da população em geral para a divulgação da Agenda e discussão dos seus temas. Nesse sentido é possível através da sua página na Internet ter acesso fácil e intuitivo aos documentos da Agenda, bem como um local onde o utilizador pode adicionar o desejo para a sua cidade (em 2017). De forma a envolver outros cidadãos na discussão da *Nova Agenda Urbana*, criando oportunidades para que as comunidades de cada país possam aproximar-se do tema do Desenvolvimento Urbano Sustentável a nível local, o Secretariado do HABITAT III disponibiliza um kit para a promoção de três eventos:

- *Urban Breakfast*: funciona em estilo de conferência e o secretariado sugere que não ultrapasse as duas horas, entre o registo e o final da sessão. Das ferramentas propostas pela equipa, esta é a mais utilizada⁵ para envolver os cidadãos interessados nos assuntos da Agenda durante o processo e ainda depois da conferência em Quito 2016. O tema a discussão deverá adequar-se às perspetivas locais do problema urbano e interligar com as linhas do HABITAT III, envolvendo os governos nacionais e locais, as instituições públicas como a universidade, as populações, o sector privado e demais envolvidos. A conversa desenrola-se com a ajuda de um mediador que orienta a discussão e perguntas entre os oradores convidados e a audiência. A organização do evento tem a ajuda do secretariado, na escolha dos oradores, na receção das inscrições e nos lembretes para a divulgação do evento. No final a organização deve enviar um texto para a imprensa e fotografias do evento para que a comunicação ajude a criar uma comunidade global.

- *Urban Walk*: esta proposta passa por elaborar um itinerário na cidade que possa ser feito em noventa minutos e que leve os participantes a conhecer situações de sucesso no planeamento e governo urbanos, e no envolvimento e intervenção da comunidade. O público principal são os responsáveis pelo governo da cidade e os principais atores da sociedade civil de modo a sensibilizar para as iniciativas *bottom-up* que surgem na cidade espontaneamente. O secretariado sugere dez temas⁶ que podem ser explorados no percurso, sendo necessário que pelo menos um seja abordado no desenvolvimento do guião da visita. À semelhança do *Urban Breakfast*, o secretariado apoia na gestão e confirmação dos inscritos e pede o registo áudio de cada ponto do percurso com o propósito de disponibilizar um guia para que qualquer interessado possa fazer a visita por si com a ajuda da informação disponibilizada.

- *Urban Journalism Academy*: esta ação de formação dos media tem como horizonte claro a utilização das redes de comunicação e informação como aliados na mudança, uma vez que têm impacto numa audiência maior e diversificada. O HABITAT III reconhece o papel dos agentes de comunicação na transmissão de informação sobre a realidade da cidade, promovendo o debate e a voz dos marginalizados, por isso pede o envolvimento destes profissionais na difusão dos objetivos da agenda a

⁵ Nova Iorque, Bruxelas, Quito, Genebra, Paris, Washington D.C., Porto, Curitiba, Londres, Nairobi, Madrid, Santo Domingo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, São Salvador, Cidade do México, Roma, Barcelona e Varsóvia são algumas das cidades que dinamizaram o *Habitat Urban Breakfast*, entre 17 de dezembro de 2015 e 13 de junho de 2017.

⁶No HABITAT III, retirámos estes temas: The Right to the City and Cities for All, Socio-Cultural Urban Framework, National Urban Policies, Urban Governance, Capacity and Institutional Development, Municipal Finance and Local Fiscal Systems, Urban Spatial Strategies: Land Market and Segregation, Urban Economic Development Strategies, Urban Ecology and Resilience, Urban Services and Technology, Housing Policies (Habitat3, 2018).

um nível internacional, nacional e local, promovendo a democratização deste guia, estimulando a participação dos que estão geralmente fora da procura de soluções por distanciamento da linguagem. O secretariado propõe um evento de três horas, dividido em três partes, que envolva personalidades de referência no jornalismo local ou nacional, e casos de estudo que possam ajudar a perceber a aplicabilidade dos desafios lançados aos media. É pedida a transmissão em direto do evento e uma sistematização dos resultados do encontro com os membros do secretariado.

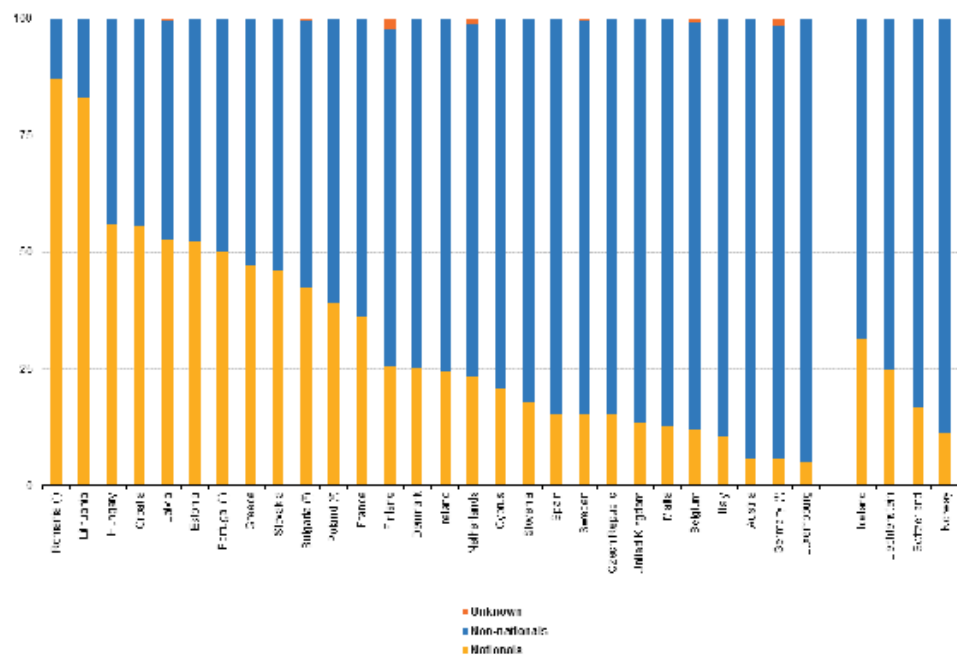
A cidadania, identidade e pertença

Na tradição greco-latina, reconhece-se etimologicamente que *cidadão* deriva da palavra *cidade*, referindo-se àquele que dela faz parte por nascimento, ou que nela participa. Do grego, a *polis* (de onde deriva a palavra política) refere-se à comunidade organizada numa estrutura urbana delimitada e com a identificação de um centro de referência e poder. Do latim, a *civitas*, que resulta em *cidade*, alude diretamente ao corpo social que os *cives* (cidadãos) formam, com direitos e deveres que os unem no comum, ou entidade pública, e do qual podem ser admitidos ou rejeitados.

Assim, de uma forma indelével, está gravado no ADN da composição dos Estados estas referências da história antiga que se expressam no modo de agir político e na organização espacial dos seus territórios. Se da tradição latina retiramos a noção de República (*res publica*), como uma organização na qual uma parte da sociedade, com estatuto para a esta pertencer, governa o comum, a coisa pública; por outro lado, na tradição grega referimo-nos a Democracia (*demos* – pessoas; *kratos* – poder) que, embora não incluía mulheres, nem estrangeiros ou escravos, se assume como o regime da multidão dos pobres, dos muitos da sociedade, envolvendo todos os níveis sociais na discussão do governo da cidade (Isin, 2005). Desta forma, reconhecemos que a cidade, na génese greco-latina, tem um impacto forte na estrutura da sociedade para além da forma urbana.

Engin Isin (2005) propõe a interpretação da cidade como uma *máquina da diferença*, não só na sua organização física, mas principalmente no seu governo e atuação, que se influenciam mutuamente. Por isso não surpreende que as grandes revoluções tecnológicas e sociais que se deram nos últimos dois séculos, como referimos anteriormente, tenham alterado a urbanização das cidades contemporâneas e, mais recentemente, a sua própria gestão e o envolvimento dos seus cidadãos.

A ação e a representação políticas têm vindo a ser alvo de reestruturação, particularmente no período posterior à 2ª Guerra Mundial. Embora de forma lenta, assistimos na Europa ao abandono da ideia do Estado que decide e age de forma impositora, iniciando-se uma procura de cooperação com os privados, organizados



004 Relação entre residentes nacionais e não-nacionais nos países europeus

ou não em grupos socialmente fortes, na formulação de escolhas administrativas (Correia, 2001, p. 250-259). Dá-se, deste modo uma primeira revisão do sistema de Administração Pública que englobará a participação como algo necessário e previsto por lei na decisão e ação política das décadas seguintes.

A procura pelo poder sobre a coisa pública, que é o território, é a grande causa das lutas entre classes e níveis culturais, económicos ou sociais. A luta remete para o direito ao uso, ao acesso e às oportunidades que estão inerentes à cidade, à sua organização, ao sistema de transportes, redes civis, centros económicos, entre outros. *“Não reclamam, as massas, porque se vejam privadas de participação no Parlamento, no Executivo ou no Judiciário: o que as mobiliza é a privação do essencial para a vida [...]”* (Ribeiro, 2000, p. 18-19).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, observamos uma centralização do poder, passando da gestão local para a nacional, o que compôs a ideia de Estado-nação (Borja, 2002) que teve consequências na desvinculação entre cidadania e cidade. Segundo Borja, esta cidadania que se configurou no séc. XX não tem uma aplicação prática positiva pela forma homogénea com que olha os grupos sociais, consequência da concentração governativa e, em simultâneo, dos diversos sistemas em que o indivíduo se inscreve (Freitas, 2001, p. 52). Se por um lado, Borja aponta a ambiguidade do conceito atual de cidadania na difícil aproximação ao caso individual, por outro reconhece os limites deste mesmo conceito com a globalização.

O exemplo europeu na relação entre os diversos Estados-membros serve de argumento para defender uma cidadania (europeia) que se deve sobrepor à nacional, atribuindo *“os mesmos direitos e deveres a todos os residentes em qualquer país da União Europeia, independentemente da sua nacionalidade [...]”* (Borja, 2002)⁷. Esta reflexão de Jordi Borja sobre a cidadania vai ao encontro da reconhecida relação entre a experiência territorial e cultural e o sentimento de pertença a determinado lugar. A experiência da cidade leva à prática da cidadania, no sentido em que transformamos os territórios por onde nos movemos e em que habitamos. Nessa aceção, o conceito que temos de cidadania pode ser demasiado fechado para compreender plenamente o objetivo desta investigação, de que *a cidade constrói a cidadania*. Os limites do conceito devem-se à desvinculação da pertença territorial que, para além de ser uma consequência da centralização numa cidadania nacional, não tem comparação com as referências clássicas de cidadania que dizem respeito ao lugar de nascimento ou estatuto social.

⁷ Tradução livre. O original *“En el ámbito europeo sería suficiente establecer una “ciudadanía europea” que atribuya los mismos derechos y deberes a todos los residentes en cualquier país de la Unión Europea, independientemente de su nacionalidad. Sería suficiente añadir al artículo 8 del Tratado de la UE, que declara que “son ciudadanos europeos los que poseen la nacionalidad de un país de la Unión Europea”, un segundo apartado que dijera “también accederán a la ciudadanía europea todas las personas que tengan residencia legal en un país de la UE y que así lo soliciten.”* (Borja, 2002).

O entendimento da cidadania como uma identidade que se pode construir abre espaço a uma realidade flexível e experiencial, que se adequa mais facilmente aos desafios das cidades, onde a imigração e o drama dos refugiados trazem pessoas de diferentes contextos culturais e geográficos. Estas pessoas veem-se a habitar um lugar no qual não têm espaço na mesa da discussão sobre a cidade e sobre o sítio em que residem, colocando-as numa situação de não pertença, embora tenham a sua cidadania (nacionalidade). O conceito de cidadania tem a sua vocação na política (Freitas, 2001, p. 75) e, por isso, este não se pode fechar num contrato que serve a organização burocrática de um país.

Tem sido pela arquitetura, como estrutura intermédia entre a construção física e a construção legal, que se têm desenvolvido intervenções no espaço da cidade, na partilha de “*recursos, conhecimentos e experiências*” (Jiménez, 2017, p. 452), que têm em vista uma cidadania local cuja fronteira é apenas o limite definido pelo corpo humano. “*A cidade como método*” para a pertença (Jiménez, 2017) é uma realidade que sustenta a ideia desenvolvida nesta investigação.

Com esta reflexão, podemos propor um envolvimento na gestão territorial que reconheça que o cidadão não é somente aquele que habita, de forma legal e comprovada, a cidade, mas antes aquele que faz parte desta⁸. A reflexão de François Ascher sobre a *Metapolis* corresponde em parte a este sentimento de que, com a facilidade da deslocação, a experiência da cidade é maior que somente a experiência dos residentes, colocando em questão não só a cidadania e os valores da mesma, como também a própria política na sua ação e representação. Engin Isin (2005), por outro lado, com a sua reflexão “*the city is a crucial condition of citizenship in the sense that being a citizen is inextricably associated with being of the city*”, reitera uma condição que pede uma pertença local.

O sistema urbano, não sendo a origem das grandes questões que dividem a sociedade, é uma ferramenta que possibilita a experiência concreta dos valores da solidariedade, da integração, da justiça e da paz, bem como o seu oposto⁹. Daí ser relevante, dentro da Arquitetura e do Urbanismo, refletirmos sobre a ação no território, particularmente no planeamento das cidades e dos seus espaços públicos, no projeto da obra, na sua concretização e na forma como são acolhidos pela comunidade.

⁸ Com “*faz parte desta*” salienta-se a relação da pessoa com a cidade, nas relações de trabalho ou afetividade, ou seja, as pessoas que, habitando nos subúrbios, têm a sua referência na cidade. Não se pretende propor a ideia, também pertinente, da exclusão e segregação social nas cidades.

⁹ Como reconhece, também, todo o texto da *Nova Agenda Urbana* (UN, 2016a).



005 *“Every wall is a statement”* (2016) de Tiago Casanova
no Centro Histórico do Porto

Uma reflexão sobre o património perdido - Muralha Fernandina - evocando a duplicidade *“muros sociais”* que remete plenamente para o pensamento do espaço público como lugar de encontro em que a urbanização tem uma responsabilidade como desafia e recomenda o HABITAT III.

A cidade e a cidadania

Com óbvia consequência territorial pelo seu traço, a urbanização é uma ferramenta de união entre luta urbana e política (Castells, 1983, p. 499) que cria oportunidades de discussão através da experiência e do desenho, numa relação constante entre estratégia e realidade, mas ainda é pouco explorada para promover a dignidade de uma comunidade e a sua participação ativa¹⁰. A cidade pode ser ferramenta na construção de uma identidade que se cria pelo uso, pelo tempo e pelas vontades (Gehl, 2011, p. 41)

Bastará analisar-se algumas sociedades no uso dos seus Espaços Públicos¹¹ para compreender que tipo de cultura predomina em relação à gestão e planeamento do território, mas também na relação entre o indivíduo e a sociedade. No contexto europeu, particularmente dos países do sul pela génese greco-latina, os Espaços Públicos têm um papel central na constituição da sociedade; representam não só uma pertença coletiva, como também uma imagem de referência. Ou seja, o Espaço Público é por excelência a manifestação de um grupo na sua reunião e também na sua expressão.

Observam-se, certamente, movimentos semelhantes noutras culturas, associados a diferentes ritos sociais, particularmente com os edifícios-símbolo (religiosos, estatais, académicos). Contudo em relação ao Espaço Público como identidade coletiva e motivo de reunião heterogénea, a Europa localiza-se como exemplo singular, que influenciou muito particularmente a América Latina.

O Espaço Público complementa a esfera íntima numa comunidade, constrói identidade e pertença. O conceito *topofilia* (Tuan, 1980) ajuda-nos a compreender a relação inegável “*entre a pessoa e o lugar*” na procura do sentimento de pertença, desvinculados com o pensamento moderno no séc. XX. O modernismo centra a sua atenção no edifício-objeto pois é na autossuficiência deste que se desenha a cidade. O Espaço é pensado depois como a tábua em que acentam estes edifícios na vastidão do território livre (em que o edifício apenas pousa com pilares). Esta lógica inverteu o desenvolvimento anterior das cidades que correlacionava de forma mais direta a

¹⁰ Nos Documentos Temáticos da HABITAT III sobre Cidades Inclusivas reconhece-se inicialmente como “*a urbanização oferece um poderoso potencial para a mobilização social e liberdade de expressão, inclusive para os marginalizados e excluídos, e, também, para maior participação e influência na política*” realçando o papel dos governos locais como primordial “*fornecedor imediato de serviços*” e por isso principal responsável por colocar as suas ferramentas a favor dos mais frágeis socialmente. Ou seja, a exortação das Nações Unidas dirige-se aos governos locais para serem estes facilitadores e potenciadores da participação ativa de todos.

¹¹ Espaço Público entendido no sentido físico como uma zona específica destinada ao uso comum dos habitantes. Poderia, também, ser entendido num sentido mais lato como o território, que é sempre um Bem Público.

cidade e a cidadania, ou seja, a pertença e a urbanização: a *topofilia*. Na construção tradicional das cidades, a utilização de determinado caminho que unia dois lugares era a razão para se construírem edifícios-“*contentores de vida*” com multiplicidade de funções (Gehl, 2015b). Assim, a experiência pessoal e coletiva do espaço cria laços, significados e expressões muito diversos que estão associados ao movimento entre a esfera privada e a social, “*do lar para a praça pública*” (Tuan, 1980, p. 288).

A relação da cidadania com a cidade diz respeito à relação com a coisa pública. O adjetivo remete para algo que é do uso comum e não identifica um proprietário, ou seja, ao que é público não é conhecido quem lhe tenha a posse, no sentido do domínio. No entanto, o correto exercício da cidadania enquanto responsabilidade cívica pelo o que é comum dá sentido e propósito ao que é público. Assim sendo, a cidade para que não perca a sua vocação não deve deixar de incentivar este exercício pela discussão e planeamento ativos.

Por fim, admitimos que a ação sobre a cidade diz respeito ao cidadão, vinculando a sua pertença local, apesar dos múltiplos sistemas em que possa estar envolvido, tornando indissociável a relação entre a experiência local e a política, que move a revolução por um lugar na tomada de decisão. A cidade é, por tudo isto, o palco por excelência do exercício da cidadania local que gera sentimento de pertença, responsabilidade social e compromisso, envolvendo os cidadãos, bem como associações e privados.

Alberto Jiménez, em *Auto-construction redux: The City as Method* (2017), propõe-nos olhar para casos nas favelas do Rio de Janeiro e nas ocupações de El Campo de Cebada e Puerta del Sol para descrever um “*método*” e uma “*teoria para a condição urbana*”. Desta leitura da cidade informal, vislumbramos a capacidade do espaço de conter os limites da pertença e da relação social. E, embora este não tenha capacidade de impor comportamentos através da forma urbana, pode ser um estaleiro de permanente compromisso entre desenho e forma, temporário e desejo. Se por um lado as organizações institucionais têm dificuldade em incluir todos os participantes da (e na) cidade, o urbanismo consegue lidar em tempo real com a diversidade de pensamentos e culturas, com ferramentas táticas e temporárias, não como *voyeur*, mas com os *inputs* do uso das populações.

A evolução e transformação tecnológica são uma constante na contemporaneidade, sendo a mudança a única constante na cidade moderna (Ascher, 2004) colocando sobre o planeamento a necessidade de se tornar ágil na busca por soluções mais ou menos duradouras para os bloqueios da vida urbana. O avanço tecnológico permite hoje medir com diversas técnicas os fluxos pela cidade, a utilização dos transportes e dos equipamentos, tornando possível conhecer a cidade através dos seus usos para além da forma física. As chamadas *Smart Cities* apostam na recolha de dados eletrónicos que promovem cidades mais eficientes na organização do “*software*” da cidade como a rede de transportes, controlo do lixo, sistemas de informação, rede de escolas, bibliotecas, entre outros.



006 As *smart cities* procuram englobar vários temas para a competitividade das zonas urbanas de uma forma sustentável e inclusiva

Este é um gráfico da *Eurocities* que apresenta os vários indicadores que uma *smart cities* deve desenvolver com o objetivo de uma melhor qualidade de vida nas zonas urbanas utilizando a tecnologia recente.

Esta resposta ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e ao aparecimento da Sociedade em Rede, como designa Manuel Castells (2005), é um passo para a cidade global e uma ferramenta útil na participação do cidadão e na procura de soluções mais ágeis aos encontros e desencontros da vida urbana. O conceito *Smart City* e a sua aplicação tornam evidente o valor de uso da cidade que “*contrasta com a irreversível orientação para o dinheiro, para o comércio, para as trocas, para os produtos*” (Lefebvre, 2012, p. 18) e coloca à disponibilidade do utilizador uma rede de “*conhecimentos, técnicas e obras*” para uso. Assim, reafirmamos o valor ético da possibilidade da experiência da cidade por qualquer cidadão, com liberdade no acesso à informação e na utilização do espaço.

2. A PARTICIPAÇÃO NA REABILITAÇÃO DA CIDADE

Percebendo a cidadania como algo que se constrói no material, naquilo que é a forma e na relação com a cidade, torna-se relevante incluir o cidadão na discussão do espaço urbano. Para além de promover uma educação para o território, capacitando as populações sobre a questão urbana (forma e vida na cidade) melhora o princípio da democracia e da responsabilidade social.

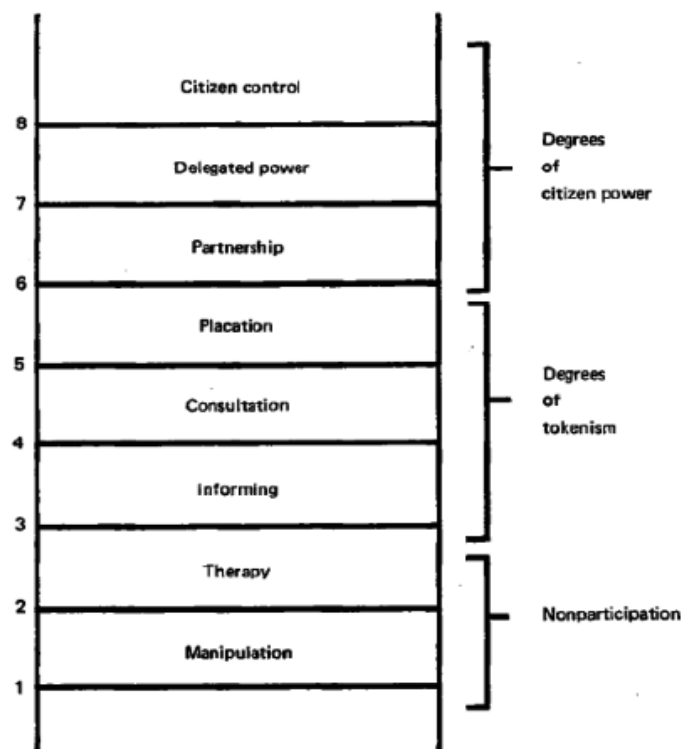
Também na gestão e reabilitação da cidade, a participação do cidadão tem um papel relevante que quebra com o sistema de governação vertical da Era-Industrial com difusão acelerada pela *sociedade em rede*. No campo teórico, os processos colaborativos têm algumas fragilidades, que se exprimem na prática, mas a investigação aproxima a metodologia aos usos, adequando-a aos tempos.

Na contemporaneidade, a palavra Participação ou *slogans* como *Juntos por...*, *Somos...*, *Juntos construímos...* – que por exemplo povoaram as recentes Eleições Autárquicas de 2017 – recorrem a valores como a Inclusão para promover uma cultura de compromisso coletivo no futuro local, que naturalmente cresce para o nacional e mundial. Mas pela sua utilização excessiva e diminuta concretização podem tornar-se vazias de sentido e *clichés* usados em nichos de conhecimento disciplinar que não têm impacto na vida pública. Interessa neste capítulo recuperar a Participação com valores concretos, como sendo a base da democracia e como, de uma forma ou de outra, parte da evolução dos povos livres.

Participação na coisa pública

Na revisão de 2005 da Constituição da República Portuguesa, a palavra Participação é utilizada 37 vezes, em que cinco reconhecem diretamente a importância da participação na ação sobre o território (a coisa pública por excelência). Também na Constituição Portuguesa se reconhece como a Participação é fundamental para o funcionamento da Democracia¹², devendo promover uma governação translúcida e inclusiva. Isto exemplifica em Portugal aquilo que também noutros países se vai formando como um objetivo assumido de governação, instigado pela tendência mundial para a Justiça

¹² Do Artigo 109.º- Participação Política dos Cidadãos, da Constituição da República Portuguesa – VII Revisão Constitucional: “A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático”.



007 Os degraus entre a não-participação e a capacitação da população propostos por Sherry Arnstein (1969)

e a Paz. Desse modo, e apesar do tema parecer recente no debate, investigação e desenvolvimento de alguns projetos, o modo de garantir a Participação tem sempre vindo a crescer como um objetivo mais claro no modo de governar e agir dos Estados, em particular na decisão sobre o território: casa comum e direito de todos.

O porquê da participação na cidade?

Para propor a Participação dentro da área temática da Arquitetura e do Urbanismo podemos iniciar por lembrar o projeto SAAL, paradigmático em Portugal nestas disciplinas e na luta social do país pela reivindicação do direito à habitação. Podemos apontar no SAAL uma experiência de participação nos anos 70 associada à procura de soluções práticas, viáveis e económicas, com a colaboração da população. Esta experiência está relacionada com uma cultura associativa forte que fundamentou e desenvolveu positivamente as intervenções¹³. O associativismo foi impulsionador dos movimentos sociais reivindicativos e dos processos *bottom-up* e surge hoje como uma forma de organização social importante a recuperar para reaver a pertença e a responsabilidade social na cidade.

Este período dos anos 60 foi também marcado pela forte reivindicação de direitos como o das mulheres e das pessoas de pele negra, bem como a defesa da cidade numa crítica ao Movimento Moderno, por exemplo por Jane Jacobs (1994) ou Kevin Lynch (1977). Os movimentos sociais de reivindicação do direito à habitação, tanto a nível internacional como nacional, aproximam-se dos da atualidade na procura pela igualdade e o bem-estar das populações. No entanto as suas consequências em processos participados são diferentes pois os primeiros realizavam-se a grande escala na construção de complexos e empreendimentos habitacionais, partindo de propostas municipais que tinham em vista habilitar os moradores. Hoje, particularmente na última década, assistimos a experiências dependentes da iniciativa do cidadão e de movimentos sociais que intervêm localmente em pequena escala e só numa fase posterior têm um apoio municipal (Prilenska & Liias, 2015).

No entanto, reconhecemos um ponto em comum entre as duas épocas: a validação da democracia. *“Participation of the governed in their government is, in theory, the corner stone of democracy – a revered idea that is vigorously applauded by virtually everyone”*, começa assim o artigo *A ladder of Citizen Participation* de Sherry Arnstein (1969), em pleno fulgor das políticas de envolvimento e capacitação da população nos anos 60 e 80. Neste artigo, a autora propõe oito degraus de participação que se traduzem numa avaliação que vai da não-participação à capacitação do cidadão. Esta imagem da escada está associada a um modelo de sociedade que Habermas (1987) descreve como a sociedade a dois níveis: o sistema e o *“lifeworld”*, desenvolvendo o conceito de

¹³ Sobre o Projeto SAAL, ver a tese de doutoramento de José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974* (Bandeirinha, 2007).

communicative action em que propõe a comunicação como a ferramenta intermediária entre as duas partes, permitindo que, pela argumentação, uma e outra possam validar ou rejeitar determinada ação.

A comunicação é exposta neste contexto de desenvolvimento das TIC como o meio privilegiado para integrar a população geral na compreensão dos temas que a afetam, procurando um acordo entre o sistema e as pessoas para a concretização de determinada ação (Habermas, 1987) através da participação. Comprova-se assim que as teorias *participatory planning* (Arnstein, 1969), *communicative action* (Habermas, 1987) e *communicative planning* (Innes, 1998) surgem como abordagem à fragmentação da sociedade e ao individualismo da vida quotidiana, mas também como resposta à gestão do comum (*commons*) que, através da comunicação, se pode tornar mais transparente para as pessoas.

A colaboração entre a sociedade e o planeador na gestão do *commons*, a nível urbano e regional, sugere uma visão horizontal de parceria entre os atores da cidade na procura de soluções integradas (Innes & Booher, 2003, p. 8) ou contrário da imagem da escala usada por Sherry Arnstein (1969). Compreendemos assim que o conceito de *commons* se desenvolve com as teorias de participação uma vez que suporta a pertinência de atuar sobre o que é público e, por isso, pede a parte ativa de cada cidadão na gestão do comum.

Estas questões estão intimamente relacionadas com a Sustentabilidade Integral, ou seja, a ação a nível Económico, Ambiental, Social e Cultural, uma vez que promovem o Homem como o tema central do planeamento urbano. Esta centralidade, contudo, é diferente da ideia de indivíduo do Renascimento, pois o que propõe é reconhecer o Homem como um “objeto” integral que inspira e orienta o desenvolvimento urbano (Esopi & Morelli di Popolo, 2017).

Deste modo, adequado a esta procura de participação e legitimidade, são vários os autores que defendem a Governança como uma forma de governo sustentável da cidade (Guerra, 2010; Harvey, 2008; Healey, 1997; Innes & Booher, 2003) que procura ter por base a colaboração entre variados atores sociais. Isabel Guerra (2010) esclarece-nos que, embora em português governança não tenha uma utilização específica particular para além do ato de governar, a origem francesa e inglesa refere-se exclusivamente a novas formas de governo com participação pública.

Assim, a Governança aparece como um conceito ligado à atuação que legitima as decisões a favor do bem comum, uma vez que partem da cooperação para o conhecimento da realidade que as circunscrevem e favorece a auto-organização das comunidades (Healey, 1997, p. 206). Alguns autores e tradutores utilizam a palavra “governância” para traduzir o *governance* remetendo diretamente para a participação na relação entre o público-privado como resposta ao capitalismo da economia da 3ª modernidade, procurando parcerias e sinergias entre as várias redes.

Ao longo da *Nova Agenda Urbana* aparecem repetidamente palavras como Participação, Pertença, Coesão, Regeneração e Reabilitação, que realçam uma situação de permanente compromisso para o objetivo desejado de cidades sustentáveis e inclusivas. Dada a complexidade de tensões presentes na cidade entre os diversos atores sociais, as abordagens devem ser integradoras, comunicativas e horizontais, justificando-se a necessidade de uma revisão política que procure, através da participação, alcançar o compromisso¹⁴ pela sustentabilidade integral das cidades no futuro.

A garantia de uma participação institucional

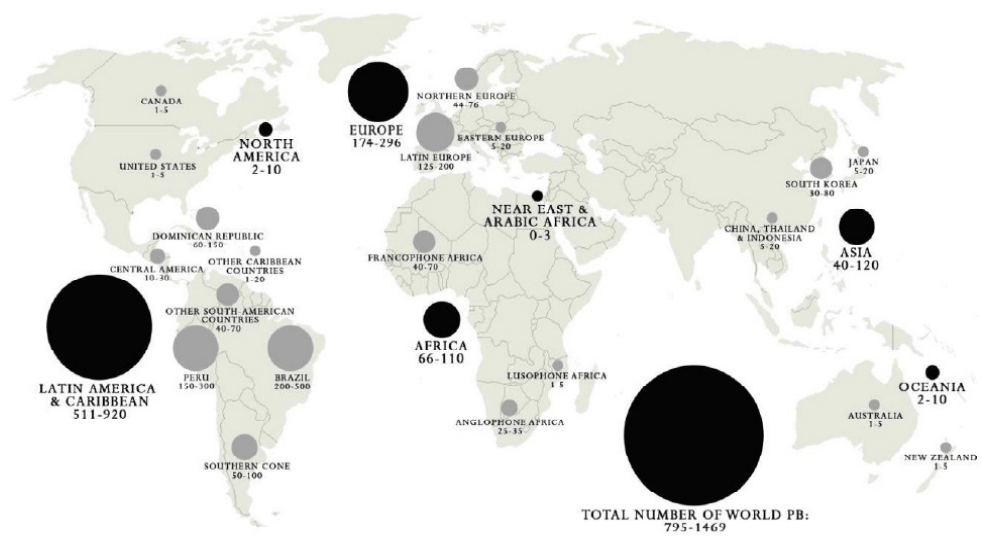
Num sistema democrático, a principal ferramenta que garante a participação do cidadão recenseado é o voto para eleger os seus representantes que exercem funções durante um período de tempo, podendo depois recandidatar-se no seu término. De uma forma geral, tanto a nível nacional como local, o voto é a única ferramenta, de carácter obrigatório¹⁵, com a qual a população pode escolher os representantes e os programas que melhor se adequam às suas necessidades e expectativas. No entanto, este processo acontece na renovação de cada ciclo legislativo, confiando nesse voto a forma de governo durante o período entre a eleição e a próxima.

Contudo, existem outros mecanismos do ordenamento do território, embora consultivos e informativos, que permitem um acompanhamento atento do cidadão interessado no que diz respeito ao planeamento e gestão da cidade. As instituições autárquicas têm procurado estabelecer métodos mais concretos e eficazes na procura da participação, como é frequentemente validada na revisão constitucional e nos documentos legais referentes ao ordenamento do território¹⁶. Estes documentos afirmam a visão nacional do Estado e promovem a importância da ação local que, em Portugal, estabelece que as autarquias desenvolvam três planos para o território: o Plano Diretor Municipal, que define a estratégia de desenvolvimento municipal; o Plano de Urbanização, que por sua vez, concretiza a estratégia municipal estruturando a ocupação do solo, infraestruturas e equipamentos; e, por fim, o Plano de Pormenor que define a volumetria, forma e traçado dos edifícios e espaços coletivos.

¹⁴ “Promoveremos expansões urbanas planeadas e ocupações de vazios urbanos, priorizando a renovação, regeneração e reabilitação de áreas urbanas, [...] proporcionando edifícios e espaços públicos de alta qualidade, promovendo abordagens integradas e participativas que envolvem todos os habitantes e atores relevantes [...]” da Nova Agenda Urbana.

¹⁵ Consideramos este voto obrigatório não por significar que todos vão à mesa de voto, mas porque existe uma contabilização da totalidade dos recenseados de onde se retira em percentagem os votos válidos, os em branco e, até mesmo, a abstenção.

¹⁶ Em Portugal, o Decreto-Lei de 30 de maio de 2014, sobre as Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, inequivocamente estabelece como um princípio geral no artigo 3º a “Participação dos cidadãos, reforçando o acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos programas e planos territoriais”.



008 O Orçamento Participativo pelo mundo

Cabe às autarquias promover os dispositivos necessários para que os munícipes possam consultar estes planos e participar na sua revisão e elaboração, garantido o acesso à informação necessária sobre o seu território. Assim, os governos locais são a oportunidade ideal para aproximar a administração das populações uma vez que são estes que localmente agem sobre a cidade. Os pedidos de licenciamento para ocupação de espaço público ou a aprovação de obras na propriedade, entre outras, são situações em que existe uma predisposição do cidadão para uma aproximação com o sistema administrativo. Contudo, o excesso de legislação proibitiva e os bloqueios na resolução dos pedidos leva à descredibilização da entidade pública acentuando a distância entre as populações e o governo local, o que o torna menos participado.

Nesse sentido, os dispositivos formais de participação existentes são frequentemente considerados estanques, pouco acessíveis e burocráticos. O sector público tem uma carga processual obsoleta que não se adequa às ferramentas de comunicação e informação disponíveis, devendo por isso apostar na sua atualização (Castells, 2005; Innes & Booher, 2003). Reconhecendo a incapacidade que as instituições públicas e a legislação têm ao lidar com o carácter imprevisível das relações urbanas (Innes & Booher, 2003), inicia-se dentro do Planeamento Urbano a ideia de Planeamento Estratégico que procura a elaboração de um plano tendo em conta a definição de um objetivo movido pela experiência e a criatividade, que se baseia mais na inconstância do que na fixação de uma forma urbana.

Porém, devemos incluir o Orçamento Participativo (OP) como um dos impulsionadores da procura institucional pela participação cidadã, mesmo em países não democráticos (Sintomer, Herzberg, & Röcke, 2012, p. 73). O OP é uma ferramenta, com origem no Brasil (anos 80), com metodologias distintas em cada cidade que o adota, mas com o mesmo princípio: *“aproximar cidadãos, dirigentes eleitos e servidores públicos”* através de um programa que promova o financiamento público dos projetos submetidos e votados pelo cidadão comum num concurso aberto à cidade (Sintomer, Herzberg, & Röcke, 2012, p. 84). Este mecanismo corresponde à necessidade de flexibilidade e (co)gestão pública e tem impactos inegáveis na abertura do governo local à cidadania ativa.

O Orçamento Participativo transformou-se num caso de sucesso pela sua difusão mundial atravessando culturas, onde ajuda a melhorar e aprofundar a democracia ou é uma primeira abordagem de participação em sistemas muito fechados (Sintomer, Herzberg, & Allegretti, 2012, p. 7). O OP consegue ser facilmente adotado pelas cidades, interligando-o com as estruturas de participação existentes no território, o que faz dele um método revolucionário uma vez que põe em causa as estruturas tradicionais de participação, ao mesmo tempo que se mantém “real” por considerar os contextos existentes – sociopolítico, económico e cultural (Sintomer, Herzberg, & Röcke, 2012, p. 111).

Em Portugal, Lisboa foi uma das cidades a acolher o Orçamento Participativo (a primeira edição foi em 2007/2008¹⁷) e hoje lidera a utilização deste como uma ferramenta de participação do município. Outros municípios portugueses acolheram o OP sendo que a seguir à América Latina, a Europa é o continente onde o OP se proliferou mais rapidamente, em especial nos países do sul. Por isso consideramos neste trabalho que, sendo o Orçamento Participativo uma proposta transnacional com uma aplicação prática e contextual, é neste momento o instrumento de planeamento que mais vincula a participação da população na gestão pública e urbana.

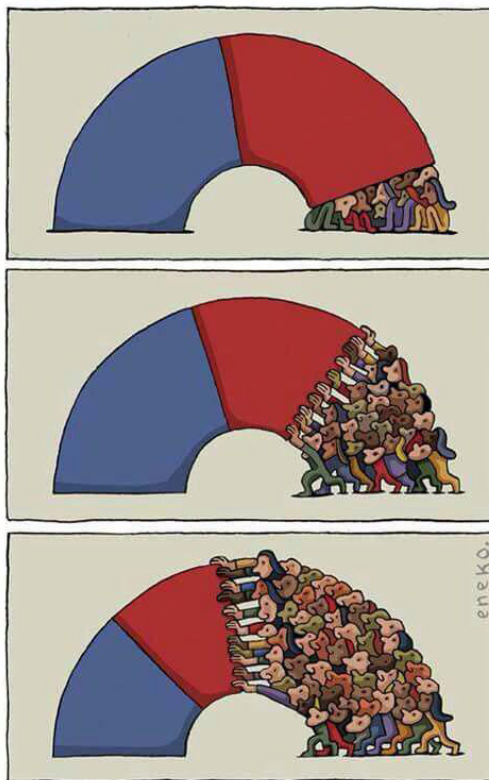
O impacto das TIC na participação e na democracia

As Tecnologias da Informação e da Comunicação têm um papel fundamental, como vimos, na relação com o cidadão, mas, também, na evolução dos métodos e ferramentas de participação disponíveis. Do mesmo modo que no final do séc. XX se reconhece a importância da comunicação para promover a participação com o *communicative action*, não se pode negar o seu papel ainda hoje como ferramenta democrática que esbate os limites sociais em busca da igualdade e da liberdade, agora noutros meios e plataformas. Desde a transmissão televisiva das sessões parlamentares até à utilização da internet para partilha de programas políticos e conteúdos, a comunicação permite maior exigência na transparência da ação e da decisão políticas.

Na linha desta procura de plataformas inovadoras de comunicação, Manuel Castells reflete a reforma do sector público, reconhecendo-o como um ator fundamental na condução da *sociedade em rede* já difundida pela mão dos privados. No entanto esta sociedade carece ainda de uma atitude política decidida na mudança cultural pretendida (Castells, 2005, p. 27). No seguimento do texto, Castells propõe a reforma do sector público com a “*difusão da e-governança (um conceito mais vasto do que o governo eletrónico – porque inclui a participação dos cidadãos e a tomada de decisões políticas)*” (Castells, 2005, p. 27), de modo a dar resposta à articulação entre o local e o global. Deste modo, por último, sublinhamos o papel do digital na reforma e na procura da participação na coisa pública.

Ao longo desta investigação, cruzámo-nos com algumas ideias inovadoras que se desenvolvem em plataformas virtuais atualizando os instrumentos de participação. Escolhemos dois exemplos na América Latina, o software *DemocracyOS* e o *Laboratorio para la Ciudad*, no México, que procuram tornar acessíveis as decisões políticas sobre a cidade e promover o desenvolvimento criativo de projetos urbanos entre a população, transformando o preconceito que existe sobre a atitude do cidadão perante a política (ora “silencioso” ora “ruidoso” (Mancini, 2014)).

¹⁷ A título de curiosidade destacamos que nesta edição candidataram-se 78 projetos, dos quais os 5 vencedores propunham um corredor verde, um parque infantil, um parque urbano e a melhoria da acessibilidade e mobilidade para ciclistas, tudo intervenções de melhoramento do Espaço Público.



009 Com a introdução das TIC, o voto do cidadão ganha espaço na tomada de decisão sobre a cidade

O *DemocracyOS* foi criado na Argentina por Pia Mancini. É um *software open-source* que permite a participação do cidadão sobre as propostas de lei a aprovar na cidade. Esta ideia surge como uma ferramenta que pretende ajudar os partidos políticos a tomar uma decisão nas discussões do congresso baseando-a na votação feita pelos usuários da rede, de modo a aproximar os eleitores do processo decisivo ao longo do tempo da legislatura. Uma vez que os partidos políticos não aderiram ao método, Mancini fundou o *Partido de la Red* que se candidatou ao governo de Buenos Aires de forma a aplicar o *software* de participação, o que chamou a atenção para este. Assim, o *DemocracyOS* foi usado mais tarde para recolher a consulta dos cidadãos a propósito das propostas de lei sobre os transportes urbanos e o uso do Espaço Público em Buenos Aires, mas apenas como ferramenta consultiva, ou seja, sem o compromisso de corresponder à opinião dos utilizadores (como era o objetivo do *software* quando foi criado). Pia Mancini refere que a aplicação do *software* como metodologia democrática tem desafios que não são tecnológicos, mas culturais (Mancini, 2014) uma vez que existe dificuldade em abandonar o sistema representativo para alinhar num tipo de participação direta como propõe o *DemocracyOS*.

De outro modo, o *Laboratorio para la Ciudad* é uma plataforma onde se pode recolher e debater ideias para a Cidade do México com o apoio de uma equipa do governo local. Este laboratório surge na sequência de uma Conferência TEDx onde participaram vários criativos e o candidato ao governo da cidade, Miguel Angel Mancera. Depois da eleição de Mancera¹⁸, este criou um laboratório experimental que pretendia estimular a interação entre os cidadãos e o governo local, criando uma plataforma na internet onde os cidadãos debatem e propõem soluções criativas para os problemas e necessidades da cidade com uma metodologia virtual (LABCD, 2013). A participação é recolhida através de um inquérito de 13 passos, que ajuda a formular uma proposta que fica disponível para consulta pública na internet. Os contributos estão organizados por áreas de atuação e podem ser discutidos e testados para avaliar o seu impacto na cidade, podendo depois ser aplicados na cidade, envolvendo as diversas especialidades e responsáveis do governo local. A página do laboratório promove a comunicação e o debate de propostas, constituindo-se como uma experiência de participação cívica sempre disponível para a aceitação de novas propostas.

¹⁸ Miguel Angel Mancera, após ganhar as eleições locais, convida Gabriella Gomes-Mont (organizadora da conferência TEDx) a liderar o *Laboratorio por la Ciudad* de modo a ativar a criatividade na Cidade do México. Esta iniciativa foi o resultado da participação de Mancera no TEDx onde teve contacto com experiências de inovação e criatividade nas cidades.



010 Imagem de abertura do Portal de Participação - Lisboa Participa

Entre a transparência e a participação, também encontramos em Portugal algumas experiências, embora recentes ou com impacto limitado. Lisboa continua a ser líder nas apostas de participação na cidade com diversos projetos para além do Orçamento Participativo, como *Na minha Rua Lx* (uma aplicação com GPS que permite sinalizar ocorrências nas ruas de Lisboa, ajudando a manutenção da cidade), *Lisboa Aberta* (uma plataforma que disponibiliza dados da CML que podem ser utilizados livremente pelos interessados), *LisBoa ideia* (recolhe ideias de pequenos projetos de fácil exequibilidade - com programa social, cultural ou de bem-estar - para debate e implementação relâmpago), *Lisboa em Debate* (disponibiliza de forma acessível os projetos de investimento municipal que estão em fase de consulta ou votação) e *Fórum de Cidadania*, de onde surgiu a *Carta de Lisboa dos Direitos e Responsabilidades* (estes fóruns são promovidos desde 2016 em cooperação com as Juntas de Freguesia para uma ação mais local de discussão pública).

Para reforçar a sua comunicação, a Câmara Municipal de Lisboa envolveu o projeto *Empatia*¹⁹ de forma a tornar acessíveis todas estas ferramentas de participação através de uma ideia clara do objetivo do município: promover o envolvimento, a participação e o compromisso dos cidadãos. Com o *Portal de Participação - Lisboa Participa*, o *Empatia* procura tornar efetivo o impacto do Orçamento Participativo, e outros programas, nas cidades através do acompanhamento público do período da decisão e da implementação do projeto, tudo na mesma plataforma de modo a promover a integração das propostas e confirmar a sustentabilidade dos programas. Assim, o cidadão tem um acesso a todos os instrumentos municipais onde pode participar e compreender o estado de cada um na mesma plataforma, bem como os prazos de consulta a decorrer.

¹⁹ *Empatia* é um projeto do Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado – Universidade de Coimbra, financiado pela União Europeia que adapta os programas de participação às TIC através de uma gestão multicanal.

Algumas fragilidades que dificultam a implementação de uma política mais participada

Os princípios da colaboração e da participação impõem uma mudança do papel dos técnicos para uma função mediadora. Pede-se que os técnicos façam parte do processo de discussão, que apresentem as suas análises e propostas a uma audiência e que participem no debate para negociar as soluções, em vez de apresentarem propostas fechadas, deixando nos decisores políticos a decisão de avançar ou não com os programas e projetos (Innes, 1998, p. 59). No entanto, parece que estas correntes teóricas dos anos 90 passaram por um tempo de recolhimento e só agora são outra vez parte da discussão. Robert Goodspeed (2016) identifica a falta de académicos na linha de investigação de Judith Innes e Patsy Healey como uma das razões que levou ao abrandamento da revisão teórica, bem como o carácter normativo e prático do *collaborative planning* que, embora pudesse interessar como guia para os profissionais na área, não encontrou acolhimento no meio académico (Goodspeed, 2016, p. 2).

O interesse público continua a motivar o aprofundamento da participação como ferramenta de democracia na cidade, agora com novas linhas de investigação voltadas para áreas como a Sociologia e Economia Política. Mesmo assim é importante relembrar o papel da Arquitetura como um poderosíssimo meio de ação sobre a cidade, também ao nível da sua gestão social, colocando questões e buscando soluções e compromissos que se traduzem na urbanização. Por isso, a Arquitetura não deve agir isolada mas como “estaleiro” que reúne várias valências do *ser urbano*²⁰. Alguns dos exemplos recolhidos no *Caderno* são movimentos liderados por arquitetos, em especial recém-licenciados, que se organizam num coletivo para pôr em prática a Arquitetura como ferramenta social de coesão e regeneração urbana, associada a processos participados.

O trabalho do técnico de arquitetura deve procurar conciliar as necessidades e limites de cada intervenção na busca de uma solução conjunta, promovendo o compromisso. Para uma visão transversal e adequada aos desafios da cidade pode ser necessária uma prática experimental durante a formação académica²¹ que capacita os próprios técnicos para este papel mediador.

Apesar deste entendimento relativo ao impacto da Arquitetura na vivência social, existem críticas dentro da própria disciplina em relação aos processos participados, particularmente referindo-se ao resultado estético ou formal do trabalho, apesar de funcionar e de ser um estimulador na cidade. A efemeridade das intervenções é outra

²⁰ Referência à exposição “*O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas*”, 2012, com curadoria de Nuno Grande.

²¹ Veja-se a propósito, por exemplo, o Curso de Especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo do ISCTE-Lisboa.



011 O Urbanismo Tático utiliza métodos de intervenção simples, como a pintura, para melhorar localmente a qualidade de vida das comunidades

Por exemplo, na ocupação de lotes vazios para um pequeno jardim ou espaços de estacionamento.

das fragilidades destes processos, uma vez que as dinâmicas surgem da ação cidadã sem qualquer apoio institucional ou sem estarem inseridos num programa comunitário, o que faz com que tenham mais probabilidade de ter um tempo de ação pontual e um impacto localizado. As experiências não têm, assim, oportunidade de se fixar ou evoluir, uma vez que não encontram recetividade, funcionando como um “fogete”.

A inexistência, ou a existência frágil, de uma rede de vizinhança é outra das fragilidades apontadas, que resulta da crise de identidade e pertença das comunidades e que não permite um maior impacto das iniciativas *bottom-up* na cidade, gerando-se uma relação viciosa entre o insucesso das experiências e o contexto social das mesmas²². No entanto, o fortalecimento das redes de vizinhança dá-se com pequenas iniciativas cidadãs que têm suscitado a procura de uma relação local. Desde 2010, tem crescido o interesse nas pequenas intervenções no Espaço Público de carácter temporário às quais denominamos de Urbanismo Tático. O desenvolvimento destas ações está associado à gestão do *commons* onde se procuram oportunidades para que se envolva os atores informais da cidade numa atuação que tem em vista a melhoria do bairro, a revitalização de um equipamento ou espaço abandonado ou a criação de espaços que promovam o encontro entre as pessoas (Pfeifer, 2013, p. 4-7).

O Urbanismo Tático teve impacto também no Planeamento Urbano e são algumas vezes utilizados os métodos *low-cost* e temporários para testar soluções que, com o apoio do cidadão comum, podem ser ajustadas para uma intervenção de longo prazo (Pfeifer, 2013, p. 4-7). O Urbanismo Tático é, assim, uma resposta de intervenção local (ou de vizinhança) na rua, no quarteirão ou num edifício, intimamente ligado com o Planeamento Participado e com a ativação da cidadania no Espaço Público, protagonizados, ou não, por arquitetos.

Outro desafio na defesa da participação na ação territorial é a consideração de que a demanda pela participação força todo o cidadão a participar, mesmo quando este não revela curiosidade nem vontade no debate. Os argumentos contra esta procura de novas ferramentas focam-se no facto de já existirem mecanismos que os interessados podem utilizar sem ser necessária a promoção de outros. Ora, com o decorrer deste capítulo, compreendemos a correlação entre participação e comunicação, suportando por isso a promoção e evolução dos processos participados para a transparência do sistema e para garantir a boa informação dos atores que queiram participar no debate.

²² Numa mesa redonda no Congresso Internacional “*Projetar a cidade com a comunidade*” (8 e 9 de junho de 2017) um dos argumentos contra os processos participativos era não conhecer nenhum caso no contexto português que se possa considerar de sucesso, o que gerou uma discussão sobre este mesmo tema, relacionando o acolhimento das iniciativas e o sucesso das mesmas.

Contudo, a deficiente exposição da informação, não só não corresponde aos ideais de democracia, como incapacita qualquer cidadão para o acompanhamento das temáticas que lhe interessam, sendo por isso necessária uma aposta no envolvimento das populações.

Em relação à participação da população, uma das reservas do governo público refere-se à qualidade dos contributos no debate, agravada pela introdução da internet como plataforma de recolha de disposições e votos (Jamil Marques, 2016, p. 17). Estes processos podem incorrer no erro de se tornarem uma recolha infundável de pequenas opiniões, muito autocentradas, com as quais os líderes políticos não sabem lidar, levando à desconsideração destes contributos. Por outro lado, o positivo destes processos seria a procura da discussão e reflexão cívicas, como propõe Christopher Arterton (Jamil Marques, 2016, p. 17) que acaba por ser menos atrativa para o cidadão do que a simples recolha de votos ou pareceres (Coleman & Götze, 2001).

Assim, gostávamos de propor um outro conceito, associado à Participação: o *engagement*. Em português existe o verbo engajar de uso maioritariamente militar, relativo à ação de se alistar a uma regimento das forças armadas. Pode também ser usado para se referir a alguém que se empenha em determinada causa. Por não ser uma palavra com um reconhecimento próximo na nossa língua, propomos a sua subdivisão em três outras que procuram a mesma dimensão do termo em inglês: Envolvimento, Capacitação e Compromisso.

Ao contrário de participação, *engagement* refere-se a um processo que, para além de procurar participantes nalguma ação, promove a sintonia e a responsabilização, concretizando-se na defesa e na construção da ideia ou de um objetivo comum. Percebemos que pode existir Participação sem Envolvimento, Capacitação ou Compromisso, mas que estes são fatores decisivos na determinação do sucesso duradouro dos processos participados. Ou seja, no limite concluímos que o mais importante num processo colaborativo não é a ação deliberativa (embora tenha o seu papel) mas o envolvimento das pessoas numa causa e na discussão, bem como a capacitação destas para ancorar compromissos para projetos futuros. Em última análise, a causa porque as pessoas se movem é a cidade, os espaços urbanos e os equipamentos, e o modo é a revitalização destes com a vida social.



012 Ocupação de um lugar de estacionamento com a técnica do Urbanismo Tático

O “movimento entre” na regeneração do urbano

As experiências de planeamento colaborativo evoluem pela prática e com a evolução dos meios disponíveis e são recentes e flexíveis ao contexto, mas espoletam a participação e a transformação do espaço e têm ajudado a construir uma nova cidadania e forma de governo, provocando as estruturas hierárquicas dos sistemas administrativos centralizados (Innes & Booher, 2003). A atuação insurgente de grupos informais contesta a qualidade de vida dos muitos que não têm voz na tomada de decisão, que sofrem os efeitos do capitalismo sobre a cidade, na habitação e no espaço público, e os que estão dependentes da atuação do Estado.

De maneira geral, a demanda por participação na cidade recorda-nos o papel que cada cidadão tem sobre o território, sendo este o espaço onde se constrói a identidade individual e coletiva. O direito sobre o território é ainda desvalorizado entre os direitos humanos (Harvey, 2008, p. 23), no entanto, existem provas de como a ação no espaço urbano pode regenerar simultaneamente as populações e o seu edificado.

Bottom-up vs Top-down

A designação *bottom-up* refere-se ao movimento ascendente de uma iniciativa, enquanto que *top-down* significa uma decisão vertical. Estes conjuntos de palavras justapostas apontam polaridades que representam as ações de cidadania e o poder institucional, respetivamente. Uma situação *top-down* poderia ser ilustrada num sistema governativo em pirâmide onde a decisão é tomada pelo vértice do topo (a menor parte) com consequências para a base da pirâmide (a maior parte). Esta imagem exemplifica o sistema governativo tradicional centralizado. Por outro lado, a justaposição *bottom-up* procura identificar os movimentos e iniciativas que surgem da base da pirâmide com impactos horizontais na sociedade e onde, com o apoio do vértice, podem ter resultados que ultrapassam a dimensão local.

À semelhança dos movimentos sociais que emergiram com a queda dos regimes ditatoriais nos anos 60 e 70 pela reivindicação dos direitos básicos como a educação, a saúde e a habitação, poderemos agora propor a crise financeira de 2007-2008 como um contexto que fez despontar movimentos sociais com exigências semelhantes. Uma característica das iniciativas *bottom-up*, particularmente na última década, é a procura de uma aplicabilidade prática como *DIY Urbanism*²³ que “*não se contenta com pressionar*

²³ Também designado por Urbanismo Tático que se refere a micro intervenções de apropriação e uso alternativo do espaço público (Iveson, 2013). Estas experiências são de carácter temporário, desenvolvido por vizinhos ou utilizadores de um espaço para a melhoria do mesmo. Pode ser mobiliário urbano, pinturas no chão, ocupação da rua, entre outras iniciativas transformadoras do espaço com efeito imediato.

para uma cidade melhor num futuro incerto, e normalmente recusam-se a esperar por permissão para fazer as coisas diferentes” (Iveson, 2013, p. 945). A atuação no contexto local dinamizada pelos seus atores diretos gera uma reunião da comunidade por uma causa, necessidade ou projeto aprovado pela participação dos que a compõem.

Esta dicotomia cima-baixo está a reformular os sistemas governativos e devolve, através do urbano, o princípio que Jan Gehl propõe nas suas reflexões sobre o desenvolvimento das cidades: “primeiro a vida, depois o espaço e só então os edifícios” (Gehl, 2015a, p. 198). Contudo, na atuação sobre a cidade e a sua reabilitação devemos procurar uma relação de sinergia entre os dois movimentos, no desenvolvimento de uma governança entre os vários atores.

Entre a Regeneração e a Reabilitação

“Reabilitar [...] [é] restituir a cidade à estima pública” como escreve Luz Valente Pereira (1987). A reabilitação tem sido tema nos programas políticos e na gestão das cidades, particularmente na Europa onde as zonas históricas fazem parte integrante da vida urbana. “A devolução do núcleo fundacional da sua cidade ao conjunto dos cidadãos, dotando-o de uma grande acessibilidade e de atracções que, em permanência, desenvolvem o seu pulsar de identidade” (Rossa, 2002, p. 19) tem sido uma das políticas desenvolvidas, e adequa-se à procura da *estima pública* com que iniciámos este ponto. A reabilitação, associada genericamente ao Património, atua dentro de um sistema de *multigovernance*, ou seja, dentro de políticas, princípios e regras superiores ao Governo nacional que se entrecruzam e influenciam as disposições deste para a proteção e definição desse mesmo património (Innes & Booher, 2003, p. 79).

No contexto português, podemos dizer que houve uma estratégia nacional de reabilitação urbana nos anos 80, que pretendia capacitar os municípios com técnicos aptos às exigências de reabilitação e de aproximação da população. O Programa de Reabilitação Urbana (PRU) e, depois da fase de experimentação de três anos, o Programa de Reabilitação das Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)²⁴ criaram, em mais de duas dezenas de autarquias, os GTL's²⁵ (Gabinete Técnico Local) que trabalhavam segundo as boas práticas europeias de reabilitação e participação. “[...] As experiências que tinham alcançado mais e melhores resultados tinham sido as que enveredaram [...] pela adopção de uma abordagem estratégica e integrada [...], por uma aposta no incentivo à actuação privada, por uma relação próxima com a população e pela procura de outros parceiros que permitissem desenvolver projectos específicos [...]” (Pinho, 2009, vol. 2:890).

²⁴ Sobre o PRU e PRAUD, e a atuação dos GTL, consultar a Tese de Doutoramento Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais de Ana Cláudia Costa Pinho onde se faz uma contextualização clara e detalhada destes programas (Pinto, 2009).

²⁵ Este programa tinha um período de financiamento estatal curto que poderia depois ser continuado pelo Município, o que não aconteceu com muitas autarquias pela incapacidade económica para manter em funcionamento uma estrutura deste género.

Esta experiência do GTL baseou-se no Estudo de Renovação Urbana do Barredo proposto por Fernando Távora na década de 60 e introduziu em Portugal a integração da reabilitação e da participação, constituindo-se um dos melhores exemplos de atuação do governo local com a comunidade na requalificação do espaço urbano na interação com a vida social e comunitária.

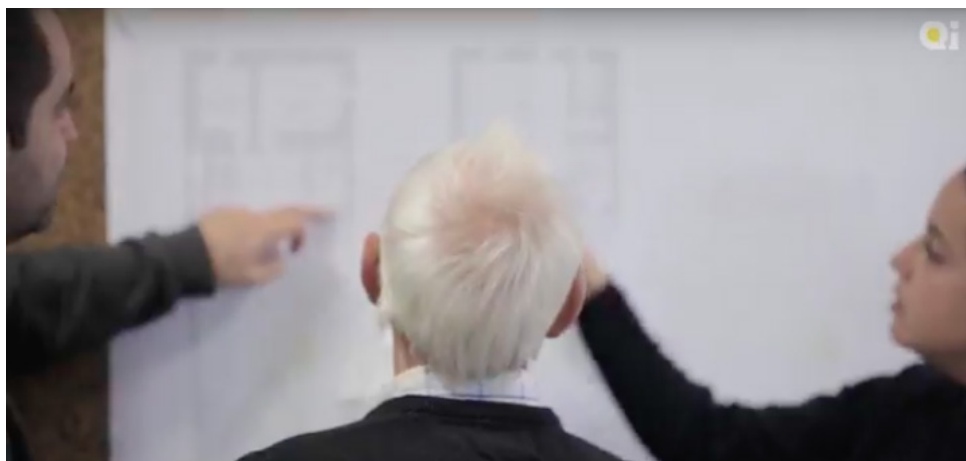
Estas áreas urbanas degradadas estão muitas vezes associadas a comunidades socialmente fragilizadas, o que faz com que estas corram o risco de uma intervenção que não contemple as suas necessidades, influenciada pela especulação sobre as áreas centrais da cidade. Conhecemos hoje os efeitos de uma intervenção que não procura a reabilitação da comunidade residente e não estimula a sua autoestima e competitividade, que pode refletir-se numa dinâmica de gentrificação, com a promoção do espaço urbano para um novo tipo de residentes, excluindo os locais.

Assim, torna-se ainda mais pertinente incluir o *collaborative planning* como metodologia de reabilitação, para um diálogo direto entre o poder institucional e a comunidade, que procure o consenso e o crescimento da confiança entre os dois (Bandarin & van Oers, 2015, p. 172). Propomos, desse modo, a regeneração como um processo de influência mútua entre o espaço físico e o tecido social, no qual o envolvimento da população tem um papel essencial. A regeneração procura fomentar a pertença e consequente estima da comunidade local, para que este núcleo mais pequeno de residentes tenha capacidade para se organizar com mais rapidez e eficiência, redescobrimo as unidades de vizinhança (Gehl, 2011, p. 61). Utilizamos a palavra regeneração como o sucesso de uma reabilitação urbana, que restitui a vida, que será sempre renovada, às populações locais permitindo que se expressem e evoluam no território.

Neste caminho de regeneração, a intervenção dos arquitetos pode funcionar como acupuntura (Lerner, 2011) que pretende estimular as comunidades que, na interação, confirmam a legitimidade das intervenções de reabilitação das áreas urbanas. Nesse sentido, a reabilitação vai além da beleza das zonas históricas ou das áreas degradadas, porque o objeto de intervenção não é a forma, mas a interação entre forma e vida na cidade (Gehl, 2015b).

Os desafios para comunidades e técnicos

Um dos maiores desafios na regeneração urbana acontece na fragilidade das redes de identidade e pertença, e na dificuldade de reconhecer quem envolver e, por consequência, como envolver. Assim, a primeira barreira é a da proximidade, que gera o conhecimento mútuo e a colaboração. Um dos fatores de sucesso do desenvolvimento do GTL de Guimarães foi a sua localização próxima numa das ruas do centro histórico que promoveu a relação e a confiança dos técnicos com os proprietários e residentes.



013 O trabalho próximo entre os arquitectos e as comunidades

O Ateliernob, através da cooperativa *Trabalhar com 99%* (uma ideia do atelier), está a trabalhar diretamente com as famílias afetadas pelos incêndios de junho de 2017, na reconstrução das suas habitações, com conversas com os proprietários.

Longe da realidade social dos anos 80, técnicos e comunidades devem reinterpretar situações de reunião entre todos os envolvidos no espaço ou zona da cidade em que desenvolvem o trabalho. O governo local tem a sua manifestação mais clara através da ação dos seus técnicos, cuja filosofia de trabalho e proximidade tem capacidade para difundir um estilo de trabalho que não está vinculado à chefia da autarquia. Efetivamente é pouco provável que estejamos perante um caso de reabilitação de sucesso sem a participação dos diretamente envolvidos (Bandarin & van Oers, 2015, p. 171) passando pelos proprietários, arrendatários, empresas, trabalhadores e utilizadores do espaço.

A atuação dos técnicos, e em particular dos arquitetos que pensam, planeiam e intervêm na cidade e no seu edificado, deve procurar uma ética do território que influencia de forma natural a procura pelo bem comum, onde *“não é suficiente a busca da beleza no projeto, porque tem ainda mais valor servir outro tipo de beleza: a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e ajuda mútua”* (Francisco, 2015, par. 150). Daí a importância da multidisciplinariedade nas equipas da autarquia para a gestão da cidade como um todo.

Por outro lado, urge redescobrir a cidadania. Jan Gehl simplifica as razões da união em comunidade em três fatores: *“common background, common interests or common problems”* (Gehl, 2011, p. 53). Os *commons* na cidade podem ser *“materiais (ruas, praças, jardins, parques e áreas verdes, zonas escolares, edifícios, etc), intangíveis (inclusão e coesão social, educação, formação, cultura, consciência cívica, sustentabilidade ambiental, partilha, etc) e digitais (websites, aplicações, etc)”* (Esopi & di Popolo, 2017). Tem sido na abordagem aos *commons* que surgem muitas experiências que conseguem reunir a sociedade, aparentemente desfragmentada, em programas como a agricultura urbana que gera comprometimento nas comunidades em volta de um projeto.

Na cidade, não cabe só ao arquiteto nem ao decisor político a exclusividade do pensamento crítico sobre o território. As comunidades devem ter oportunidade de dizer e fazer algo sobre este. No entanto, a constante incapacitação e desvalorização do seu envolvimento faz com que estas se sintam sempre incapazes ou fora dos programas e visões para a cidade, muitas vezes sob o seu próprio prejuízo. A respeito desta cultura cívica que estimula a reflexão e o debate como o principal objetivo da participação, encontrámos uma experiência em Aveiro, os *Laboratórios Cívicos*, que são espaços na cidade promotores de encontros entre pessoas que querem olhar o território e promover a cidadania ativa. O processo é recente e dificultado pela “surdez” das entidades públicas que não reconhecem a relevância destas iniciativas para o governo local em Portugal.

Contudo, o arquiteto como mediador na construção da cidade e na procura de uma cidadania participativa é um papel que cada vez mais se pede a estes técnicos, particularmente no trabalho em gabinetes municipais ou em projetos nos Espaços ou Equipamentos Públicos. Urge a intervenção da disciplina da Arquitetura não como mais uma especialidade, mas como integradora e líder da síntese entre todos os intervenientes no projeto e os atores sociais, desde o cidadão comum às empresas ou associações. O papel do arquiteto deve focar-se em traduzir no espaço físico os compromissos da sociedade, para além da forma do objeto, gerindo as necessidades das populações com os objetivos para a cidade, promovendo a sustentabilidade. Esta procura é cidadania.

A título de exemplo, o MAPa²⁰¹² é uma iniciativa da CM Guimarães que procurou reinterpretar o método de trabalho do GTL no centro histórico noutras zonas da cidade e zonas urbanas à volta desta, reconhecendo o valor da proximidade entre os técnicos e as comunidades²⁶. Esta foi uma experiência curta motivada pela Capital Europeia da Cultura 2012, mas tinha a intenção de propor o papel do arquiteto enquanto mediador na atuação no território diverso (Silva, 2010). Este grupo dava também a conhecer as intervenções municipais (previstas, a decorrer e finalizadas) juntamente com os documentos das mesmas, numa plataforma virtual que promovia o livre acesso (MAPa2012, 2018). Esta experiência desenvolvida pelos técnicos procurava diminuir a distância entre a autarquia e os cidadãos e espoletar a revolução tecnológica na administração autárquica, mas não prosseguiu no seu desenvolvimento, sendo desativado no final da CEC.

²⁶ Dentro deste projeto desenvolveu-se a intervenção no Bairro Nossa Senhor da Conceição, em Azurém que referimos nas Considerações Finais.



014 Ocupação Puerta del Sol

O acampamento durou 1 mês onde aconteceram debates, formaram-se grupos de trabalho e proliferaram assembleias pelos bairros de Madrid.

O espaço público como o lugar

Apesar das dificuldades de integração, é inegável a pertinência do envolvimento cívico que encontra no Espaço Público a sua forma mais clara de manifestação, não como protesto singular, mas como o lugar onde se “faz cidade”: *the city as a method* (Jiménez, 2017; Jimenez & Estalella, 2014). Recordamos o acampamento Puerta del Sol em Madrid, em maio de 2011, como um exemplo claro da força de um movimento social que, durante um mês de ocupação da praça principal do centro histórico, provocou a proliferação de pequenas assembleias pela cidade que continuam o trabalho iniciado com os métodos encontrados durante a ocupação²⁷ (Jiménez, 2017, p. 461).

Apesar de considerarmos genericamente que o Espaço Público alude “à realidade da cidade, aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização” (Innerarity, 2010, p. 107), o desenvolvimento urbano acentuado e a simultânea perda dos laços de vizinhança da sociedade em rede faziam prever uma desvalorização do Espaço Público enquanto lugar de afirmação individual e coletiva (Ascher, 2004; Innerarity, 2010). Esta ideia foi de certa forma corroborada pela urbanização do território com grandes blocos habitacionais e pela crescente utilização das redes sociais como forma de comunicação, enfraquecendo a vocação do Espaço Público para a troca social.

Contudo, a concentração na Puerta del Sol, em Madrid, e a investigação dos casos descritos no *Caderno* levam-nos a crer que o Espaço Público sofreu apenas uma adequação formal, essencial para a vida pública e o bem-estar urbano, mas mantém a sua centralidade nas sociedades, e não somente na forma das cidades (Ocampo, 2015). A vida pública está intrinsecamente ligada à qualidade dos espaços urbanos (Gehl & Gemzoe, 2002, p. 15) que são identidade numa cidade. Ao mesmo tempo que a construção desmesurada dos interesses privados urbaniza o território, os movimentos sociais, com intervenções *bottom-up* procuram apropriar-se do espaço urbano.

Veja-se o caso do movimento pelo Jardim do Caracol da Penha, que ganhou a edição 2016/2017 do Orçamento Participativo de Lisboa com a maior votação de sempre. A intenção municipal era construir um parque de estacionamento e os vizinhos reuniram-se e organizaram-se para proteger este espaço verde, um dos últimos disponíveis nas freguesias de Arroios e Penha de França, para o qual propuseram a criação de um jardim público de qualidade.

²⁷ Estes métodos estão disponíveis em forma de guia com o título “*Cómo hacer*” (um rádio, uma horta urbana, um crowdfunding, entre outros) em <http://laaventuradeaprender.educalab.es/guias/proyectos-colaborativos>



015 ***“Um estacionamento não é um jardim!”***

016

014 - Projeto proposto pelo EMEL com 87 lugares de estacionamento.

015 - Projeto levado a Orçamento Participativo para a criação de um Jardim Público.

Através de desenhos para a execução do jardim, o bairro reuniu-se para levar a proposta ao OP tomando a responsabilidade de revitalizar este espaço para os locais. O movimento está a ser liderado por dois arquitetos residentes no bairro, conseguiu travar a decisão do poder local de construir um parque de estacionamento e, depois de ganhar o Orçamento Participativo, iniciou um processo de discussão pública para a definição do programa para o projeto do Jardim do Caracol da Penha.

Assim, e apesar da discussão teórica no Urbanismo descrever uma secundarização da utilização do Espaço Público no final do séc. XX e início do XXI, este caso, bem como outros (propostos no Orçamento Participativo ou elaborados em processos *bottom-up*) recuperam a necessidade de atividades ao ar livre que o planeamento capitalista condiciona fortemente. “*Architecture literally can stand in the way of desired activity patterns*” (Gehl, 2011, p. 54). Se é verdade que o Espaço Público precisa de uma atualização no seu uso na contemporaneidade pela existência de outros espaços onde pode acontecer a discussão política – tradicionalmente associada às praças e às ruas da cidade (Innerarity, 2010) – também é verdade que esta atualização exige maior atuação colaborativa entre o poder local e o cidadão.

Recentrar no Espaço Público a vida da cidade deve ser o centro das decisões no planeamento, uma vez que estes espaços contribuem fortemente para a qualidade da vida pública (Gehl & Gemzoe, 2002, p. 15) e também porque “*o homem terá sempre uma existência física e [...] a ela terá de corresponder um espaço de vivência do quotidiano [...]*” (Rossa, 2015, p. 22). Jan Gehl tem uma vasta experiência sobre o estudo e a intervenção no Espaço Público através da definição de metodologias de observação que pretendem dar informação sobre a utilização desses espaços, como expõe na obra *How to study public life* (Gehl, Svarre, & Steenhard, 2013).

Para complementar e ilustrar esta reflexão, o *Caderno* procura apresentar detalhadamente algumas experiências de participação no Espaço Público como meio que desencadeia a pertença e a identidade das comunidades, bem como o consequente envolvimento político na cidade. Optámos por considerar elegíveis para análise tanto equipamentos de uso público como praças, ruas, infraestruturas ou jardins, apesar de diferentes entre si, particularmente pela sua gestão, pois procuram igualmente servir e mobilizar a população, tanto para a sua execução como para a manutenção e utilização.

Assim, reconhece-se na expressão *Espaço Público* uma dinâmica social específica de espaços numa cidade que envolve e possibilita a participação e discussão pública, admitindo diversas trocas sociais, como culturais, políticas, de lazer e pedagógicas.



017 Gráfico com a linha de reflexão do Caderno: *entre as ações de cidadania e o poder institucional*

3. CADERNO DE ESTUDO: 7 EXPERIÊNCIAS EM DEZ ANOS

Se através da participação na cidade, no seu pensamento e na sua gestão, podemos desenvolver a corresponsabilidade e a pertença, resta compreender e reunir exemplos sobre várias realidades e necessidades que desenvolveram métodos de atuação na regeneração do espaço urbano.

Este capítulo responde ao objetivo de reunir intervenções sobre o Espaço Público de modo a recolher e analisar diferentes processos de transformação urbana com participação assumida do cidadão como o principal agente de transformação da cidade. O nome *Caderno* sublinha a natureza desta recolha e análise que se assemelha a um bloco de apontamentos sobre o contexto, o processo e o resultado de cada intervenção, de forma isolada, para permitir uma leitura comparada no capítulo seguinte onde o leitor pode encontrar enunciados os aspetos mais relevantes de cada caso.

Este *Caderno* é um compêndio que pode ser consultado para uma visão geral dos casos, compreendendo os desafios e as oportunidades de cada um sem fechar um método geral que possa ser aplicável a qualquer realidade. Os casos recolhidos pretendem reunir ações sobre o Espaço Público entendido como o lugar que mobiliza e reúne a população, sem se distinguir nem o seu tipo (praça, rua, infraestrutura, equipamento) nem a sua gestão (pública, privada ou mista) pois estes são Espaços onde se desenvolve a vida em sociedade em complemento à intimidade da esfera privada.

A localização geográfica dos casos divide-se essencialmente entre a Europa e a América Latina, por um lado como uma consequência direta do contexto europeu em que esta investigação foi desenvolvida, e por outro, pela necessidade temática, pois é inegável o reconhecimento da América Latina como uma força emergente na discussão da cidadania e da participação através de intervenções urbanas pontuais e transformadoras. Estes dois contextos geográficos aproximam-se pela cultura dos povos no reconhecimento do Espaço Público como centro da vida em sociedade, representado os valores civilizacionais da comunidade.

O percurso desta análise leva-nos das ações de cidadania, com um impacto concreto no espaço urbano (que por vezes pode ser efémero), às ações incentivadas pelo poder institucional, com ferramentas de participação mais formais. Deste modo procuramos evidenciar o potencial da sinergia entre o cidadão e as instituições para o envolvimento, a participação e o compromisso mútuos que estimula o sentimento de pertença das populações. Os exemplos variam no período entre 2007 e 2017, um período da história recente de particular agitação desencadeada pela crise económica mundial de 2007/2008 que definiu a última década nos investimentos e desenvolvimentos de



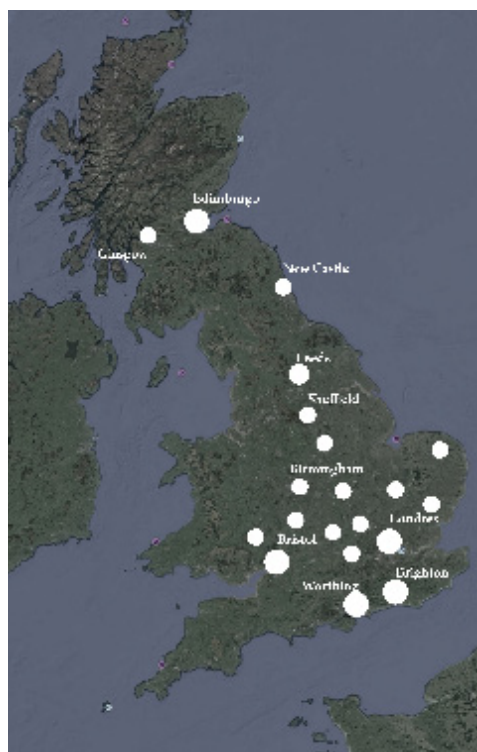
projetos. Em 2007 foi também lançada a *Carta de Leipzig para Cidades Sustentáveis*, o que ilustra igualmente como esta década foi marcada pela preocupação pelo meio ambiente e pela articulação destas questões com o crescimento das zonas urbanas.

Nesta década, atingimos o total de 7 mil milhões de habitantes a nível mundial e os relatórios das Nações Unidas apontam o aumento para mais do dobro de população mundial a viver em zonas urbanas o que traz novas preocupações para a gestão urbana, particularmente das grandes cidades. O crescimento acelerado das *cidades emergentes* nos países em desenvolvimento não é acompanhado por uma urbanização eficaz, propagando-se as favelas, a habitação precária e a fraca coesão da sociedade. Desse modo, na América Latina inicia-se uma crise política onde surgem movimentos de reivindicação dos direitos à habitação, à educação, à saúde e à alimentação, entre outros.

A par desta transformação demográfica nas cidades, acentuam-se os conflitos e o terrorismo em especial com as guerras no Médio Oriente, como no Iraque e na Síria, que provocam um dos maiores fluxos de refugiados na contemporaneidade. O acolhimento e a integração destas comunidades nas cidades europeias em específico precisa de uma atenção especial pelas diferenças culturais e pela tragédia pessoal dos indivíduos. A entrada de novas comunidades no espaço europeu foi de tal modo motivo de divisão na sociedade que, em 2016, o Reino Unido confirma a sua intenção de sair da União Europeia, o chamado *Brexit*.

Deste modo percebemos de uma forma geral como, entre 2007 e 2017, o mundo vive grandes transformações na resposta à entrada no novo milénio. Os casos recolhidos não podem ilustrar na totalidade as questões que afetam as sociedades, mas são respostas a alguns dos principais desafios enunciados: a expansão das cidades, a fragmentação da sociedade e a necessidade de uma cidadania ativa para o desenvolvimento justo dos povos.

Deste modo, neste *Caderno* serão apresentados oito casos de intervenções com (particip)ação cidadã nos centros urbanos (*Playing Out*, *Calles Compartidas*, *De Luchtsingel*, Bairro da Mouraria e Praça do Toural) e nas expansões de génese ilegal (*Cozinha Comunitária Terras da Costa*, *Favela Painting*, *Espacios de Paz*).



018 Várias cidades que aderiram ao *Street Play Policy* movimento *Playing Out*



019 Localização no Bairro central de Santiago: *Lastarria y Belas Artes*



020 A ideia do Shared Places desenvolvida por Ben Hamilton-Baillie e Paul Boston

A Rua como um espaço partilhado

Duas experiências: *Playing Out* e *Calles Compartidas*

Este caderno começa com a apresentação de dois casos em situações geográficas, sociais e urbanas diferentes, mas que visam reinterpretar a Rua como espaço de apropriação pública para além da circulação rodoviária. O *Playing Out* (Reino Unido) e o *Calles Compartidas* (Chile), através da dinamização de atividades na via pública de forma pontual ou repetida, procuram encontrar novas formas de vizinhança e de relações de afetividade nos espaços urbanos.

Estas experiências vão ao encontro do conceito *Shared Spaces* desenvolvido nas décadas finais do séc. XX com uma visão integradora da mobilidade urbana que previa a partilha da rua pelos vários utilizadores (carros, bicicletas, peões) sem regulamentação de trânsito, onde a diferenciação dos materiais, o desenho do pavimento e a dinamização de comércio ou esplanadas na rua seriam responsáveis pela gestão da circulação. A experiência foi feita na Holanda, com os “espaços para viver” e pôde ser repetida em qualquer rua que assim o solicitasse. A característica principal é a democratização da circulação na rua, retirando a prioridade aos veículos motorizados.

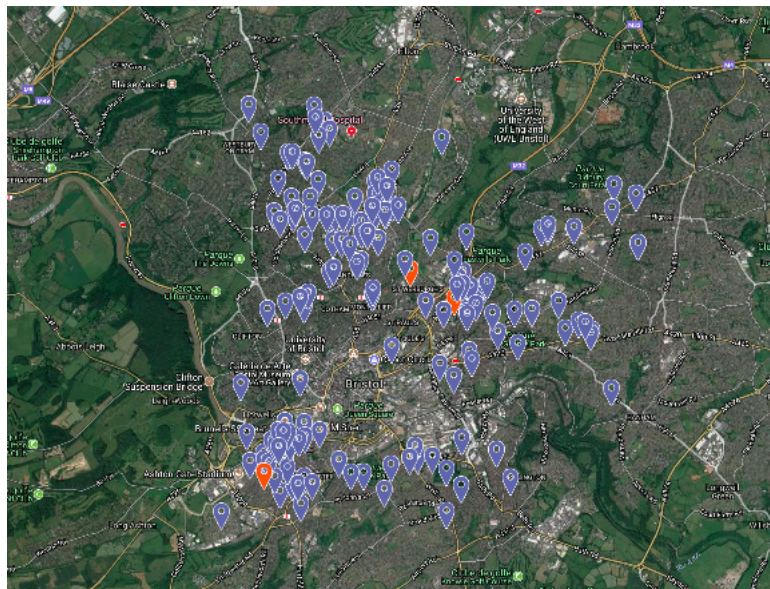
Não sendo uma aplicação direta do conceito apresentado, estes dois movimentos surgem como reações às modificações do uso urbano e da convivialidade na cidade promovendo ideias que resgatam os usos relativos à memória (brincar na rua ou *malones* entre vizinhos) para promover as trocas sociais no Espaço Público. Tanto o *Playing Out* como o *Calles Compartidas* surgem de iniciativas de promotores adultos, entre os 30-40 anos, embora tenham públicos-alvo diferentes – as crianças residentes da proximidade ou os cidadãos de diversas faixas etárias da cidade, respetivamente.

A localização da experiência em relação ao centro urbano é uma das maiores diferenças entre estes movimentos. Santiago do Chile é uma cidade capital e a iniciativa decorre numa das suas ruas principais, sendo uma evolução da ideia base dos *malones urbanos* que envolveriam apenas vizinhos e que se aproximam da ideia do Reino Unido de fechar a rua para uma manifestação popular ou religiosa. O *Playing Out* localiza-se numa zona residencial a sul do centro citadino, onde as atividades depois do horário de trabalho têm um impacto grande na organização das famílias – passeios, jogos e concertos, por exemplo.

Estes dois casos funcionam com um método que pretende ser reproduzido noutros locais sem a necessidade de um promotor oficial. Esta proposta encontra-se detalhada, em diversos passos, na página destes movimentos uma vez que esta é a sua principal ferramenta de comunicação e de reflexão sobre as experiências. A comunicação clara e a simplificação do caminho burocrático para a ocupação temporária da rua são a chave que torna a experiência praticável e faz antever a possibilidade de um modelo de envolvimento na cidade mais transparente e ágil.



021 A iniciativa passa por envolver os vizinhos para aprovar o fecho do trânsito da rua durante umas horas no dia da semana acordado



022 Em Bristol, o *Playing Out* ocorre uma vez por semana numa centena de ruas

A estrutura destas páginas oficiais na internet mostra com destaque a apresentação e os objetivos do grupo, de modo a serem compreensíveis numa primeira visualização, e encaminham facilmente para o acesso ao material necessário para a reprodução dos eventos. Existe também um fórum de experiências e uma caixa de dúvidas, criando oportunidade para a comunidade interagir e desenvolver as experiências locais.

Ambos os movimentos recorrem a uma rede de parceiros locais para colocar em prática as suas propostas, e servem-se de exemplos noutras cidades ou noutros modelos que legitimam a intervenção na rua quando mobilizam os vizinhos e entidades. Embora não tenha uma relação direta com o pensamento de Jan Gehl, o *Calles Compartidas* e o *Playing Out* valorizam igualmente a escala da relação humana e procuram construir redes de vizinhança nas suas áreas de atuação, procurando reaver o Espaço Público entre os edifícios para experiências urbanas onde o peão e a circulação em bicicleta têm prioridade em relação ao carro.

Playing Out

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Bristol Reino Unido	Vizinhos	2009

O *Playing Out* é um movimento no Reino Unido e começou com a iniciativa de duas vizinhas, Alice Ferguson e Amy Rose, em Bristol, que pretendiam criar um dispositivo legal para fechar a rua de modo a que as crianças pudessem brincar no exterior. O movimento inspira-se no *Big Lunch*²⁸, uma experiência também do Reino Unido que envolve os vizinhos num evento anual reconhecido pelos municípios. O PO pretende promover encontros para as crianças brincarem com uma regularidade semanal, conforme a disponibilidade entre os vizinhos de cada rua.

Esta proposta surge pela falta de espaços verdes na proximidade da residência onde as crianças pudessem brincar depois da escola, e também da insegurança do tráfego excessivo nas ruas, que impede uma circulação sem supervisão parental. Por isso, o principal motor para atuação deste movimento são as crianças o que origina o necessário envolvimento dos adultos, fortalecendo as redes de vizinhança e o compromisso com a atividade e a interação local.

²⁸ O *Big Lunch* iniciou em 2009 com o objetivo de promover o conhecimento entre os vizinhos. Este é um encontro anual, proposto a todo o Reino Unido. O número de dinamizadores tem vindo a aumentar, sendo que em 2017, 14% da população se organizou e participou no *Big Lunch*. em todo o Reino Unido.



023 A infografia torna claro o processo para que o movimento *Playing Out* se repita nas várias cidades pela mão do cidadão comum

MALÓN URBANO en 10 PASOS!

1 ¿Por qué? Queremos en un mismo momento poder hablar con todos y con todas las personas que viven en una zona para mejorarla y hacerla más agradable y saludable.

¿Para qué sirve? Para obtener información y decidir de forma colectiva, con todos los vecinos, sobre acciones y planes locales mejorados. Nos permite saber si vale la pena que vivamos en esta zona y cómo mejorarla o cambiarla.

¿Cómo hago uno? Hay muchos más pasos que seguir en 10 pasos.

5 REUNIR UN COMITÉ Reunir a los vecinos, vecinos y vecinas de la zona que se reúnan con frecuencia de forma regular para poder tomar decisiones y acciones locales mejoradas.

6 FORMAR A LA COMUNIDAD Formar a la comunidad para que se reúnan y decidan sobre acciones locales mejoradas y acciones que se van a tomar.

7 PLAN DE LOS VECINOS Desarrollar un plan de acciones locales mejoradas y acciones que se van a tomar.

8 BUENAS PREGUNTAS Desarrollar un plan de acciones locales mejoradas y acciones que se van a tomar.

9 FORMAR UN PLAN DE ACCIONES Desarrollar un plan de acciones locales mejoradas y acciones que se van a tomar.

10 ¡REPLICALO CUANTAS VECES QUIERAS!

www.ciudademergente.com
www.ciudademergente.com
www.ciudademergente.com

024 O *Malón Urbano* é a técnica utilizada pela *Ciudad Emergente* para promover debates entre os vizinhos. O método está descrito em 10 passos

O envolvimento das populações legitima este movimento que se espalha por diversas cidades do Reino Unido, dando origem à *Street Play Policy*, criada pela primeira vez em Bristol, de forma a regular o pedido de autorização e a concretização do encontro na rua. Na página do movimento são fornecidos quatro passos que explicam como fazer o pedido ao município. O processo de reunião dos vizinhos para a ocupação da rua tem como um dos objetivos reaver a vizinhança e obriga a um sentido de responsabilidade para com o pedido formal ao município porque envolve mudanças de trânsito temporárias.

Existem formulários disponíveis para preenchimento nas páginas dos municípios que implementaram o *Playing Out*, onde também direcionam para a página oficial do movimento em que se acede ao fórum, ao blog com ideias e experiências, bem como às premissas do projeto. A internet é, por isso, um instrumento vital para a comunicação do movimento para que se possa repetir com segurança e autenticidade noutras cidades. No entanto Bristol é a cidade que tem mais frequência na utilização da rua para recreio. Neste município é disponibilizada duas vezes por semana uma lista atualizada das ruas fechadas para uma melhor gestão do trânsito.

Calles Compartidas

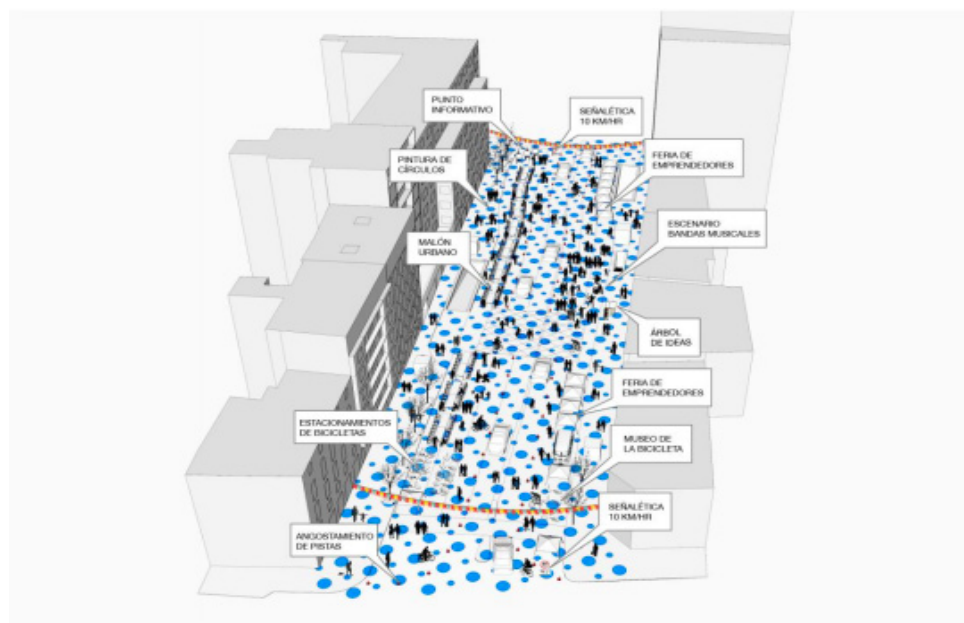
<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Santiago Chile	Ciudad Emergente	2016

O *Ciudad Emergente* é um grupo especializado em Urbanismo Tático fundado em 2011, que dinamiza a participação cidadã no Espaço Público de Santiago do Chile. Uma destas é o *Malón Urbano*, um motivo de encontro tradicional na América Latina que reúne os vizinhos numa festa comunitária reforçando a coesão social dos bairros através da discussão sobre os problemas comuns. A equipa da *Ciudad Emergente* repropõe esta tradição para envolver os vizinhos numa mesa partilhada que incentive a discussão para a melhoria das condições do seu bairro de residência.

Com o crescimento urbano das cidades e a desvalorização das redes de vizinhança, os *Mallones* tradicionais não se realizam com tanta frequência entre os vizinhos, por isso a equipa da *Ciudad Emergente* lança esta iniciativa que busca uma referência cultural para mostrar como ainda existe na contemporaneidade assuntos e temas comuns que precisam da urgência do envolvimento das populações em vizinhança. O *Malón Urbano* é organizado por um anfitrião, conhecido entre os locais, que propõe o dia e convida os vizinhos, um a um, para o encontro em que cada um traz algo para um almoço partilhado. O encontro é feito numa grande mesa na rua escolhida pela comunidade. Na página do *Malón Urbano* é possível encontrar algumas dicas sobre os passos necessários para fazer acontecer este evento em diversas unidades de vizinhança.



025 A mudança de uso da rua tem efeitos na redução de CO2 nas cidades



026 O projeto da ocupação da Rua José Miguel de la Barra, em Santiago

O *Calles Compartidas* decorreu pela primeira vez em 2016, promovido pelo *Ciudad Emergente* como uma proposta de um *Malón Urbano* direcionado para a cidade, em vez das pequenas unidades de vizinhança. Este evento inspirou-se no conceito *Shared Places*, integrando-o na cultura local que levou a promover um *Gran Malón Urbano* na Lastarria y Belas Artes, uma das zonas mais importantes de Santiago, reunindo na Rua performances artísticas, comércio e restauração, que convivem com a circulação de carros e bicicletas. Esta iniciativa procurou testar a nova utilização do espaço urbano da cidade com um sistema de circulação partilhado, que diminui a emissão de CO² e o excesso de velocidade na circulação, incentiva novas formas de ocupação e circulação no espaço, e permitir a convivência entre os transportes (motorizados ou não) e os peões, sem o sistema de regulação normal, dando origem ao nome *Calles* (ruas) *Compartidas* (compartilhadas).

A ocupação da rua com o *Calles Compartidas* decorreu durante três dias. O espaço foi organizado com um desenho temporário no pavimento (uma das técnicas do Urbanismo Tático) que esbateu a diferença entre o passeio e a estrada com o padrão contínuo promovendo uma leitura global do espaço entre os edifícios. As cadeiras, as mesas, o comércio e os espetáculos organizaram a circulação dos vários atores que compartilharam o espaço, entre carros, bicicletas e peões.

Resultado

A experiência sobre a Rua como a maior infraestrutura urbana e o maior Espaço Público numa cidade representa uma mudança cultural na utilização desta. Em especial, as *Calles Compartidas* propõem uma convivialidade entre o Homem e o carro no Espaço Público, relação que tem sido separada por regras e novas vias de trânsito para impedir o cruzamento dos dois. Esta procura de segurança é uma das razões que leva ao aparecimento do movimento *Playing Out* para a proteção das crianças, por exemplo.

Para os envolvidos na promoção dos eventos, o encontro entre locais e a reconquista da vizinhança é um dos valores mais reconhecidos. O movimento gerado serve de catalisador para a repetição por outros bairros e entre outros vizinhos, sendo desse modo uma ferramenta adaptável às circunstâncias com o objetivo de reviver a vizinhança e reconhecer a importância do local. A conquista da rua significa para os residentes uma ampliação da pertença confinada na habitação, lugar da esfera privada. A falta de lugares formais de troca social e de construção de identidade coletiva na proximidade e a falta de envolvimento e compromisso locais inibem a livre expressão do indivíduo. Nestas experiências reconhece-se o valor das parcerias entre moradores, comerciantes e entidades.



027 O fecho da rua promove o encontro entre os residentes

Com o giz e os brinquedos que se trazem de casa, o *Playing Out* promove a vizinhança e o sentimento de pertença através da relação entre as crianças, conferindo qualidade de vida para os residentes.



028 O Urbanismo Tático como metodologia de aplicação das *Calles Compartidas*

O tratamento do pavimento de forma una, como sugerem as experiências mais antigas de *Shared Places*, é conseguido através da pintura dos passeios e das faixas rodoviárias com o mesmo motivo, de modo a enfatizar uma mudança de utilização nos dias da iniciativa.

O carácter provisório das intervenções ajuda a que a população se aproprie das dinâmicas conforme a sua vontade sem estar presa a alterações determinantes no espaço, podendo testar as necessidades e as soluções. O Urbanismo Tático promove a atuação sobre o território de forma reversível, podendo evoluir para uma concretização formal se a comunidade e o poder local assim compreenderem, depois de legitimado e aceite pelo uso dos cidadãos.



029 O Bairro Terras da Costa localiza-se num vale de uma zona agrícola da Costa da Caparica

Cozinha Comunitária das Terras da Costa

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Costa da Caparica Portugal	Comissão Moradores do Bairro “Terras da Costa”	2012

A Comunidade “Terras da Costa” localiza-se numa área de reserva agrícola da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, onde a construção de edifícios e infraestruturas não é permitida, sendo por isso um bairro de construção ilegal criado por comunidades imigrantes de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, bem como uma grande comunidade cigana. Na zona da Costa da Caparica, este não é o único bairro de génese ilegal e com problemas sociais e de integração. No entanto, pela sua localização na reserva agrícola, a falta de infraestruturas básicas, como o abastecimento de água potável, torna a comunidade segregada, que com outros fatores, como a imigração, contribui para a sua precariedade.

Este bairro teve início nos anos 70 como solução rápida de habitação, precária, dos imigrantes que chegavam à procura de melhor qualidade de vida, instalando-se nos terrenos disponíveis e longe de zonas mais movimentadas. Esta solução de um momento para o outro juntou culturas num mesmo território que não partilham uma identidade coletiva. A falta de sentido de comunidade ilustra-se, por exemplo, na conformidade com que os residentes olharam o problema do abastecimento de água. Em vez deste espoletar a buscar conjunta de uma solução viável para todos a longo prazo, cada um resolveu a sua necessidade através do transporte em bidões. Disto resulta que os socialmente mais fracos, por não terem capacidade para fazer o trajeto, tornaram-se consumidores daqueles que, tendo meio de transporte, lhes faziam a entrega em casa. Resta sublinhar que a água é uma necessidade básica, para compreender a injustiça.

Entre académicos, pescadores e moradores, nasceu um projeto científico, dentro do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, com o nome *Fronteiras Urbanas* (FU), financiado pela FCT²⁹, com o objetivo de promover a alfabetização e dinâmicas de encontros culturais para a educação comunitária. Este projeto foi iniciado na sequência do projeto *D.A.R. à Costa*³⁰ e envolveu os participantes deste na

²⁹ A Fundação para a Ciência e Tecnologia financiou o projeto em 2010, com 20.000€, dentro da área científica Ciências Sociais - Estudos sobre Ciência e Sociedade.

³⁰ O *D.A.R. à Costa – Tr@nsFormArte* desenvolveu o seu trabalho entre 2007 e 2009, na Costa da Caparica, ao abrigo do Programa Escolhas, vocacionado para a promoção social de crianças e jovens, em parceria com as instituições locais, na concepção, implementação e avaliação do processo. O *D.A.R. (Desenvolver Aprender e Reconhecer) à Costa* foi coordenado por Mónica Mesquita, em 2009, investigadora sobre a relação do espaço urbano com a experiência da criança e que foi líder do projeto científico *Fronteiras Urbanas*.



030 A água era transportada em garrafões ou bidões até ao bairro

Um dos problemas com que o projeto *Fronteiras Urbanas* trabalhou com a população foi a melhoria da condição precária com a falta de abastecimento de água.



031 A grande conquista da comunidade foi o abastecimento de água desencadeado pela Câmara Municipal de Almada, em 2014

constituição da equipa científica. Esta composição da equipa com atores locais tornou mais amigável a entrada do *Fronteiras Urbanas* no Bairro o que ajudou a legitimar as primeiras propostas lançadas à comunidade. Este é também o motivo que leva a considerar o trabalho do FU como *bottom-up*, uma vez que inicia e entra no bairro através de elementos da comunidade local.

O abastecimento de água, como a necessidade urgente da população, justifica a intervenção do *Fronteiras Urbanas*. Por esse motivo, a Cozinha Comunitária responde mais concretamente à carência identificada, mas aproveita a oportunidade para que outros objetivos sejam conquistados como ajudar a população a ter voz em decisões políticas sobre o seu território e a desenvolver uma escola comunitária onde se promove a emancipação dos locais (Mesquita, 2014). Neste processo de trabalho nas Terras da Costa será evidente como a reivindicação de um direito, como o acesso a água potável, reúne a comunidade na busca de soluções que se traduzem num pensamento territorial e do quotidiano. Assim, reconhece-se a indissolúvel relação entre a experiência física e a social, e a importância de uma capacitação para o diálogo e a cooperação com as entidades e instituições locais.

O trabalho do *Fronteiras Urbanas* na Costa da Caparica foi muito enriquecido com a parceria académica com a Universidade Autónoma de Lisboa que, em 2012, desenvolveu o *Workshop “Noutra Costa”* com o objetivo de estimular o diálogo entre a população sobre as necessidades e as possibilidades de ação. O Departamento de Arquitetura e o Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa dinamizam anualmente este tipo de discussões sobre o Espaço Público, explorando o potencial diálogo e transformação gerado no encontro entre as pessoas.

Neste Workshop foram envolvidos o *Ateliermob*, um atelier profissional de arquitetura, e o *Coletivo Warehouse*, um grupo de estudantes de arquitetura, que já tinham colaborado com o *Fronteiras Urbanas* no projeto para uma casa comunitária na mesma zona – a Casa do Vapor³¹. Importa referir que a ação destes grupos foi sempre no sentido de capacitar os locais para a melhoria das suas condições de habitabilidade, assumindo um carácter temporário que tem como visão corresponsabilizar o Município de Almada e os moradores, na procura de soluções que visem realojar condignamente os cerca de 500 residentes nestas condições desfavoráveis.

Nesse sentido, procurou-se o apoio da Câmara Municipal de Almada que autorizou a construção temporária da Cozinha e fez a ligação para o fornecimento de água potável no Bairro. O período de ocupação da Cozinha ainda não está definido pois depende do

³¹ A Casa Vapor é uma estrutura efémera de madeira construída no bairro de pescadores na Cova Vapor. Funcionava como um ponto de encontro da comunidade, com uma biblioteca, construído com os residentes (Sacchetti, 2013).



032 O trabalho envolveu uma proximidade com a comunidade

A escolha do local, do programa e a construção em conjunto foram importantes para integrar a comunidade nos assuntos do seu Bairro e promover o compromisso e responsabilidade.



033 Os workshops acompanharam a construção da cozinha

A par da construção foram desenvolvidos workshops que capacitaram a população, envolvendo-a na criação de uma imagem para a cozinha, utilizada em panos, sacas, placas, entre outros.

cumprimento do realojamento dos residentes para os bairros da cidade. No entanto, por ser reconhecido o carácter temporário da construção, usaram-se as madeiras da construção da Casa Vapor, que entretanto tinha sido desmantelada por chegar ao fim do seu propósito. Mais tarde, a Cozinha Comunitária recebeu um financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Humano³², num total de 30 mil euros.

Processo

No *Workshop* “*Noutra Costa*”, que envolveu a comunidade académica e a comunidade residente no Bairro Terras da Costa, nasceu a vontade dos moradores discutirem as necessidades do bairro junto das entidades e instituições locais, mas para isso era necessário criar uma Comissão de Bairro. Assim, organizaram-se eleições para a constituição de uma Comissão de Moradores, onde os estudantes voluntários no *Workshop* prepararam a logística necessária para que todos os moradores votassem, incluindo os incapacitados de deixar a sua habitação (cujo voto foi recolhido em casa). Para além da identificação dos meios e recursos que poderiam ajudar na melhoria das suas condições de habitabilidade, a comunidade iniciou um processo de identificação e pertença que se desencadeou num compromisso de melhoramento no Bairro.

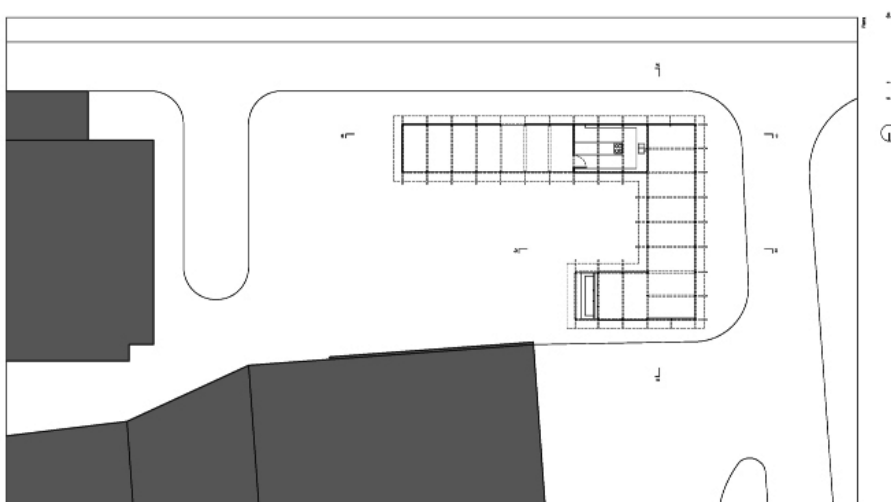
Nesta Comissão de Moradores discutiu-se, entre outros, o alarmante problema do abastecimento de água, uma necessidade comum. Daqui resultou a ideia de construir uma Cozinha Comunitária como pretexto para solicitar à CM Almada uma linha de água até ao Bairro. Em 2013, entre a Comissão de Moradores e o grupo de voluntários, escolheu-se o local da cozinha e iniciou-se a limpeza do entulho enquanto se esperava a autorização camarária para a construção do equipamento desejado. A madeira da Casa Vapor, entretanto desmontada, foi o principal apoio para a construção da 1ª fase da cozinha, que procurava receber a água municipal e ser um espaço polivalente da comunidade.

Apesar da construção do equipamento ser o centro do dinamismo dos moradores das “Terras da Costa”, os tempos de espera e de construção foram sempre acompanhados com pequenos *workshops*, promovidos pelo projeto *Fronteiras Urbanas*, que estimulavam o envolvimento e o sentido de pertença. Nesses *workshops* produziam-se, por exemplo, panos para a cozinha, sabão e outros materiais para a utilização da comunidade ou para venda, de forma a angariar fundos para a construção de todo o complexo.

³² O Programa de Desenvolvimento Humano pela Fundação Calouste Gulbenkian, tem como objetivo “*Incentivar e facilitar a inclusão dos grupos mais vulneráveis da população, através de iniciativas focadas na inclusão social das pessoas, no desempenho das organizações do terceiro setor ou ainda no conhecimento das dinâmicas sociais*” e tem um período para submeter um projeto a candidatura.



034 Implantação da cozinha (fotografia)



035 Implantação da cozinha (planta)

A norte, o chafariz; e a sul, a cozinha e sala de refeições aberta sobre a paisagem. No interior do μ , embora não esteja desenhado em planta, existe uma pequena estrutura que serve de palco.

Uma das iniciativas foi a construção de um Painel de Informação que colocava os residentes a par do desenvolvimento da obra, das atividades e *workshops*, entre outros anúncios que promovem um contacto permanente com a comunidade. Foi também criada uma Caixa de Correio, uma vez que as casas não tinham um endereço para o qual fosse enviada correspondência.

O contacto entre arquitetos, voluntários, sociólogos, educadores e a comunidade, através de jantares, reuniões informais e em atividades de lazer espontâneas, mostrou-se essencial para a relação com os residentes, aumentando a capacidade de comunicação entre as partes. Do mesmo modo, a visita da Câmara Municipal de Almada ao Bairro, em julho de 2014, diminuiu a distância institucional e a desconfiança com que a comunidade interagia com as autoridades, permitindo um contacto direto na procura de uma solução conjunta. Nesta visita ficou o compromisso de se avançar com a ligação da água potável até ao fim do verão, o que foi cumprido talvez pela projeção mediática que o financiamento da Fundação Gulbenkian espoletou.

Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian no verão de 2014 foi possível definir e construir o restante programa. Durante a oficina de 3 semanas, entre voluntários e Comissão de Moradores do Bairro compreendeu-se que esta Cozinha seria, não apenas um espaço de preparação de refeições, mas o principal Espaço Público do bairro. Nesse sentido o programa foi alargado criando, para lá da cozinha e da lavandaria, um espaço multifuncional com uma zona para palco e para o encontro da comunidade. De acordo com o objetivo inicial do projeto, foi desenhado um chafariz para utilização da comunidade, construído depois da ligação feita pela CM Almada. O projeto de arquitetura procurou, na sua forma, criar um equipamento agregador da comunidade, abrindo-se para as terras de cultivo. Era intenção da comunidade que a cozinha funcionasse como um espaço aberto e atravessável pois pretende fomentar uma imagem positiva sobre o bairro e a sua comunidade para aqueles que a vissem. Assim, o equipamento envolve em *u* o palco e abre para a paisagem composta pelos campos agrícolas.

Resultado

A construção da Cozinha Comunitária tinha como objetivo um uso polivalente para a dinamização da comunidade. O seu envolvimento e participação passou pela construção da obra, mas também pelos diversos *workshops* quer para o desenvolvimento do projeto como para a construção da obra, ou ainda por atividades de carácter pedagógico, de acordo com os objetivos do *Fronteiras Urbanas*. A inauguração do chafariz de água foi também um grande motivo de reunião pela conquista que representou para a comunidade, reunindo todos os que acompanharam o desenvolvimento do projeto. A celebração das metas alcançadas ao longo do percurso para o objetivo final tem um impacto importante na comunidade, ajudando a manter o equilíbrio das expectativas e o ritmo dos marcos importantes no processo.



036 Refeição em conjunto da comunidade

As casas no Bairro não têm cozinha o que faz com que esta Cozinha Comunitária seja um espaço de encontro na comunidade e partilha de refeição.



037 Teatros promovidos pelo Fronteiras Urbanas

As sessões de teatro que envolvem essencialmente as crianças são promovidos dentro do programa educativo e com abertura aos residentes vizinhos.

Os Workshops também tiveram esta função, envolvendo os elementos da comunidade, particularmente as crianças, na execução de peças úteis para a cozinha ou para venda, criando uma atmosfera em que todos se sentem parte da solução em marcha.

A Cozinha Comunitária, enquanto Espaço Público por excelência para a comunidade, funcionou durante a intervenção do *Fronteiras Urbanas* como uma Escola Comunitária focada principalmente na ocupação das crianças nos seus tempos livres e na alfabetização das mulheres. Este serviço à comunidade prevê a capacitação destes imigrantes nas suas dificuldades com a Língua Portuguesa, no acompanhamento dos trabalhos de casa das crianças e ainda noutra tipo de atividades importantes no desenvolvimento psico-motor. Hoje continuam a desenvolver-se com a comunidade projetos deste tipo embora menos formais, continuando a missão de capacitar e envolver estas populações.

Por outro lado, a identificação de uma zona onde as crianças pudessem brincar em grupo com confiança representa para os pais uma mais-valia. A Cozinha é um ponto de encontro entre as crianças quer para os tempos-livres, quer como referência de lugar no Bairro. A par desta utilização mais interna ao Bairro e às áreas vizinhas, a cozinha tem sido utilizada para sessões de Teatro, algumas com os próprios residentes, e Concertos, que possibilitam a convivência não conflituosa entre os residentes locais e os visitantes.

Hoje, as reuniões da Comissão de Moradores do Bairro têm lugar na Cozinha Comunitária, que também serve de armazém para os donativos de roupa que são feitos. Desta forma, compreende-se o impacto social da utilização da Cozinha como espaço de assembleia e discussão dinamizada pelos próprios moradores. A eleição de uma Comissão fomentou o sentido de comunidade e desenvolveu uma cidadania ativa reclamando a melhoria das suas condições de vida e dos problemas sociais que sofrem, através do diálogo com as entidades e instituições locais competentes. Sem a organização da comunidade, neste caso através de um sistema representativo, a Comunidade Terras da Costa não refletia as questões cruciais, os seus direitos e deveres, o que incentivava um caminho vicioso de segregação.

O sucesso da Cozinha Comunitária das Terras da Costa deve-se muito à relação estreita entre a comunidade académica, piscatória e os moradores do bairro ilegal durante os diversos projetos contribuindo para o maior desenvolvimento humano do Bairro. Deste modo e de forma indissociável, o processo de construção da cozinha teve um impacto na melhoria da autoestima da população, permitindo que esta tome novos passos que prevêm um futuro com maior esperança. Um desses processos em curso é o realojamento dos residentes para os Bairros Sociais do Monte da Caparica. Embora esteja a ser feito em fases, a voz que se deu a estas populações fez com que o processo não caísse no esquecimento administrativo, reivindicando o direito à habitação destes cerca de 500 habitantes.



038 O programa educativo

A ocupação de tempos de livre e apoio ao estudo e a Escola Comunitária ocupam um lugar importante na capacitação das mulheres e das crianças, em especial, de forma a promover maior inclusão social.



039 A Cozinha Comunitária é uma conquista de todos

O reconhecimento com o prémio de Arquitectura Archdaily envolveu a comunidade. Aqui a notícia no Painel de Informação está em português e crioulo.

Em 2016, a arquitetura da Cozinha Comunitária e o seu carácter social valeu-lhe o Prémio Edifício do Ano do Archdaily, ganhando renovada projeção particularmente na disciplina da Arquitetura. No entanto, o Ateliernob e Warehouse recordam o carácter temporário do edifício que deverá ser desmontado (como aconteceu com o projeto da Casa Vapor de onde vieram as madeiras) assim que a necessidade da comunidade tenha uma resposta adequada das entidades locais responsáveis pela habitação. Para já não existem previsões para quando será, mas sabe-se que o realojamento está a ser feito para os Bairros Sociais do Monte da Caparica por parte da Câmara Municipal de Almada.



040 Projeto de *Haas&Hahn* para as favelas do Rio de Janeiro

Um dos objetivos da dupla era pintar os morros das favelas do Rio, como se pode compreender nesta proposta de imagem. A obra pretendia ter um impacto nas comunidades residentes, mas também na paisagem (na forma como se olham as favelas).

Favela Painting Project

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Rio do Janeiro Brasil	Haas&Hahn	2006

Jeroen Koolhaas e Dre Urhahn, dois artistas plásticos holandeses com o nome artístico *Haas&Hahn*, iniciaram em 2006 o *Favela Painting Project* (FPP) no Rio de Janeiro, Brasil. O projeto tem como objetivo estudar a possibilidade de executar uma pintura a grande escala numa favela, transformando os morros numa obra de arte na paisagem. Apesar desse objetivo não ter sido cumprido até hoje, a sua atuação a diversas escalas perspetivou uma mudança social nas favelas do Rio. A primeira viagem da dupla ao Brasil deveu-se a um registo em vídeo sobre a Cultura do Hip Hop nas favelas. Neste contexto e de forma informal, foram envolvidos na pintura de paredes, embelezando as zonas empobrecidas e desqualificadas pela imagem de “permanente construção” incitada pelos tijolos e cimento à vista, e pela falta de Espaços Públicos formais e reconhecíveis.

Favela Painting Project evoluiu ao longo dos trabalhos e dinamizou mais participantes, sendo posteriormente conduzido pelos moradores. O seu financiamento é retirado de atividades de angariação de fundos, vendas e donativos. Com a mediatização destas iniciativas, este projeto gerou um movimento que multiplicou as experiências por outros países. As suas propostas funcionam como desafio aos preconceitos atribuídos às favelas, neste caso, propondo uma visão de conjunto e de comunidade aos utilizadores do espaço e, conseqüentemente, aos que observam estes morros na paisagem.

Através da pintura mural, o projeto passa uma mensagem positiva sobre a vida nas favelas, valorizando a autoestima dos residentes. Apesar de ser uma iniciativa particular, tem um efeito no Espaço Público que ajuda a valorizar as zonas através de uma identidade forte. Estas favelas são conhecidas pela violência e tráfico ilegal, onde existe confronto com a polícia quase diariamente. Apesar disso, aqui vivem muitas pessoas para as quais a cidade não consegue dar resposta de um alojamento e um estilo de vida menos precário. As favelas crescem com um modelo de organização próprio e frequentemente são vistas como a antítese da cidade, chegando a não fazer parte do planeamento da mesma e da ação do governo local (apesar de aí residirem grande parte da sua população, economicamente mais frágil) gerando grandes desequilíbrios sociais. De forma sistemática estas são consideradas zonas de perigo, sendo um lugar negativo para o público em geral.



041 **Boy with kite (2007)**

A primeira obra da dupla holandesa que espoletou a curiosidade nos residentes.



042



043



044

Envolvimento da comunidade na pintura, depois da devida formação e algumas indicações de segurança

Face às questões sociais identificadas, o projeto tem como objetivo pintar um morro de uma favela, através da mobilização da comunidade para a pintura das suas habitações de forma a reabilitar o espaço físico, para além de dar uma ocupação aos jovens locais e inspirar o bairro com experiências salutareias de festa e convívio. Dada a dimensão da favela, a estratégia passou por intervir em locais seleccionados de modo a treinar uma intervenção maior e a aplicabilidade dos métodos. A metodologia será explicada através da apresentação de duas intervenções – o Rio Cruzeiro e a Praça Cantão – e da relação entre elas. O trabalho do *Favela Painting* tem um carácter de experimentação e evolui da pequena escala, promovendo um modelo bottom-up, o que obriga a utilização de métodos de continuidade da experiência, com metas de curto alcance e realistas.

Nos primeiros trabalhos, a curiosidade relativamente à proposta dinamizou a comunidade que ao aderir ao projeto permitiu aumentar a complexidade dos trabalhos, gerindo melhor as expectativas e o tempo de execução. Esse trabalho resultou num cumprimento dos objetivos a curto prazo, contribuindo para o crescimento da confiança interna (da comunidade residente para com o projeto) e externa (da imagem do bairro para a cidade e outros públicos).

Uma vez que não existe financiamento oficial, numa primeira fase a gestão do projeto foi sendo possível pela projeção mediática internacional. Neste sentido o FPP começou por criar uma página de divulgação na internet onde está disponível um modelo de donativo personalizado que funciona como uma compra direta de bens³³ num carrinho de compra virtual, prosseguindo para o seu pagamento através de cartão de crédito ou Paypal. Pode também ser adicionada a identificação do utilizador ou alguma nota para a entrega. Este modelo de financiamento, intitulado *Reward Plan*, direciona de forma personalizada os donativos, embora possam ser feitos por transferência bancária sem definição do bem adquirido.

A cidade de Amesterdão, sede do *Favela Painting Project*, é o lugar de onde vem grande parte da ajuda para a execução dos trabalhos, quer através de donativos, quer de leilões e venda de trabalhos artísticos da autoria de *Haas&Hahn* relacionados com as favelas. A projeção do projeto no contexto internacional e a dependência deste tipo de donativos para a continuação do projeto obrigam a que a comunicação na página seja em inglês em vez da língua nativa onde o projeto se desenvolve.

³³ Podem ser adquiridos andaimes (500,00€), escadas (150,00€), arnés de segurança (100,00€), almoços para a equipa de pintura (50,00€), baldes de tinta (35,00€), capacete de proteção (20,00€), copos de mistura de tinta (10,00€), rolos de pintura (5,00€) e trinchas (2,50€). (*Favela Painting*, 2017).



045 Escadas Santa Helena

Localizadas entre a construção informal, as escadas resolvem a mudança de cota permitindo a organização das habitações a diferentes alturas.



046 Localização das escadas e da pintura *Boy with Kite*

A primeira experiência da dupla, junto do campo de jogos, funcionou como uma provocação: *Boy with Kite*, em 2007. Durante os trabalhos, por se tratar de um sítio de grande utilização pelos residentes, entre os que passavam alguns deram sugestões, das cores a utilizar, por exemplo, e outros ajudaram na pintura, iniciando-se assim um processo de aceitação ainda embrionário. Uma vez que a dupla era exterior à comunidade, e por isso a desconfiança era uma das barreiras a superar, foi essencial um acompanhamento gradual que passou pela estada nas favelas, pela partilha das refeições, por delegar o trabalho em tarefas mais pequenas e concretas para que mais pessoas pudessem participar na solução.

A criação de uma relação afetiva com os moradores levou-os a aceitar o projeto e muitos moradores encontraram assim a sua fonte de rendimento familiar, um emprego e uma função na comunidade, quer na pintura e no armazenamento dos donativos, como na documentação dos projetos e na organização de churrascos e concertos. A capacitação da comunidade cresceu à medida que se tornava mais claro o *feedback* positivo na forma como as comunidades exteriores elogiavam o trabalho, em contraste com as notícias de violência geralmente associadas às favelas no Rio de Janeiro. O projeto foi assim evoluindo da parede, à praça até ao conjunto da favela.

Rio Cruzeiro

Pintura

2008

Envolvidos

Haas&Hahn

Rob Admiraal (tatuador)

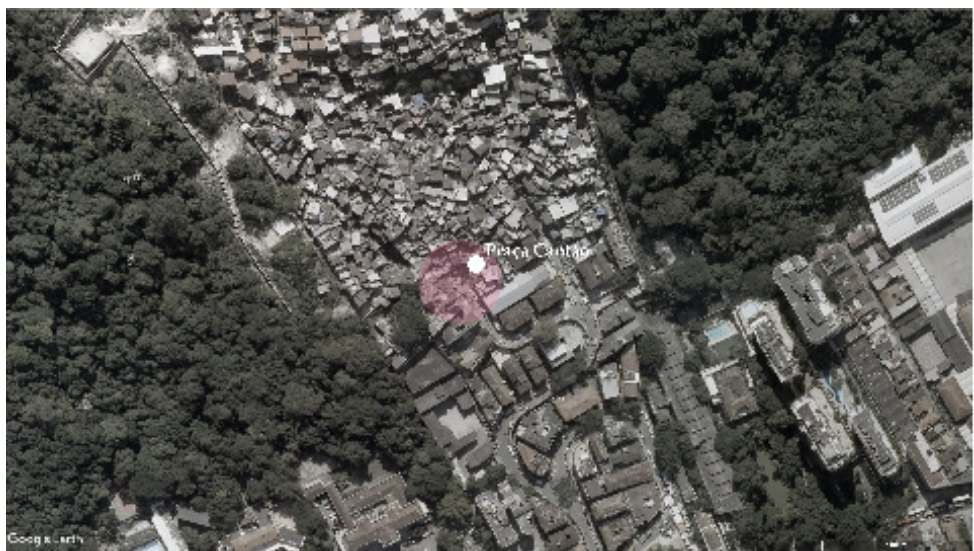
A pintura nas escadas da Rua Santa Helena, na Vila Cruzeiro, localiza-se no centro da estrutura do bairro, numa encosta de cimento onde se entrecruzam escadas que ligam duas zonas com grande diferença de cotas. A Vila Cruzeiro tem ainda a particularidade de ser uma zona de alto risco, com muita violência e tiroteios, que durante a execução da obra ocorriam diariamente. Esta intervenção do *FPP* tem um forte carácter de provocação, pois pretendia chamar a atenção dos residentes que olhavam para a dupla com desconfiança. Através do embelezamento do espaço exterior à habitação criou-se a oportunidade de pensar o comum: o espaço que para uns é o caminho para casa, para outros a vista do quarto ou um ponto de encontro com os amigos. As escadas, sendo um momento singular na área edificada, marcam uma zona da favela, e são também identidade coletiva, um pretexto para, entre vizinhos, existir mais do que o espaço da habitação (esfera privada) dando forma e lugar à sociabilidade: o Espaço Público.

Para isso, foi importante a colaboração com o tatuador local Rob Admiraal, especialista no desenho de carpas ao estilo japonês, que pensou com o *FPP* o desenho para as escadas que apresenta uma mensagem positiva de um conjunto de carpas que sobem o fluxo das águas indo contra a corrente, numa alusão à própria comunidade da Vila



047 Vista geral da composição da Praça Cantão

A composição envolveu 34 casas e aproxima-se do impacto na paisagem pretendido inicialmente pela dupla. A Praça Cantão representa formalmente a entrada nesta favela, agora evidenciado pela pintura.



048 Localização da Praça Cantão, a sul do Rio de Janeiro

A praça localização na linha que separa a cidade formal da cidade informal.

Cruzeiro e um retrato de esperança com que esta comunidade se pode identificar. Depois de delineados os primeiros traços, alguns moradores, que já seguiam com atenção o trabalho, ajudaram na pintura. A curiosidade reuniu na rua as crianças e os jovens, renovando a utilização das escadas que até ali serviam apenas de passagem e agora eram um marco de permanência. A pintura foi concluída em 2008, 8 meses depois de iniciada, e na segunda viagem de *Haas&Hahn* ao Rio de Janeiro.

No vídeo de apresentação do trabalho, que ganhou a atenção dos média pela escala e novidade, *Haas&Hahn* referiam a grande oportunidade de trazer a cultura para a Vila Cruzeiro, onde a maior parte dos residentes não tinha um contacto com a pintura nem tinha visitado um museu. A festa de inauguração organizou-se de modo a tornar pública a conclusão do trabalho e a atrair os olhares exteriores, uma vez que internamente este se tornou um símbolo de orgulho. Após o sucesso desta intervenção, *Haas&Hahn* entravam com mais confiança na comunidade, onde conheceram outros moradores e outras favelas do Rio de Janeiro. Facilitados pelo contacto constante, entre churrascos e convívios de rua informais, foram surgindo outras ideias e oportunidades. O fortalecimento da relação entre os intervenientes levou a que o sonho de pintar uma favela inteira deixasse de ser só de dois, mas de um coletivo.

Praça Cantão

Pintura

2010

Envolvidos

Haas&Hahn

Comunidade Santa Marta

Após o trabalho na Vila Cruzeiro, surge a intervenção na Praça Cantão, o caso mais mediatizado entre as várias iniciativas do grupo. A praça, de origem informal, marca a entrada na Favela de Santa Marta, na zona mais baixa do assentamento, formando um semi-círculo com as casas que a envolvem a norte. A intervenção consiste na pintura de todas as fachadas que compõem a praça construindo uma imagem coletiva da zona, o que incitou a participação ativa dos proprietários. O trabalho, de média escala, recorre a um desenho simples de raios coloridos que atravessam as 34 casas que formam a praça, remetendo para a ideia de obra de arte na paisagem que se aproxima da expectativa a longo prazo do grupo. O trabalho foi encomendado pela Comunidade, já organizada, da Favela de Santa Marta e empregou 25 locais nas obras de pintura da Praça.

O *FPP* caracteriza este trabalho como *community art* reforçando a origem do mesmo na expressa vontade dos residentes e o seu potencial catalisador da melhoria da habitação e da relação entre a vizinhança em geral. Alguns dos comentários sugerem que pela beleza exterior das suas casas as pessoas começaram a ter mais brio na utilização e manutenção do espaço, bem como da sua habitação. Esta intervenção



049 Escolas de capoeira na Praça Cantão



050 Os residentes ocupam-se da pintura das fachadas

criou um espaço de identidade para esta comunidade, que inclusivamente colocou, na entrada da Praça, um portal que identifica a Comunidade Santa Marta. Atualmente o piso térreo dos edifícios que formam a praça foi ocupado com barbearias e escolas, por exemplo de capoeira, animadas pela energia que o tratamento colorido conferiu ao conjunto urbano.

Apesar de se localizar numa favela, onde não existe uma organização formal reconhecida pelo governo local e que, por consequência, poderia ser uma zona escondida do mundo, a Praça Cantão foi reconhecida pela CNN Travel como “*one of the twenty-five world’s brightest most colorful places in the world*” dando maior visibilidade à obra e às questões sociais presentes. O desenho e as cores utilizadas dão vitalidade ao espaço que vivia com o aspeto decadente do tijolo e da argamassa, ao mesmo tempo que caracteriza os usos e os gostos dos residentes, fazendo com que se identifiquem mais com o lugar em que habitam e na forma como este é comunicado para o exterior.

Uma vez que esta intervenção dinamizou mais formação e emprego dos locais foi possível concluir em 1 mês os trabalhos. Esta boa gestão das expectativas reforçou a legitimidade do *Favela Painting Project* que começava a automatizar-se pelos brasileiros que se comprometiam de um projeto para outro. O sucesso das experiências e a mediatização levaram a que surgissem mais convites para pintar outras comunidades. O impacto estendeu-se a outros países, nomeadamente aos Estados Unidos da América para intervir em alguns bairros problemáticos.

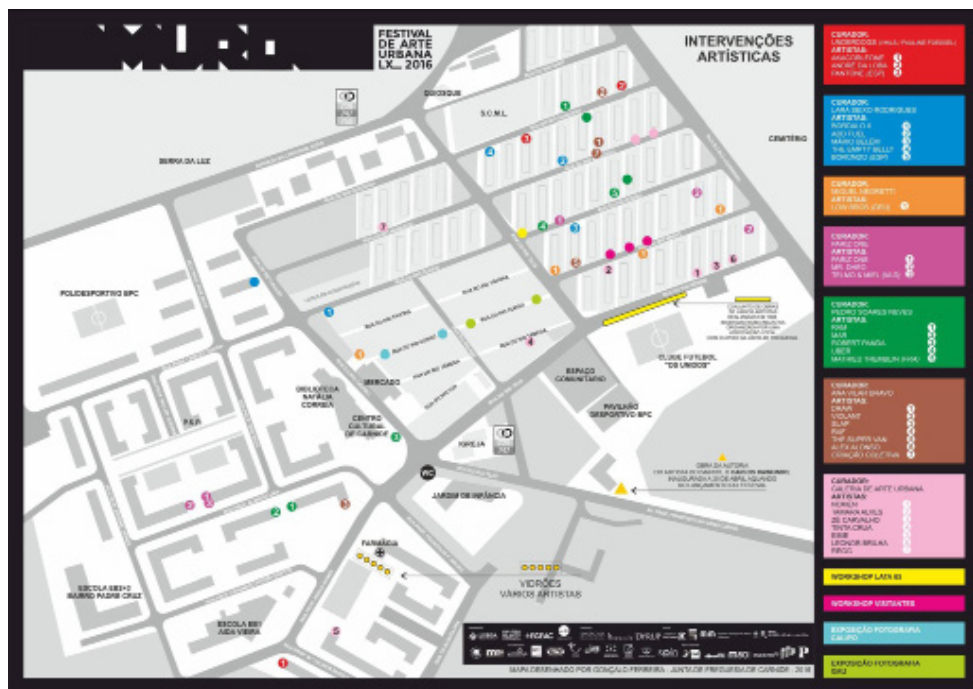
Resultado

O *Favela Painting Project* teve um impacto significativo nas favelas onde desenvolveu o seu trabalho, quer pela melhoria da imagem destes bairros, quer pela criação de emprego. Através de uma formação adequada, os locais, e principalmente os jovens, puderam encontrar aptidão para o desempenho da função de pintor e na construção em geral. O sentimento de utilidade, como se pode ouvir num dos documentários (*Espacios de Paz*, 2015), resgata a comunidade residente da precariedade do desemprego ou da inércia perpetuados pela segregação. Com o financiamento que o *FPP* foi conseguindo, o emprego dos locais pôde ser remunerado contribuindo desse modo não só para a responsabilização coletiva na melhoria dos espaços comuns e da paisagem, mas também para o sustento familiar.

O envolvimento dos jovens revelou-se o mais importante e intenso ao longo do processo pois são uma camada geralmente sem compromissos de trabalho ou familiares. O contacto com uma experiência oposta à realidade mais visível na favela, como cenas de crime e violência, despertou a curiosidade e por vezes criou um compromisso para o desenvolvimento de várias tarefas como o registo fotográfico, o armazenamento do material, a impressão de t-shirts e a organização de eventos, por exemplo. Através desta experiência conseguiu-se cultivar o sentimento de pertença, que supera a duração da iniciativa, repercutindo-se na forma como se relacionam em comunidade, pensam os problemas comuns e tomam uma atitude ativa como cidadãos.



051 Na Vila Cruzeiro, o trabalho envolveu jovens no desenho, na pintura e na inauguração do resultado final

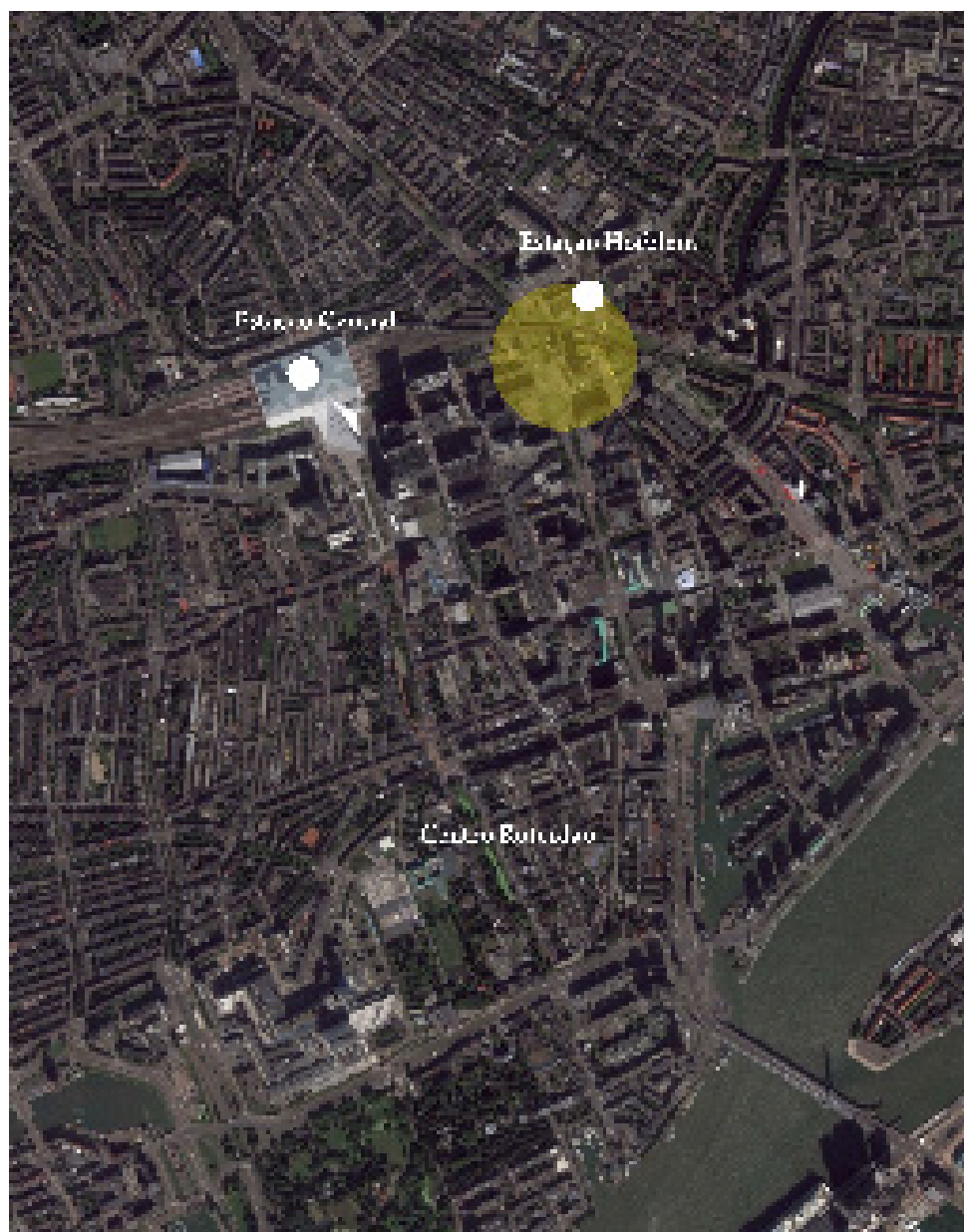


052 Mapa com as intervenções artísticas no Bairro Padre Cruz
As associações locais promovem visitas guiadas ao Bairro para ver as pinturas murais de artistas reconhecidos na arte urbana.

Apesar do começo desta iniciativa ser atribuído a dois artistas holandeses, Jeroen Koolhaas e Dre Urhahn, que atuam sobre uma realidade geográfica e social distinta da sua de origem, o *Favela Painting Project* desenvolve-se a partir da participação de habitantes da favela na gestão e desenvolvimento da ideia, bem como na concretização da pintura. Ao longo do seu percurso, o *Favela Painting* foi desenvolvendo a iniciativa local, conseguida através do sentimento de pertença criado na vida de muitos jovens que adquiriram assim um trabalho e uma ocupação. Todo este envolvimento tem claros efeitos na autoestima das comunidades, mas neste caso específico transborda de uma valorização interna para um símbolo que orgulha e identifica a comunidade, levando a que outras queiram participar no mesmo projeto. Foi nesta dinâmica que as intervenções foram progredindo de escala e geografia, saltando de comunidade em comunidade, inclusive para um bairro na Filadélfia, uma favela no Haiti ou um centro de apoio aos refugiados em Amesterdão.

Apesar do envolvimento dos moradores e primeiros beneficiários do projeto nas favelas, o *Favela Painting Project* está ligado às intenções do trabalho artístico de *Haas&Hahn* fazendo com que a sua continuação dependa destes. No Relatório Anual da Fundação de 2016 a equipa comunicou a pausa no desenvolvimento do projeto por não se rever nos objetivos atuais do grupo, que espera nova reorganização. Não obstante esta situação, reconhece-se que o *FPP* deixou um impacto que a comunidade reconhece. O exemplo disso foi o restauro da pintura *Boy with Kite*, em 2017, 10 anos depois da sua inauguração, em que a própria comunidade se reuniu para devolver o brilho ao mural, o que demonstra como é relevante a pintura e o seu significado e expressão a nível local.

O trabalho desenvolvido pelo *Favela Painting Project* recorda-nos as intervenções artísticas no Bairro Padre Cruz, em Carnide, Lisboa, no âmbito do *I Festival de Arte Urbana – Muro* e do projeto *Street Arte Carnide* dentro do programa Bip-Zip, ambos com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. O Bairro Padre Cruz é dos maiores bairros municipais de realojamento da Europa o que torna peremptória a necessidade de ações para a integração social. Nesse âmbito, foram convidados alguns artistas importantes na arte urbana para fazerem intervenções artísticas nas paredes e muros dos prédios do bairro. Esta atenção foi sendo aceite pelos residentes e hoje o Bairro Padre Cruz funciona como uma Galeria de Arte Urbana a céu aberto, com visitas guiadas que financiam as intervenções futuras. As pinturas aludem aos heróis do bairro, à realidade social do mesmo, ou ainda a alguma marca mais pessoal do artista. O processo inicia com o contato entre o artista e a comunidade do prédio ou zona onde é feita a pintura e desenvolve-se em estreita relação com os habitantes, que seguem com muita atenção e orgulho os trabalhos. O número de prédios a aderir ao programa tem aumentado com o desenvolvimento da iniciativa, sendo os próprios moradores a pedir que seja feito o desenho no seu prédio.



053 A cidade de Roterdão

As linhas de caminho de ferro cortam a cidade no sentido sul-norte que a intervenção *De Luchtsingel* tenta religar com um novo programa.

De Luchtsingel

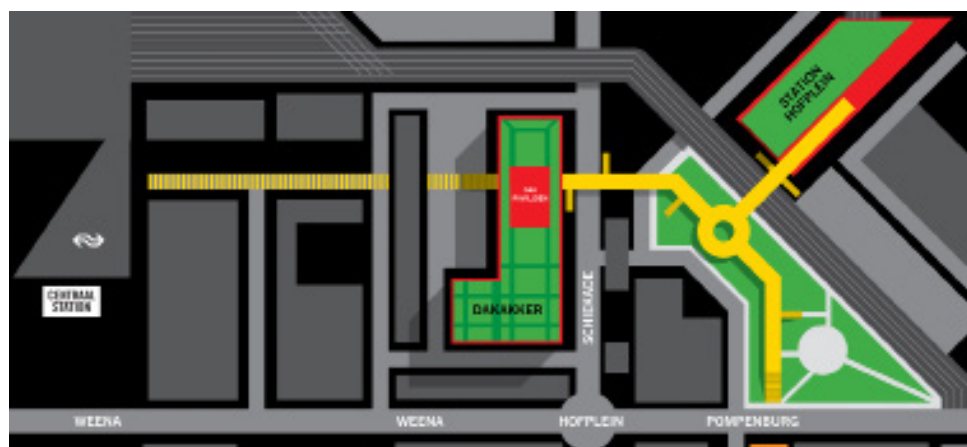
<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Roterdão	ZUS Landscape	2011
Holanda	Architecture	

De Luchtsingel localiza-se na zona de uma das mais antigas estações ferroviárias de Roterdão – Hofplein. Esta abriu em 1908, foi destruída num bombardeamento na II Guerra Mundial e, em 1956, reaberta até à construção da Estação Central em 1957. Esta nova estação substituiu as 4 estações que existiam em Roterdão (Hofplein, D. P., Beurs e Maas) levando a que perdessem o seu uso³⁴. Por outro lado, as novas linhas de comboio criaram uma barreira entre o centro e o norte da cidade de Roterdão, fragmentando o tecido urbano. A separação entre o centro de Roterdão e a zona norte – Hofbogen (zona residencial) potencia a marginalidade da zona que envolve a linha de caminho de ferro. Nesta área predominam edifícios de escritórios, alguns desocupados, o que associados à falta de dinâmicas urbanas e de pessoas, tornam esta área insegura.

Na zona identificada localiza-se o *Schieblock*, um edifício de escritórios onde trabalha o atelier de arquitetura *ZUS Landscape Architecture (Zones Urbaines Sensibles)* que explora no seu trabalho o desenho de Espaços Públicos de qualidade capazes de oferecer experiências únicas e entusiasmantes na cidade. O ZUS pensa a Arquitetura fora dos padrões de consumo, procurando fazer uma crítica ao mercado através de uma reflexão sobre o papel social do arquiteto na concessão e defesa da cidade como espaço de todos, sensível à mudança constante da sociedade e das zonas urbanas.

O trabalho deste atelier é uma crítica à área onde se inscrevem como um dos atores deste contexto, caracterizando-o como carente de vivências, com grandes redes de comunicações para transportes, armazéns de logística e edifícios de escritório. Apontam a promoção e criação de espaços de utilização pública e de áreas verdes que possibilitem a apropriação pelos residentes e empresários locais como uma das iniciativas positivas para esta zona urbana. A fraca infraestrutura de deslocação pedonal ou de bicicleta impossibilita que se complemente a deslocação casa-trabalho dos utilizadores do comboio que saem na Estação Central para a sua residência ou emprego.

³⁴A Estação Hofplein, pela sua relevância, não desapareceu e, entre 2006 e 2010, testou-se a possibilidade de ser uma das paragens de uma nova linha do metro, mas tal não aconteceu e acabou por fechar definitivamente, sem perspectiva de refuncionalização.



054 Plano discutido no *Atelier Rotterdam* sobre a proposta de mobilidade na zona



055 A proposta previa ativar uma zona verde neste ponto da cidade, entre a zona residencial e a de escritórios

Pela proximidade com o local, o atelier ZUS liderou a proposta de regeneração da área que abrange a Estação Central, Weena e Pompenburg, criando a Fundação *De Luchtsingel* que envolve residentes, empresários e organizações locais. A Fundação organiza-se segundo um modelo de Governança Cultural que gere em conjunto a articulação dos programas e iniciativas dos vários parceiros. Esta Fundação é composta por um grupo consultivo, supervisionado por um representante do Município de Roterdão, no qual participam pessoas relacionadas com o desenvolvimento da cidade e do território, e Ko Blok, aposentado e dono da empresa Blok&Ko especialista em *coaching* sobre atividades e propostas inovadoras na cidade. Existe ainda um grupo executivo, composto por dois elementos, que desenvolve o seu trabalho envolvendo representantes do Departamento de Desenvolvimento Urbano de vários distritos da cidade, bem como responsáveis da Estação Central e da Hofplein. Este grupo de trabalho reúne mensalmente para discutir todo o projeto da Fundação e a sua ação na cidade, procurando parcerias para novas dinâmicas.

Este modelo de gestão partilhada entre o Município de Roterdão e as entidades e instituições locais serve como motor de participação e envolvimento direto dos grupos na dinâmica da cidade. Este sistema revela-se de uma gestão eficaz que poderá ser interessante servir como inspiração de atuação em grandes cidades, onde não se justifica o governo local concentrar em si toda a ação da cultura e da renovação da cidade.

A proposta principal do projeto *De Luchtsingel* é a estratégia de intervenção urbana com a construção de uma ponte temporária de madeira que interliga alguns pontos importantes e singulares da área de forma a estimular a apropriação desses espaços para lazer, comércio ou novas atividades urbanas para a comunidade, como por exemplo a agricultura. Com a construção da ponte, que ultrapassa a barreira física das linhas de caminho de ferro, promoveram-se novos programas como a criação do Jardim Pompenburg e a revitalização da Estação Hofplein, através da criação de espaços comerciais e da conversão da linha num espaço verde.

Este projeto – *De Luchtsingel* – já beneficiou de financiamento do Município de Roterdão através dos programas *The City Initiative*³⁵ (num total de 4 milhões de euros

³⁵ *The City Initiative* foi um programa do Município de Roterdão lançado em 2011 que tinha disponível 4 milhões de euros para aplicar na execução de 1 projeto, escolhido a partir de 5 projetos levados a concurso pelos *Rotterdamers* (Residentes, empresários e organizações em Roterdão). Na edição de 2012, o projeto selecionado foi a ponte *De Luchtsingel*. Este programa teve mais 2 edições, acabando por se extinguir pelo número diminuto de pessoas envolvidas no voto (em 2014 apenas 22 000 pessoas votaram – metade relativamente a 2013). O método de escolha dos projetos e a distribuição da verba são dois dos motivos que levaram à extinção do programa: cabia aos elementos do conselho municipal escolher, da sua rede de conhecimentos, 10 projetos a concurso, e entre estes selecionar, ainda dentro do conselho, 5 finalistas, de onde seria votado 1 projeto vencedor, ao qual se atribuía o total da verba disponível.



056 Proposta apresentada ao *The City Initiative*

Na candidatura prevê-se a recuperação da Estação Hopflein e do Jardim Pompenburg, criando uma zona verde dinâmica.



057 A estrutura da ponte permite a circulação pedonal fácil nesta zona dominada pelas grandes avenidas

para a construção da ponte) e do *CityLab010*³⁶ (com 73,000 euros para a elaboração de um dispositivo de recolha da água para a rega da horta DakAkker). Estes dois programas têm como objetivo político envolver os cidadãos de Roterdão na revitalização da cidade, através da disponibilização de uma verba municipal para a concretização de propostas votadas pelos munícipes, semelhante ao Orçamento Participativo.

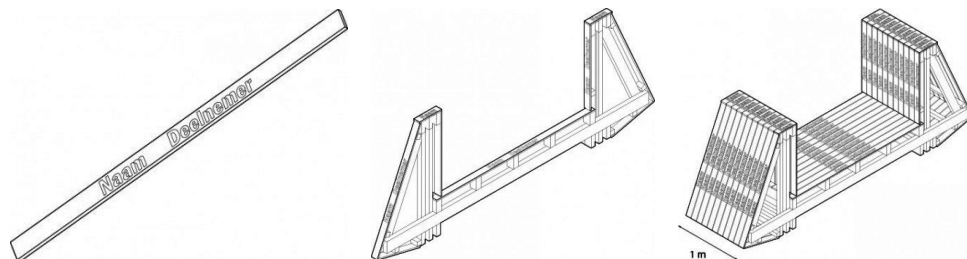
Processo

A regeneração da área em que se localiza a intervenção da Fundação *De Luchtsingel* ganha em 2010 um impulso importante com o 5th IABR (*International Architecture Biennale Rotterdam*) que abriu o Atelier Rotterdam no edifício Schieblock (o mesmo em que se localiza o ZUS). O tema da 5th IABR - *Making the City* - levou os participantes à pergunta *How do we make city?*, para o qual convidaram o atelier ZUS para ser curador através da participação no *Test Site Rotterdam - Experience*, de onde surgiu a ideia do projeto da ponte e dos restantes programas, como o jardim da cobertura do Schieblock. Este *Test Site* foi financiado pela Netherlands Architecture Fund e entre abril e agosto de 2012, foram dinamizadas *urban talks*, em estilo de conversas informais sobre a cidade, e exposições de propostas para a requalificação da cidade, gerando diversos debates sobre os projetos e a cidade. O objetivo do *Test Site* era experimentar modos alternativos de devolver qualidade de vida à cidade através do envolvimento proactivo dos cidadãos.

Assim, entre 2010 e 2011 foi desenvolvida a estratégia de intervenção e definido o projeto da ponte permitindo a candidatura ao programa *The City Initiative* para financiamento. O projeto da ponte pretende promover a mobilidade pedonal entre diversos programas e serviços e dinamizar a zona, funcionando como atrativo para novos negócios. As boas práticas na regeneração da área *De Luchtsingel* beneficiaram do dinamismo do edifício Schieblock³⁷, envolvido desde a primeira hora nesta transformação e que hoje é um importante espaço de empresas e *start-ups* que dinamizam esta zona urbana.

³⁶ Este programa – *CityLab010* – foi lançado pelo Município em 2015, como resposta aos problemas apontados pelo programa anterior (distribuição de dinheiros públicos na sua totalidade a apenas um projeto). Assim, esta proposta aproxima-se de um financiamento low-cost, onde o Município de Roterdão distribui a verba municipal disponível por várias iniciativas selecionadas conjuntamente entre o Conselho e os cidadãos. Este programa inova na constituição de uma equipa que dá apoio direto aos projetos que se inscrevem através da plataforma virtual onde devem estar inseridos num dos 9 temas disponíveis para financiamento, aproximando assim o programa das necessidades dos Rotterdammers em geral. Os temas da 1^a edição foram: Segurança, Espaço Exterior, Economia, Emprego, Sustentabilidade e Mobilidade, Bairros Promissores, Educação, Cultura, e Desporto.

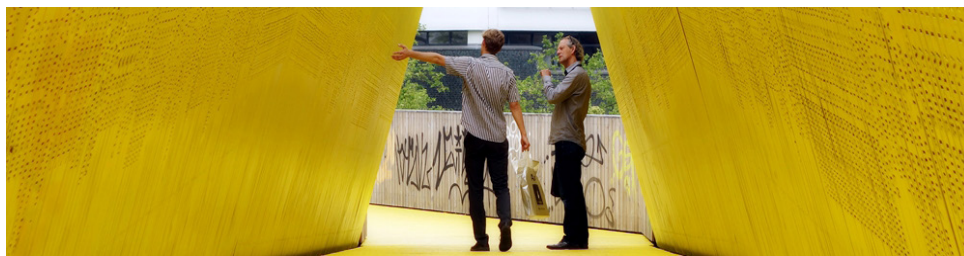
³⁷ Não é indiferente a forma de gestão do Schieblock, um edifício camarário sem uso que foi alvo de um trabalho experimental do Município de Roterdão. Este cedeu-o para ser um laboratório de empresas gerido pelo privado, a VPS Holanda (uma empresa de gestão, manutenção e segurança de edifícios vagos, especializada em ocupação temporária) e o ZUS (responsável pela imagem gráfica e publicidade do edifício). O Schieblock tem 7 andares e 84 lotes, divulgados numa página oficial na internet onde partilham a agenda conjunta entre as várias empresas e dão notícias sobre as iniciativas de cada grupo.



058 Através do *crowdfunding* pode-se adquirir uma tábua, uma tira ou uma seção de 1m na qual se pode gravar uma frase ou nome



059 A construção de uma ponte que atrevesse as linhas de comboio era o objetivo
A construção foi feita numa paragem da circulação dos comboio (Sh) que acontece de 10 em 10 anos.



060 Essa secção tem uma lateral com maior altura de forma a proteger o utilizador do movimento e ruído dos comboios

Ponte de Luchtsingel

<i>Construção</i>	<i>Período de ocupação</i>	<i>Programa</i>
2012-2014	2014-2019 (+5 anos)	The City Initiative

A construção da ponte *De Luchtsingel* pela empresa Groot Lemmer (especialista em estruturas de madeira) decorreu entre 2012 e 2014 em 6 fases. A conclusão de cada uma das fases dava início à dinamização da área e dos programas correspondentes, direcionando a atenção da construção ponte para envolver o público nas novas propostas e novos usos. A primeira fase avançou dentro do programa do *Test Site Rotterdam* da 5th *International Architecture Biennale 2012*, que decorreu entre abril e agosto desse ano.

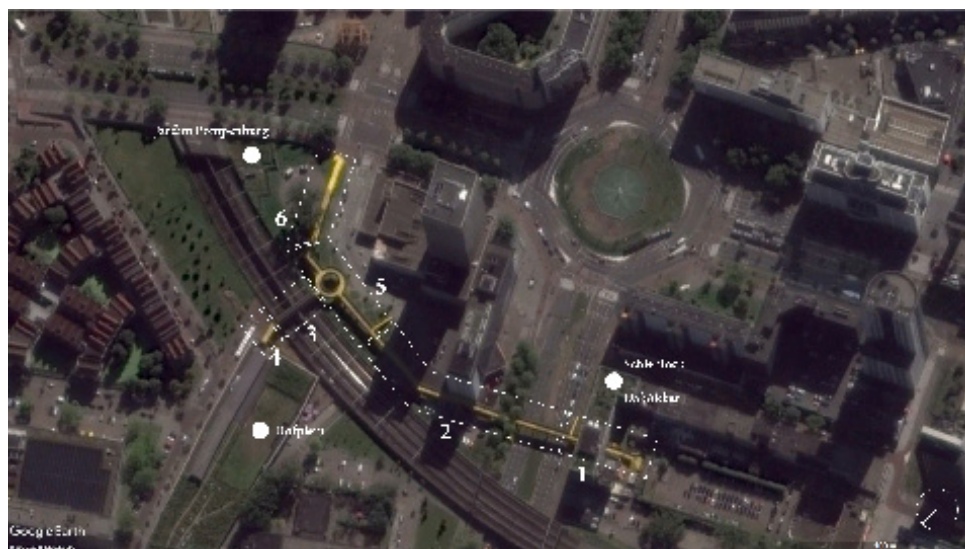
Para além da candidatura ao programa *The City Initiative*, foi desenvolvida uma angariação de fundos através de *crowdfunding*³⁸ pela *internet*, onde era possível encontrar a descrição dos objetivos e a programação do *Test Site*, assim como estavam disponíveis os planos de implementação e as plantas do projeto urbano. No site *De Luchtsingel* é possível qualquer cidadão dar o seu donativo de forma direta o que torna a participação mais concreta e personalizada, pois cada pessoa pode escolher comprar uma tábuia para o revestimento ou um segmento de 1m da ponte, onde pode gravar o nome, um desejo ou uma mensagem para a cidade, ou ainda comprar matéria-prima. Através deste modelo não se pretende somente um financiamento económico, mas uma adesão à proposta, que gera um envolvimento no projeto, dando-lhe legitimidade. Este material é fornecido por empresas locais como a *Fabrique Urbaine on the Schiestraat*, especialista em madeiras, e a *Made by Mistake*, que faz as gravações indicadas pelos doadores.

Este *crowdfunding* foi responsável pela exequibilidade da 1ª fase do projeto e deu legitimidade à proposta levando à seleção no *The City Initiative*, em abril de 2012. A 2ª fase, concluída em julho de 2013, permitiu o atravessamento facilitado entre a avenida Schiekade e a Estação Central de Roterdão, ligando com o primeiro segmento o que revitalizou a zona interior entre os edifícios e a linha de caminho de ferro com o *Biergarten*, um bar a tempo inteiro com música e programas culturais. Até novembro de 2013 decorreram várias conversações com o Município de Roterdão para autorizar a passagem aérea que atravessa as linhas de comboio. Este segmento foi instalado durante 5h, durante uma paragem geral dos comboios que ocorre, regularmente, de 10 em 10 anos.

³⁸ O *crowdfunding* é um modelo de participação que, embora não seja inovador, surge com uma força na recolha de donativos na era digital pois é mais fácil a difusão da informação e dos conteúdos, podendo envolver pessoas de todo o mundo.



061 A montagem no local



062 As diversas fases de construção da ponte em *De Luchtsingel*

1- em 2012, para a exposição do 5th IABR; 2- em 2013, para ligar os dois lados da avenida Schiekade, que faz o sentido norte-sul na cidade; 3- no final desse ano, para sobrepôr a barreira imposta pelas linhas de caminho de ferro; 4- mais tarde nesse ano, para permitir a ligação com a Estação de Hofplein; 5- em 2014, para construir um novo espaço verde (Pompenburg); 6- no fim desse ano, para permitir a entrada da ponte desde a avenida Pompenburg.

Esta passagem cumpriu um dos objetivos da ponte que ficou completo em 2014 com a possibilidade da saída para a Estação Hofplein, refuncionalizada pelo comércio³⁹. No início desse ano, inicia-se a conclusão da obra com a montagem da rotunda, que sobrevoa o Jardim Pompenburg, hoje utilizado como parque e horta urbana. Nesse verão, termina a construção da ponte com as escadas no limite do jardim, permitindo o acesso pedonal pelo interior do quarteirão desde a grande avenida Pompenburg e a Estação Central.

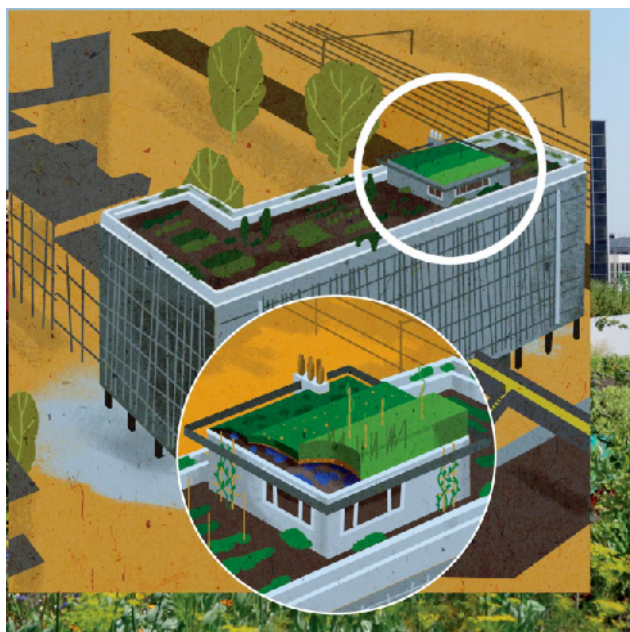
O carácter experimental do programa da ponte e a sua divisão em fases de construção proporcionou o crescimento exponencial da participação através do *crowdfunding*, e a existência de metas claras permitiu um acompanhamento próximo e transparente dos cidadãos interessados. Mais tarde, já com a aprovação e viabilidade que levou ao arranque da primeira fase de construção da ponte (a que atravessa o Schieblock), foi divulgado o resultado da candidatura ao *The City Initiative*, onde *De Luchtsingel* foi selecionado de entre os cinco finalistas, com 48% dos votos, escolha influenciada claramente pela projeção que o projeto estava a ter.

O modelo de trabalho deste financiamento municipal prevê que a infraestrutura seja propriedade dos interessados (neste caso a Fundação *De Luchtsingel*) durante as fases de construção, passando para o Município de Roterdão após a sua conclusão, que o cedeu de novo à Fundação ao abrigo do acordo de governança cultural. Segundo a legislação local, sendo esta ponte uma estrutura de carácter temporário (assumido na cor amarela) está autorizada a uma ocupação de 5 anos⁴⁰, podendo ser renovada por mais cinco. No fim deste tempo, deve ser alvo de um processo de avaliação da sua utilidade para a cidade, optando-se pela reconstrução numa estrutura mais perene ou pelo seu desmantelamento.

A legitimidade da ponte vai sendo construída pela população quer pela sua participação nas atividades sugeridas como na adesão à estratégia, através da participação por *crowdfunding*. Os programas estão intimamente ligados com o *Test Site Rotterdam* que permitiu o teste de algumas ideias que, depois de fundamentadas, surgiram como propostas da Fundação. O objetivo da Fundação *De Luchtsingel* é demonstrar como a regeneração de uma zona da cidade precisa mais do que a vontade e a ideia de um projeto de arquitetura, mas também de uma programação inovadora que justifique a solução para o problema diagnosticado e o envolvimento e responsabilização dos atores locais.

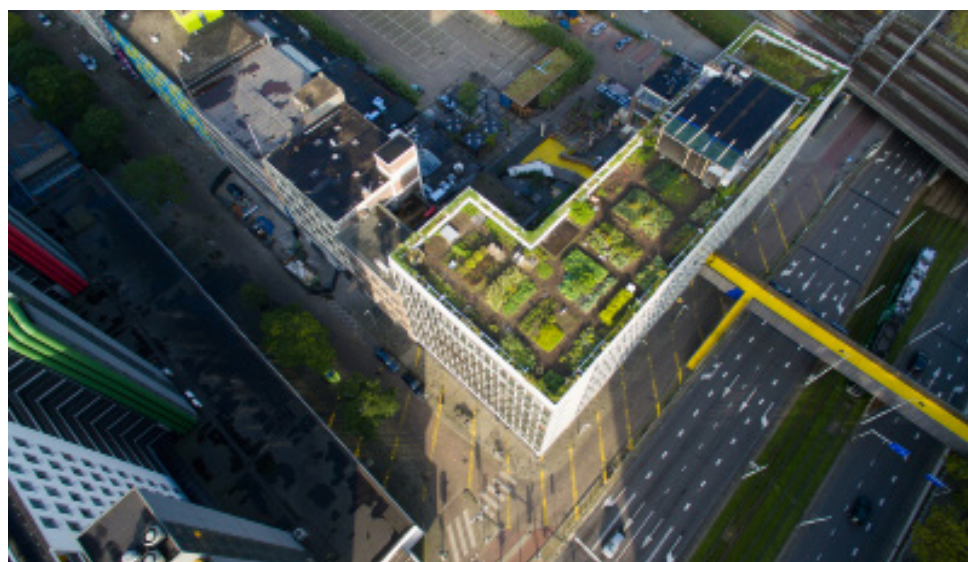
³⁹ Em 2016, o plano ficou concluído com o desenho de um espaço verde na linha desativada, coordenado pelo ZUS.

⁴⁰ Esta lei poderá sofrer uma atualização de 10 anos, em vez dos 5 atuais entre a conclusão da obra e a renovação da licença.



063 Proposta apresentada ao *CityLab010*

A ideia do Dakakker surgiu do *Atelier Rotterdam*. A evolução da utilização da horta urbana trouxe a necessidade de maior armazenamento de água, motivo pelo qual se candidataram ao *CityLab010*.



064 A ligação da horta com o resto da cidade e com a ponte

Dakakker

Construção

2012

Programa

CityLab010

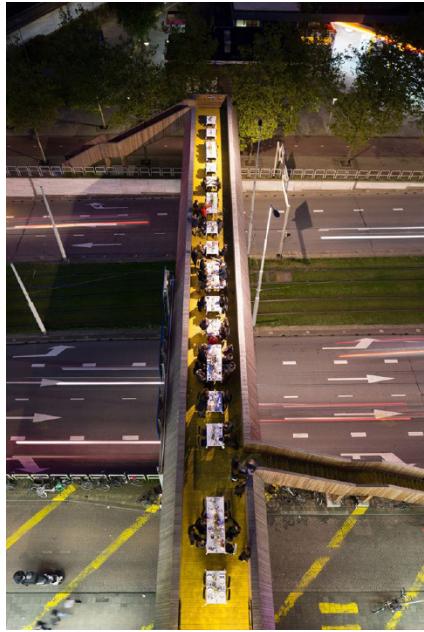
A horta urbana da cobertura do Schieblock fez parte do *Test Site Rotterdam* e permite a relação entre a cidade e os temas da agricultura. O *DakAkker*, nome dado à zona agrícola na cobertura deste edifício, resulta de uma parceria entre a Fundação *De Luchtsingel*, o *Binder Groenprojecten* (uma empresa de tratamento de espaços verdes) e o *Rotterdams Milieucentrum* (que participa na Fundação estando ligado à Federação Ambiental da Holanda do Sul).

A cobertura ajardinada, um dos temas atuais da arquitetura na discussão da sustentabilidade ambiental, procurou ser um projeto que dá resposta às necessidades locais, através da venda dos produtos aos restaurantes da área, e, por outro lado, serve como dispositivo pedagógico. O seu objetivo é ser um espaço agrícola e de apicultura, com um sistema de voluntariado e um programa de autogestão, conseguido pela venda dos produtos (no mercado municipal ou no pavilhão do telhado – na época alta entre março e julho), pela organização de eventos ou visitas guiadas e ainda pelo aluguer do espaço para reuniões, oficinas, festas ou jantares.

O sistema de voluntariado funciona por inscrição através de e-mail para o coordenador (ligado à *Rotterdams Milieucentrum*) e os voluntários podem ajudar na colheita todas as sextas-feiras. A produção do *DakAkker* é à base de frutas, ervas aromáticas e mel. No pequeno pavilhão na cobertura localiza-se também o restaurante *Op Het Dak* que tem uma oferta gastronómica associada à produção da horta e também de produtores locais, estando aberto nos meses de maior calor, de quarta a domingo, das 9h às 17h. Este restaurante tornou-se um local muito frequentado, associado a outras iniciativas desenvolvidas no telhado, como workshops sobre agricultura, yoga, jantares temáticos, sessões de teatro, entre outras propostas que fazem crescer o número de frequentadores do restaurante e da horta.

Em 2015, o *DakAkker* concorreu a um financiamento da Câmara de Roterdão dentro do programa *CityLab010*⁴¹ para a construção de um novo método de rega da horta: *SlimDak*. Este foi pensado para armazenar 4.5 milhões m³ de água na cobertura plana do *Op Het Dak* (restaurante) permitindo alimentar as culturas existentes durante todas as épocas do ano. Este modelo pretendia reduzir os custos normais de manutenção de uma horta no topo do edifício. Foi concedido um subsídio de 73 000€, dos 81 000€ necessários para a obra, entretanto executada.

⁴¹ Os temas originais da 1ª edição foram Segurança, Espaço Exterior, Economia, Emprego, Sustentabilidade e Mobilidade, Bairros Promissores, Educação, Cultura, Desporto. Outros temas específicos são acrescentados noutras edições para que as propostas possam ir ao encontro das reais necessidades da comunidade.



065



066
067



A utilização da ponte

A legitimação da ponte é feita através de uma programação cultural intensa da Fundação *De Luchtsingel* e de iniciativas esporádicas, como jantares, encontros de desporto.



068
069



070

A dinâmica do Dakakker

O programa pedagógico, o restaurante e o sistema de voluntariado dinamizam a utilização da horta, agora um dos programas mais inovadores da cidade.

Em 2017, o *DakAkker* ganhou o prêmio do *Rooftop Revolution* afirmando-se assim como uma proposta de incontornável interesse na cidade, alimentada por uma estrutura urbana melhorada e num pensamento cultural pensado de forma integrada. Atualmente pensa-se na expansão da horta e o aumento da produção o que para já prevê a construção de outra estrutura *SlimDak* para o armazenamento de águas pluviais.

Resultado

A participação dos cidadãos de Roterdão na regeneração da zona da antiga estação ferroviária Hofplein não se centra no ato de construir e/ ou elaborar o plano, mas na adesão e resposta positiva crescente às atividades, bem como no aparecimento de novas empresas e projetos na área. A aplicação da verba municipal do *The City Initiative* teve algumas críticas nos jornais em 2015, mas estas referiam-se apenas à construção da ponte ignorando o valor positivo das dinâmicas e dos negócios que se desenvolveram. Ora, o sucesso da iniciativa deve-se à relação entre a proposta urbana e o trabalho de programação promovido pela Fundação *De Luchtsingel* nas parcerias com as entidades presentes no território.

A comunicação na página da internet de cada projeto entrecruza-se e dá a conhecer os diversos envolvidos, através de uma comunicação em inglês, nos projetos de projeção internacional, e em holandês, nos projetos de âmbito local. A rede criada na internet faz prever a organização em cadeia das diversas iniciativas na sua concretização. Deste modo, podemos entender este desenvolvimento integrado como o fator que influenciou positivamente a atuação na cidade gerando dinâmicas de futuro.

Uma das consequências deste desenvolvimento integrado é a viabilidade da proposta urbana e a aceitação dos utilizadores. A inscrição deste novo percurso no *Google Maps*, por exemplo, demonstra bem o impacto que tem na cidade, apesar de até 2019 se encontrar em período experimental. Uma vez que são os beneficiários diretos que pensam, coordenam e concretizam os eventos através da Fundação, com o acompanhamento do governo local, a ponte resulta num compromisso de cooperação na cidade assumido entre os diversos atores.

Outra das características deste projeto é a originalidade das ideias que geram novos usos urbanos, promovendo temas como a Sustentabilidade, a Saúde, o Ambiente, o Empreendedorismo e a Cultura. Esta dinâmicas atraem a instalação de novas empresas e grupos sociais regenerando, por fim, a zona inicialmente identificada como abandonada ou carente de vida. A sintonia entre a estratégia municipal, na criação dos programas de apoio, e a resposta dos cidadãos, constrói uma Roterdão moderna como era o objetivo do Município.



071 O Bairro da Mouraria e o percurso turístico entre o Largo do Intendente e o Largo Adelino Amaro da Costa

Bairro da Mouraria

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Lisboa Portugal	aiMouraria	2008

O Bairro da Mouraria corresponde a uma das mais antigas estruturas urbanas da constituição de Lisboa, localizada a norte do Castelo de São Jorge. Atualmente, a Mouraria é um caso de sucesso e uma inspiração relativamente à reabilitação urbana enquanto promotora da participação das populações para a construção da identidade e cultura das mesmas. O empenho da Câmara Municipal de Lisboa (CML) na promoção da zona tem contribuído para o reconhecimento da Mouraria como uma zona urbana de relevância no contexto histórico e turístico, pela malha densa e a multiculturalidade associada às várias comunidades que ali se fixaram.

Como o nome indica, a Mouraria era uma zona da cidade de Lisboa onde D. Afonso Henriques circunscreveu os mouros durante a conquista do território português. Entre o séc. XII e XV, antes da expulsão por D. Manuel I, a comunidade residente na Mouraria desenvolveu o bairro com os seus costumes, língua e governança próprios, o que influenciou, acima de tudo, a malha urbana que se distingue da restante cidade. A relação do bairro com o Fado⁴² eleva-o também como ponto atrativo de memória e identidade portuguesas, o que porventura, instigou a necessidade da sua reabilitação.

Com a demolição da zona baixa da Mouraria⁴³ num processo de higienização do Estado Novo, entre os anos 30 e 60, desencadeou-se a consequente marginalização e segregação das populações residentes, que a abertura dos dois centros comerciais⁴⁴ fraturou por definitivo a dinâmica socioeconómica do bairro. Abriu-se assim terreno para a degradação desta área histórica, entre o Largo do Intendente e o Largo Adelino Amaro da Costa, tanto no espaço físico como no tecido social, com casos de toxicod dependência e prostituição.

No âmbito dos Planos de Reabilitação Urbana⁴⁴, em 1985, instalou-se o GTL – Alfama e Mouraria de forma a apoiar o município de Lisboa na reabilitação destas

⁴² Em 2011, o Fado foi declarado pela UNESCO como Património Cultural Imaterial da Humanidade, depois de uma candidatura levada a cabo pela Câmara de Lisboa através do EGEAC/MUSEU DO FADO.

⁴³ Zona onde hoje se localiza o Largo Martim Moniz, com um projeto de 1997. Mais tarde instalaram-se dois centros comerciais.

⁴⁴ Sobre o Gabinete Técnico Local – GTL, e ainda sobre o PRU e PRAUD, pode-se consultar o Capítulo 2 para um enquadramento geral, e a Tese de Doutoramento intitulada “*Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*” (Pinho, 2009).



072 A divulgação do programa de reabilitação da CML em placares de grande dimensão

A Mouraria vai mudar para melhor inclui todas as obras de requalificação e projetos da CML localizado numa zona visível que permite que a população conheça com clareza o programa.



073



074

075

O primeiro passo da CML com a requalificação do Largo do Intendente permitiu uma nova confiança das populações residentes

zonas degradadas nos Bairros (de Alfama e Mouraria) particularmente das habitações, em proximidade com os proprietários e moradores. A Mouraria foi sempre alvo de políticas municipais de melhoramento, com a sucessivas delimitações de zonas de intervenção, passando em 2009 a constar no Programa Local de Habitação de Lisboa como um BIP-ZIP (Bairro/Zona de Intervenção Prioritária) instalando-se o GABIP, um gabinete municipal com intervenção local dentro deste programa.

Processo

Em 2007, a CML define como prioritária na ação urbanística até 2012 a reabilitação da área urbana dos seus bairros, tanto o edificado como o espaço público. Assim, direcionou um conjunto de políticas públicas de investimento no tecido urbano, na recuperação dos pavimentos de estradas e de praças, na reabilitação de edifícios históricos, e ainda na construção de equipamentos comunitários para jovens e idosos (Salgado, 2014, pp206). Esta intenção política concretiza-se na Mouraria pelo Plano de Ação (PA) para a Mouraria⁴⁵, com o tema “*As cidades dentro da cidade*”, que tinha como meta requalificar o espaço urbano entre o Largo do Intendente e o Largo Adelino Amaro da Costa; refuncionalizar e reabilitar os equipamentos devolutos; bem como valorizar a arte, os ofícios e o tecido sociocultural e turístico da Mouraria (aiMouraria, 2018).

Parte desta estratégia assentou na mudança do Gabinete do Presidente Municipal para um edifício reabilitado no Largo do Intendente, em abril de 2010, (edifício que agora é ocupado pela Junta de Freguesia). A intenção deste gesto passava por valorizar o esforço municipal e local na requalificação do espaço dando credibilidade às intervenções municipais e mais confiança aos privados (aiMouraria, 2018). Em 2014, o gabinete regressou à CM Lisboa na esperança de ter cumprido o seu propósito de espoletar o investimento privado, particularmente dos senhorios na transformação dos seus imóveis (Salgado, 2014, p. 207).

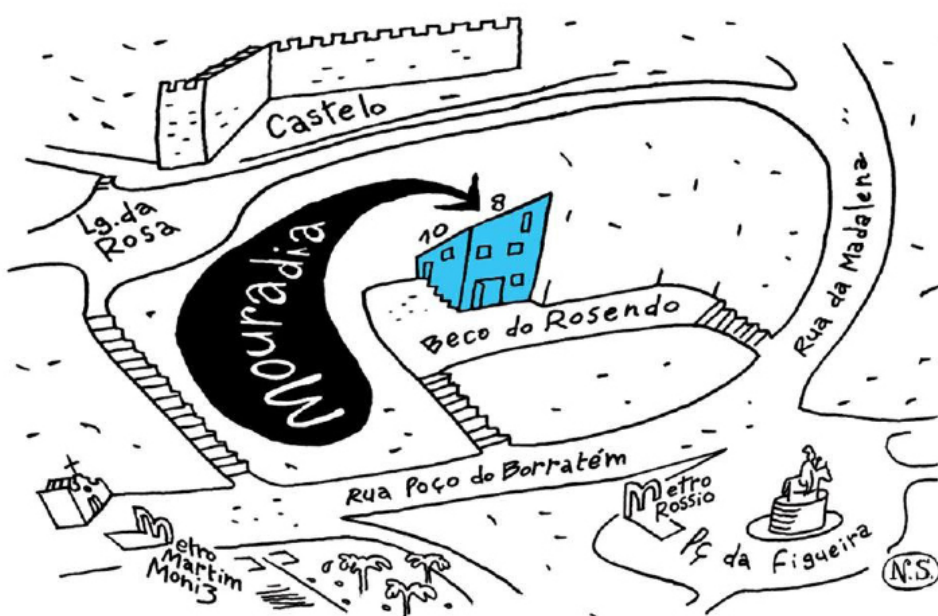
Para complementar a estratégia de reabilitação urbana, desenvolveu-se o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria com a população, que procurou estabelecer parcerias com as 16 associações e Juntas de Freguesia locais⁴⁶.

⁴⁵ Este plano desenvolveu-se dentro do programa QREN - Quadro Referência Estratégia Nacional, no âmbito do Eixo 3 – Coesão Social Política de Cidades: Parcerias para a Regeneração Urbana- Programas Integrados de Valorização de Áreas Urbanas de Excelência Inseridas em Centros Históricos – do FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. O programa QREN tem como objetivo a coesão económica e social no espaço europeu.

⁴⁶ **Social e Desportivo:** Grupo Desportivo da Mouraria, Cozinha Popular, Associação SOU, Conversas de Rua. **Cultura e Lazer:** Associação Renovar a Mouraria, Associação Crescer na Maior, Cooperativa Mil Pés, Associação Casa da Achada, Associação de Turismo de Lisboa. **Saúde:** Grupo de Ativistas para o Tratamento do HIV, Obra Social das Irmãs Oblatas, o Instituto da Droga e Toxicodependência, Liga Portuguesa contra a SIDA. **Empreendedorismo:** Beta i, Agência de Empreendedores Sociais. **Governo Local:** Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária, Juntas de Freguesia São Cristóvão, São Lourenço e do Socorro.



076 O logo da Associação Renovar a Mouraria remete para o Bairro em planta 077 com a diversidade de culturas representado pelas cores



078 Infografia da localização da Mouradia

Este protocolo dinamiza projetos de carácter social, desportivo, cultural, mas também cívico e educativo, que valorizam a população e as comunidades (Salgado, 2014).

De forma complementar, na edição de 2011/2012, a Mouraria venceu o Orçamento Participativo de Lisboa, dentro da área temática Ação Social, com um projeto de Sara Barradas (antropóloga recém-licenciada) que tinha como objetivo promover a identidade e a multiculturalidade do Bairro da Mouraria. Com a ajuda do GABIP (Gabinete de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária), pelo seu coordenador João Meneses, o projeto *Há vida na Mouraria* tornou mais claros os objetivos do projeto sobre a ação no espaço público, o acesso à saúde, ao emprego e à educação, e maior abertura à cidade de Lisboa. Surge assim o *aiMouraria* sob o lema “*requalificar o passado para construir o futuro*”, que cria uma plataforma entre as entidades atuantes na Mouraria para a promoção social.

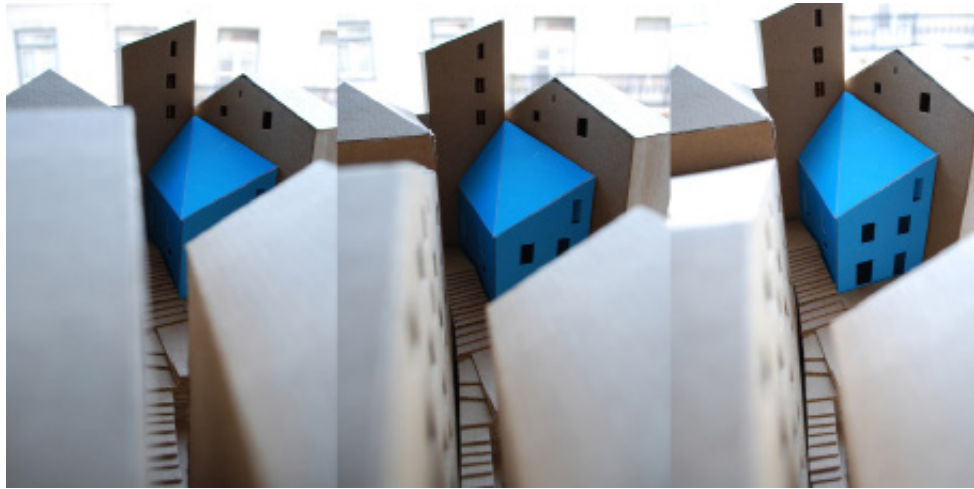
O envolvimento das instituições e entidades locais, como a Associação Renovar a Mouraria (ARM), desempenhou uma função importante junto da população, capacitando-a e organizando-a. A ARM foi criada em 2008 com o propósito de desenvolver três linhas de ação no Bairro: a Promoção Cultural; a Integração Social e Apoio Comunitário; e o Desenvolvimento Local e Economia Social. Na sua estrutura é uma Organização Privada Sem Fins Lucrativos que promove atividades na Mouraria que estimulam social, cultural e economicamente o Bairro, envolvendo particularmente os residentes, mas procurando uma interação com outros habitantes da cidade e turistas. A criação da associação nasceu da necessidade de alguns moradores denunciarem a degradação do edificado. A associação começou por organizar visitas guiadas pela iniciativa de um morador, Nuno Franco, um dos fundadores da ARM. Esta projeção levou a que outras pessoas se juntassem na criação da associação e na promoção social do Bairro (Matos, 2010).

Como as intervenções no Bairro da Mouraria foram (e são) numerosas, optou-se por falar do edifício sede da ARM – a *Mouradia* – para se discutir o tema da reabilitação, sobre uma perspetiva *low-cost*, que conjuga a arquitetura (obra) com uma programação que estimule a cidadania e a identidade coletiva. A Mouradia, sendo uma intervenção física na cidade, trabalha a melhoria da auto-estima das populações, integrada num projeto urbano e de promoção social que melhora a cidade como um todo.

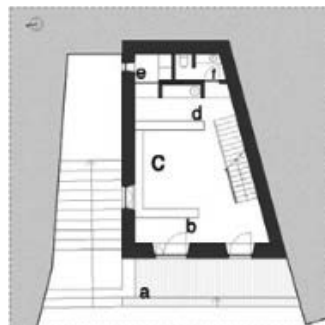
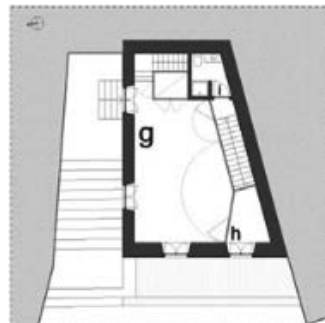
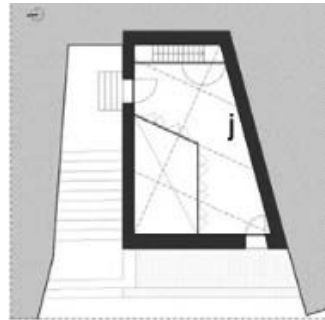
Mouradia

<i>Construção</i>	<i>Promotor</i>	<i>Projeto de arquitetura</i>
2010-2012	Associação Renovar a Mouraria	Artéria

A Associação Renovar a Mouraria tem a sua sede num edifício camarário devoluto que, antes de 2010, propôs à CMLisboa para ser alvo de uma reabilitação de modo a promover uma casa comunitária como centro da atuação da ARM no Bairro. O prédio de dois andares encontra-se no Beco do Rosendo, na malha densa da Mouraria, e foi intervencionado pelo atelier de arquitetura Artéria.



079 O impacto do azul no Beco do Rosendo em maquete



080 Transformação da reabilitação

081 A recuperação de um edifício devoluto camarário destinado à Associação Renovar a Mouraria foi uma mais-valia para a requalificação do Beco e do Bairro

082 Plantas da Mouraria

- | | |
|-------------------------|--------------------|
| a - zona de estar | f - i.s. |
| b - zona de acolhimento | g - sala |
| c - sala de convívio | h - consultório |
| d - cafeteria | i - i.s. |
| e - copa | j - escritório ARM |

No seu plano de trabalho, o Artéria detinha a intenção de desenvolver um *Edifício-Manifesto* que encarasse a reabilitação urbana para além do fachadismo predominante nas reabilitações de edifícios em Lisboa, movidas pela especulação imobiliária. Esta obra surge então como oportunidade de provar a mais valia económica e cultural para a cidade de uma reabilitação que respeite a construção de raiz dos imóveis. Por esse motivo, ficou conhecido como *Edifício-Manifesto* (a Casa Comunitária, sede da ARM) nas várias notícias que foram lançadas ao longo dos trabalhos e no envolvimento com as comunidades.

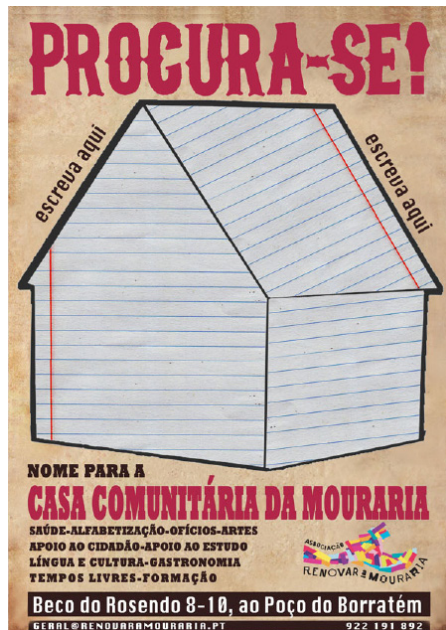
Em 2011, a Casa Comunitária foi uma das contempladas para financiamento municipal através do programa BIP/ZIP⁴⁷, que apoiou a intervenção com uma verba de 50.000€, para a parceria entre o Artéria e a ARM. Para além deste financiamento, o Edifício-Manifesto contou com patrocínios⁴⁸ em materiais de construção ou dinheiro.

O propósito da equipa projetista era intervir no edifício devoluto com o mínimo de alteração da sua estrutura, refuncionalizando-o para a comunidade. “*O Manifesto é a Obra*” (Artéria & ARM, 2011): este era o mote de intervenção com as premissas de respeitar a construção e corresponder ao financiamento reduzido. O trabalho do Artéria passou essencialmente por consolidar o existente e substituir a madeira podre do telhado e pavimento (devido às infiltrações que o abandono incorreu). As obras foram executadas pela Oliveira&Maciel, uma empresa de construção local, estimulando o emprego e a economia do Bairro num tempo de particular crise na construção.

O projeto de arquitetura optou por uma estrutura de madeira possível de se remover numa intervenção futura, colocando no piso superior a sede e a administração da ARM, possibilitando a abertura no piso inferior de um restaurante, apropriando-se do Largo do Beco do Rosendo através da ligação direta (particularmente no tempo mais quente). A entrada lateral, a norte, faz-se por um caminho pedonal de acesso a uma das ruas principais, Rua das Farinhas, que está associada ao percurso turístico-cultural da Mouraria. O azul da fachada do edifício remata a imagem icónica associada à intervenção como *Edifício-Manifesto* e tem uma presença marcante na paisagem urbana.

⁴⁷ O Programa BIP/ZIP Lisboa, criado pelo município, é um “*instrumento de política pública municipal que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos locais que contribuam para o reforço da coesão socio-territorial no município*” (CMLisboa, 2017). Este programa destina-se a Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) e tem em vista a capacitação das entidades e instituições locais na proposta e concretização de projetos conjuntos tendo em vista a melhoria destas zonas e bairros. Estas áreas são delimitadas pelo Município.

⁴⁸ **Apoios:** Bruma, CS Telhas, Domal, Escola Técnica Psicossocial de Lisboa, Eurocabos, Gyptec Ibérica, Indasa, Macoreli & Cunha Gomes SA, MJO, Neoasfalto, Soluções para Pavimentos, Pingo Doce, Preceram, Sanitana, Schneider Electric, Tintas CIN, Viuva Lamego. **Patrocínios:** Fundação Montepio e Programa para os Bairros e Zonas de Intervenção Prioritárias de 2011.



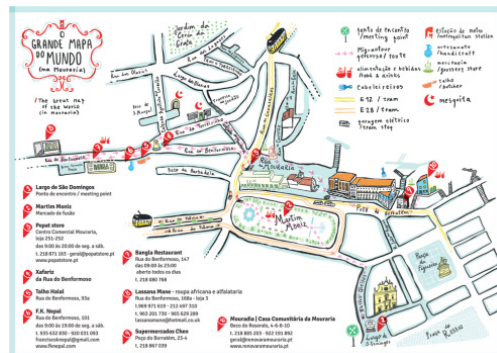
083



084



085



086



087

As iniciativas da ARM no Bairro

82 - A procura de um nome para a casa; 83 - Contribuição para o jornal do bairro; 84 - Sinalização da Mouradia na esquina que permite localizá-la da Rua Poço do Borratém; 85 - Mapa do Migrantour, uma das primeiras iniciativas de visitas guiadas ao bairro por migrantes residentes; 86 - A população migrante é a população mais ajudada na ARM. Os cursos de português visam a integração destas comunidades

O *Edifício-Manifesto* (EM), enquanto sede da ARM, tem como objetivo ser a base de trabalho da Associação para reuniões e arquivo de materiais, bem como ser um espaço dinamizador para os residentes e visitantes, desenvolvendo programas, como por exemplo as visitas guiadas para residentes e turistas; ou com a abertura do Café/Restaurante que promove o convívio entre os residentes e a cidade. Esta sede representa para a ARM uma nova fase com uma ação próxima da população iniciada com a comunicação na página do *Edifício-Manifesto* e do Serviço Educativo – EME, que decorreu durante as 36 semanas de obra.

O Serviço Educativo desenvolveu a sua atividade entre os temas “*arquitectura, teatro, performance, voz, pintura, fotografia, escultura, dança, psicologia, ilustração*” com a intenção de organizar um “*percurso performativo*” na inauguração do EM (Artéria & ARM, 2011). O objetivo passou por envolver as crianças das escolas locais na transformação urbana, promovendo a cultura sobre o espaço construído e a cidade. Através das gerações mais novas projetou-se o futuro e esperou-se o envolvimento dos pais e avós pela mão dos filhos. O Serviço Educativo foi coordenado por dois arquitetos, Lucinda Correia e José Mateus, dentro de uma equipa multidisciplinar que desenvolveu a sua atividade duas vezes por semana - uma nas escolas e a outra no EM.

Com a conclusão da obra, em 2012, o Edifício-Manifesto deu lugar à Casa Comunitária da Mouraria. A Associação, num gesto que estimula a apropriação da casa, convidou a população residente a atribuir-lhe um nome, através de cartazes nos espaços públicos e comerciais da área. Assim ficou Mouradia, resultando da mistura das palavras Mouraria e Moradia.

Resultado

O sucesso das intervenções na Mouraria, quer no tecido urbano como no social, deve-se à ação concertada sobre o território com iniciativas multidisciplinares e um pensamento de regeneração da cidade interdisciplinar. A partilha de um horizonte comum, ilustrado pelo mote “*requalificar o passado para construir o futuro*”, forma uma sinergia particular que permite que este seja um exemplo complexo, mas completo, de intervenção na cidade.

O primeiro passo do município na reabilitação do espaço urbano, particularmente no Largo do Intendente, foi fundamental para fomentar o desenvolvimento de novas estratégias e o envolvimento de grupos e associações nos projetos. A aproximação municipal da realidade empobrecida da Mouraria, ilustrada particularmente com a localização do Gabinete Municipal do Presidente da Câmara no Largo do Intendente, promoveu a autoestima da população e a confiança dos privados. No entanto, como era um dos objetivos, esta aproximação do Presidente num determinado período de tempo lança o repto à comunidade a organizar-se entre si de modo a promover a zona depois da atuação municipal.



088 A utilização do Beco do Rosendo no verão de Lisboa

A Mouraria foi pensada para ser um lugar de encontro entre a comunidade e também com a cidade, através das atividades mas também com a utilização do Café e da esplanada.



089 Visitas cantadas

Uma das programações culturais propostas pelo aiMouraria, entre tantas outras

Para esse efeito, o compromisso dos organismos locais e a sinergia entre estes e o poder local foi grande responsável pela dinâmica criativa que permitiu que nascessem novas propostas pela iniciativa local, apoiadas pelos vários programas de financiamento municipal, como o OP e o BIP-ZIP. Estes programas devem ser valorizados uma vez que a sua existência estimula a capacitação e o compromisso das instituições, entidades e populações locais. Deste modo, está na responsabilidade destas a promoção e a iniciativa, contando sempre com o apoio e acompanhamento da Autarquia e Juntas de Freguesia, embora como agentes habilitadores e não como o centro de ação.

Nesse sentido, o trabalho complementar da Associação Renovar a Mouraria (uma das associações sobre a qual nos debruçámos devido à centralidade da sua ação na Mouraria) promove a cidadania num bairro multicultural e com problemas de inclusão. A parceria que a ARM vai estabelecendo com outras entidades locais propõe um sistema de governança horizontal que ativa os diversos atores no território e lida com os problemas como a segregação, o insucesso escolar, a toxicodependência e a prostituição sem os empurrar para outra zona. Para além da parceria na regeneração do território para a melhoria da sua imagem, o trabalho destas associações deve, por exemplo, denunciar a gentrificação que, apesar dos bons propósitos da requalificação da zona, está a resultar na tomada do Bairro de assalto, impondo o poder capitalista da cidade de consumo.



090 Espacios de Paz decorreu em duas edições: 2014 (branco) e 2015 (cinza)

1, 2 e 6 - Caracas; 3 - Valencia; 4 - Mérida; 5 - Maracaibo; 7 - Barquisimeto; 8 - La Guaira; 9 - Cumaná; 10 - San Carlos

Espacios de Paz

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Venezuela	<i>Movimiento por la Paz y la Vida</i> e PICO studio	2014

A América Latina tem desenvolvido uma grande quantidade e diversidade de casos, estudos, guias e experiências sobre participação, cidadania, envolvimento e capacitação das comunidades. Este caso na Venezuela demonstra bem a predisposição dos governos locais em promover ações que instiguem o cidadão a participar na construção da cidade, como forma de trabalhar também com realidades específicas como a construção ilegal ou ainda a segregação em zonas de violência e crime. O *Espacios de Paz* é um programa do governo central venezuelano que tem como objetivo promover a qualidade de vida e seguranças das populações, particularmente as mais fragilizadas pela localização da sua residência. Certos que esta conjugação de fatores constitui um círculo vicioso que acentua as desigualdades e deixa perpetuar uma imagem negativa que impede o desenvolvimento de outros valores, o governo lançou este programa em 2014, tendo a sua 2ª edição em 2015, passando por 10 bairros diferentes, no total.

O *Espacios de Paz* é um programa governamental destinado à construção de praças, jardins ou equipamentos desportivos e culturais em bairros de gênese ilegal. A iniciativa foi tomada pela Comisión Presidencial Por La Paz y La Vida, do governo central venezuelano, e é dirigida pelo PICO (Proyecto de Interés Comunal), uma estrutura de atuação política no território que trabalha com uma rede de grupos, movimentos (sociais/culturais) e instituições públicas e civis. O PICO apresenta-se como uma plataforma que “permite estabelecer metodologias de cooperação, formas de organização horizontal e de governação colectiva” entre a comunidade ativa no território. Este Projeto foi fundado por três arquitetos da Universidade Central da Venezuela, onde desenvolvem um trabalho de investigação, numa relação com outras universidades da América Latina.

A atuação do projeto *Espacios de Paz* baseia-se numa intervenção pontual em quatro bairros, por cada edição, que permite transformar a vivência comunitária através da construção de um espaço promotor de atividades de lazer e encontro entre a população residente. Os trabalhos desenvolvidos com a comunidade têm o objetivo de fomentar o desenvolvimento de motivos de reunião pela Paz⁴⁹, promovendo a segurança. As duas edições desenvolveram-se em dez zonas de intervenção e envolveram dezenas de equipas de arquitetos nacionais e estrangeiros. Coube ao governo venezuelano, através

⁴⁹ Entre esses motivos destacam-se a Formação, por exemplo, em Informática, a Prática de Desporto ou a Cultura, através de Bibliotecas ou Salas de Espetáculo.



091 As diversas fases na construção do *Casa de Paz y Convivencia Comunal*,
Barrio 5 de julio

(de cima para baixo) A escolha do local; as primeiras intervenções onde se preparou a estrutura para o projeto; a construção das paredes e aspetos do programa; a pintura e utilização da casa.

das administrações locais, identificar os bairros de ação, e ao PICO a programação e envolvimento de instituições e entidades. Em 2014, construíram-se *Espacios de Paz* na cidade de Caracas (em dois bairros), Valencia, Mérida e Maracaibo; em 2015, em Caracas, Barquisimeto, La Guaira, Cumaná e San Carlos⁵⁰.

Processo

O processo do *Espacios de Paz* passa por assinalar com a população o local da obra, preferencialmente entre lotes vazios ou construções devolutas deixadas no meio da construção informal. De seguida, desenvolve-se uma proposta de um *Espaço Público de Paz* que se relaciona com os interesses ou necessidades da população residente e das instituições locais de cada bairro. O trabalho progride na articulação dos objetivos entre as equipas de arquitetura e os locais, em especial nas seis semanas da oficina de construção da obra, frequentada e discutida entre as várias partes envolvidas. Nesta cooperação sobre o futuro do território vai-se construindo uma ideia conjunta na qual todos reúnem os seus esforços⁵¹ contribuindo para o intercâmbio de culturas.

Esta oficina é constituída por uma equipa vasta, entre participantes no programa e agentes locais. Existem quatro funções de organização em cada estaleiro: os coordenadores, um agente local de infraestruturas (que instiga a mão de obra e a aquisição de produtos locais), um dinamizador de projetos locais (que promove o envolvimento e a corresponsabilidade da comunidade sobre a obra na execução e pós-intervenção), um *atelier* nacional e outro internacional (de modo a promover a relação local e global do projeto, nas suas ideias e impactos, dando oportunidade a que grupos de arquitetos de qualquer parte do mundo se associem a esta experiência, em regime de voluntariado). Os *ateliers* participantes fazem parte de uma lista de contactos do *PICO studio*, ou são interessados no projeto e no método da oficina, inscrevendo-se de forma autónoma no projeto.

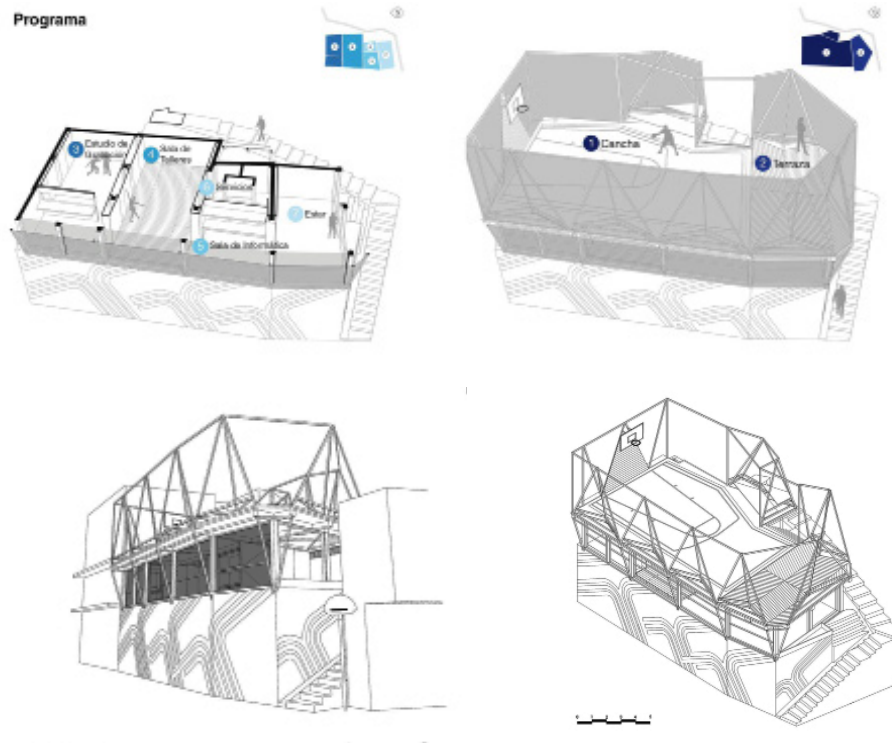
A prioridade passa por criar uma rede de partilha de saberes na construção e na coesão entre vizinhos, bem como na manutenção do espaço e na dinamização de atividades. A participação na construção é uma das características principais deste projeto porque está associada à aquisição de conhecimentos (por ser uma primeira abordagem à arquitetura e aos métodos construtivos⁵²) mas também ao sentimento de pertença e

⁵⁰ Veja-se na imagem a localização das intervenções, distinguindo a 1ª edição com o branco e a 2ª edição com cinza, respetivamente em 2014 e 2015.

⁵¹ Flugelman diz, num artigo para o Archdaily: “*With the aim of training people, spaces are produced. There’s a certain faith that architecture can create this kind of moment, where the people and the society work together to carry out projects.*” (Franco, Valencia, & trans. Watkins, 2015)

⁵² Maximillian Nowotka diz, num artigo para o Archdaily: “*It’s a work-school: there are people with no experience in construction, (but) they started as helpers and now they are carpenters. It is part of the project philosophy: engage through work.*” (Franco et al., 2015)

Programa



092 A divisão do programa e o edifício em 3D



093 Localização do Barrio 5 de julio numa colina

(o ponto branco localiza a zona mais alta onde passa a rua que atravessa os diferentes bairros informais)

de responsabilidade sobre o espaço com o qual a população sente uma estima por ter sido fruto do seu trabalho. O contributo final passa por promover a apropriação destes espaços pelas associações locais e as comissões de moradores, cujo incentivo se centra na oportunidade das gerações mais novas conviverem num bom ambiente em comunidade.

Na impossibilidade de explicar todos os projetos concretizados dentro do programa *Espacios de Paz*, optámos por escolher a *Casa de Paz y Convivencia Comunal* que é um equipamento cultural e desportivo da 1ª edição do programa. Situa-se em Caracas, numa das maiores favelas do distrito e das mais violentas, justificando-se assim a pertinência do programa e a sua repetição por três vezes na mesma cidade (Caracas).

Casa de Paz y Convivencia Comunal

<i>Localização</i>	<i>Construção</i>	<i>Equipa</i>
Bairro 5 de julio, Petare, Caracas	de julho a agosto de 2014	PICO Todo por la Praxis e Plataforma Gestión Residuos de Ciudad (ateliers convidados)

O programa para a intervenção no Petare foi discutido pelas associações de moradores de modo a criar oportunidades para o emprego dos jovens, bem como uma ocupação e o acompanhamento ao estudo das crianças e adolescentes. Este projeto aproveitou a oportunidade de criar na favela um equipamento que permitisse a distância para com o contexto da rua em que abunda a delinquência e a violência. Optou-se por localizar a *Casa de Paz e Convivencia Comunal* num lote abandonado entre a malha de construção ilegal que funcionava como local de troca de estupefacientes. Embora pareça um edifício de 3 andares, ao nível da rua é um bloco para contenção de terras.

Assim, no primeiro nível localizou-se o Estúdio de Gravação, a Sala Multiusos (para dança, oficinas, atividades de tempos livres), o Infocentro com computadores de acesso gratuito, e uma Sala de Estar. Estas salas abrem a poente com grandes janelas, uma vez que encostam no terreno a nascente, de modo a abrir o espaço com a luz que serve todo o piso. A cobertura funciona como uma pala que protege o nível 1 durante o período de sol e, por cima, proporciona um campo de jogos, com proteção a todo o perímetro, onde as crianças e os jovens desenvolverem atividades desportivas.



094 O campo de jogos e o impacto na paisagem

LA REVOLUCIÓN DE LAS BUENAS ACCIONES

viernes 16 de enero | 10:00 hrs

Universidad Anáhuac Querétaro
Aula Magna edificio C

ESPACIOS DE PAZ MÉXICO 2015
Rueda de prensa

espaciosdepazmx.tumblr.mx
 Espaciosdepazmx @espaciosdepazmx espaciosdepazmx

095 No México surge uma proposta semelhante pela mão de alguns participantes

“A revolução das boas ações” remete para um entendimento do *Espacios de Paz* como espoletadores de boas convivências entre a comunidade

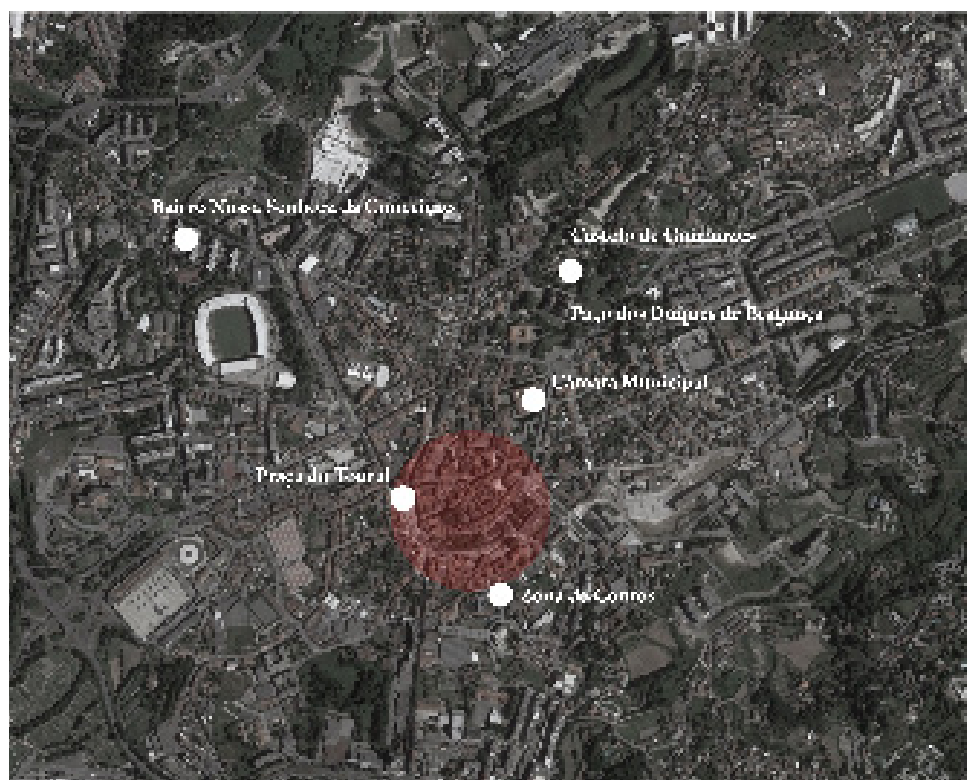
A criação de um espaço de reunião pela Paz, tal como é proposto pelo programa *Espacios de Paz* do governo central venezuelano, constitui o maior benefício desta ação nas várias comunidades, mas, em particular, no Petare. A participação no processo de construção e na decisão do programa foi fundamental para a capacitação da população no desenvolvimento dos projetos. Por exemplo, o Estúdio de Gravação é uma mais-valia para a zona que vai além da comunidade de Petare. A possibilidade de trabalhar com este equipamento ativou a criatividade, na difusão da música *rap* desenvolvida pelos locais, tornando possível o desenvolvimento de atividades no âmbito artístico numa área socialmente desfavorecida.

Com a *Casa da Paz y Convivencia Comunal*, o governo central, e distrital, transferiu poder às associações de moradores que se organizam para atividades extra-curriculares e projetos que envolvem os seus jovens e crianças depois do horário escolar. E a visibilidade do projeto deixa uma porta aberta para a articulação com entidades civis, como as universidades, que têm promovido debates e reflexões sobre a vida nas favelas, sobre as suas oportunidades e os seus desafios.

Esta aproximação favorece a autoestima das populações que se sentem parceiras na problematização e solução das questões sociais levantadas, unindo a comunidade na procura de uma vida melhor, em particular para a sua descendência, como podemos ouvir em vários testemunhos dos vídeos documentais. A população reconhece estas intervenções como “*uma casa para a paz*”, um lugar “*de pacificação*” para “*diminuir a violência*”.

Também para os *ateliers* que participaram nas duas edições foi uma experiência positiva de envolvimento comunitário, de troca de conhecimentos sobre a construção e as metodologias de projeto. O trabalho instruído pela equipa coordenadora e as associações procurou sempre ser executado pelas empresas locais, sujeitando-se aos materiais e técnicas disponíveis. No entanto, esta troca permitiu que de ambas as partes fossem trabalhadas soluções sustentáveis, exequíveis e funcionais.

O programa *Espacios de Paz* foi reconhecido por alguns dos participantes como uma resposta à violência em zonas de conflito e ilegalidade. De tal modo que este modelo foi adotado por duas das equipas estrangeiras que participaram no programa na edição de 2014 a convite do PICO - a *Bahareque Arquitectura* e a *Hábitat Sin Fronteras*. Assim, em 2015, iniciaram na cidade do Querétaro, no México, um programa semelhante (*Espacios de Paz México 2015 – la comunidad diseña e construye*) com o apoio da Universidade Anáhuac Querétaro e o Museu de Arte de Querétaro.



096 Alguns pontos de referência em Guimarães

O Bairro Nossa Senhora da Conceição será mencionado nas conclusões como um possível caso a constar neste trabalho.

Praça do Toural

<i>Localização</i>	<i>Promotor</i>	<i>Data iniciativa</i>
Guimarães Portugal	Fundação Cidade de Guimarães	2010

Para finalizar este caderno, apresentamos o caso da reabilitação da Praça do Toural⁵³ um dos 5 projetos promovidos pela Câmara Municipal de Guimarães por ocasião da Capital Europeia da Cultura em 2012⁵⁴. Localizada a norte de Portugal, Guimarães é uma cidade de referência por ser considerada a “cidade berço” da nacionalidade, e está classificada como Património da Humanidade pela UNESCO desde 2001. À semelhança de outros centros urbanos portugueses e europeus no final do séc. XX, o centro histórico de Guimarães enfrentava problemas de conservação pela falta de investimento no tratamento do espaço urbano e da habitação, devido à expansão da cidade para outras áreas com uma urbanização moderna com a qual a malha densa e a construção antiga não consegue competir.

Assim como em cerca de duas centenas de cidades portuguesas, Guimarães aderiu ao programa PRAUD criando em 1985 um GTL⁵⁵ composto por uma equipa multidisciplinar. Podemos dizer que a metodologia de trabalho deste gabinete, numa atitude próxima da população em Guimarães, fez com que o resultado na intervenção no Centro Histórico recebesse louvores e se tornasse um caso exemplar na reabilitação em Portugal. O GTL sediava-se num edifício na Rua Nova, na zona histórica, promovendo a proximidade com os residentes e com as suas necessidades e dificuldades inerentes à sua localização da sua habitação.

A estratégia de intervenção caso a caso definida pelo GTL foi transferida para a metodologia de trabalho do Gabinete do Centro Histórico inserido na autarquia. Hoje, o gabinete localiza-se no edifício da Câmara Municipal de Guimarães o que poderá influenciar o impacto deste na cidade, na qual se reconhece uma estratégia de atuação no território como um todo, sem separar a cidade histórica das restantes zonas urbanas.

⁵³ A intervenção na Praça do Toural fez parte de uma reabilitação mais abrangente que envolveu a Alameda de São Dâmaso e a Rua de Santo António.

⁵⁴ Dentro do programa da Capital Europeia da Cultura 2012, foram também propostos a reabilitação urbana a *Zona de Couros*, o *Laboratório da Paisagem*, a *Plataforma das Artes* e a *Casa da Memória*.

⁵⁵ Sobre o Gabinete Técnico Local – GTL, e o programa PRAUD, pode-se consultar o Capítulo 2 para um enquadramento geral, e a Tese de Doutoramento de “*Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*” onde se faz uma contextualização clara e detalhada do contributo dos GTLs. (Pinho, 2009).



097 A Praça de Santiago, no Centro Histórico

Local onde ocorreram alguns debates entre técnicos e residentes no tempo do GTL que marcaram a forma como a população se relaciona com o município.



098 A Praça da Oliveira, no Centro Histórico

Um dos primeiros gestos do GTL foi a plantação de uma oliveira nesta praça, evocando a memória dos residentes de uma que outrora existira.

Deste modo, compreendemos o contexto da atuação urbana em Guimarães que desenvolveu uma filosofia de permanente participação que não prescinde do envolvimento dos cidadãos. O envolvimento da população mais do que uma obrigação ou dever, na perspetiva da equipa que herdou o modo do GTL de Guimarães, era uma mais-valia para as comunidades e para uma gestão económica no Município. A escuta das necessidades da população através de métodos adequados permitiu uma resposta caso a caso que vai ao encontro das questões concretas sendo mais concreto e rápido na busca de soluções.

Contudo, a proximidade, que desencadeia uma pertença e um papel ativo, naturalmente se sente num contexto pequeno como o de Guimarães, onde a comunicação e a discussão dos assuntos da cidade existe com alguma facilidade. Estes cidadãos nasceram, trabalham e pensam morrer na cidade, sendo muito agarrados à identidade local, percebendo-se a importância que os movimentos associativos têm na organização do tecido social.

Processo

Como tem vindo a ser demonstrado na apresentação de cada caso neste caderno, o Espaço Público tem um grande potencial para gerar identidade bem como sentimentos de pertença. O gesto simbólico da atuação do GTL de Guimarães no Largo da Oliveira evocando a existência de uma oliveira naquele espaço através da plantação de uma nova árvore da mesma espécie, refere a importância da memória coletiva que reuniu nesse dia muitos residentes. Como vimos, Guimarães é uma cidade pequena, mas são estas ações no Espaço Público dinamizadas pelo município, através do GTL, que fortaleceram a confiança da população.

O trabalho do GTL apostou muito na ligação entre o técnico e a população, promovida pelas sessões e conversas na Praça de Santiago com debates públicos sobre a questão da habitação com técnicos conselheiros, como Fernando Távora, em que os residentes abriam as casas para que pudessem ver a sua situação. Nessa altura existiram exposições sobre estes modos de habitar da comunidade residente no centro histórico. Este contexto pode não revelar grande interesse na requalificação do Toural, mas pode justificar o poder assumido pelas populações na discussão sobre o Espaço Público e sobre a sua cidade.

A reabilitação da Praça do Toural insere-se num plano de reabilitação urbana associado à candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC'12). O Toural, como centro cívico de Guimarães, era um ponto óbvio de intervenção. Por isso, compreende-se também o impacto sonante no meio social que uma obra na “*sala de estar*”, no “*coração*” e no “*símbolo da cidade*”⁵⁶ tem, mobilizando a atenção da população e das associações para o projeto e o decorrer da obra.

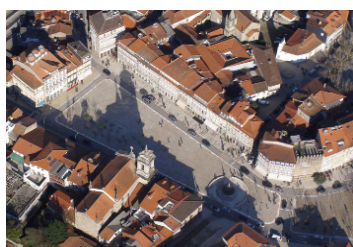
⁵⁶ Algumas das denominações dadas à Praça do Toural, pela voz dos vimaranenses, no genérico de abertura do programa “Largo do Toural”, da Rádio Santiago, com entrevista a Maria Manuel Oliveira, em novembro de 2015 (Pinto, 2015).



099 A intervenção no Largo do Toural do CE-EAUM

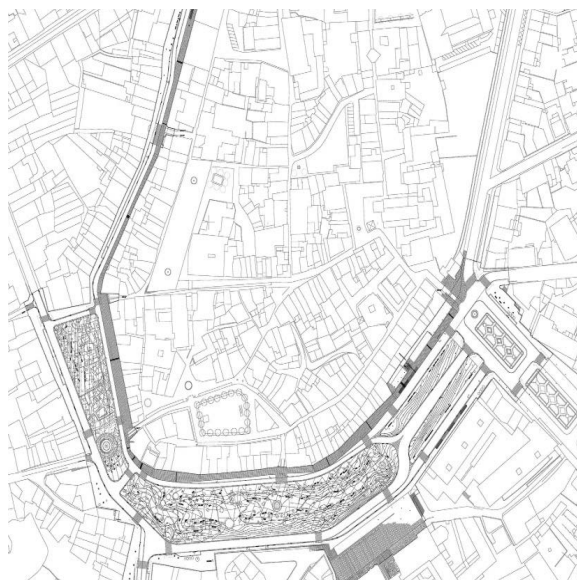


100



101

Diferença entre a praça de 1953 (100) e a requalificação de 2012 (101)



102 Projeto de requalificação

Este engloba a Rua de Santo António, a Praça do Toural e a Alameda de São Dâmaso

Antes da aprovação do Estado Português da candidatura da cidade para CEC'12, discutia-se em Guimarães o projeto do Arquiteto Seara Sá (na altura sócio da empresa de arquitetura e engenharia *Pitágoras*⁵⁷). Este foi o primeiro projeto que constava dos documentos prévios da candidatura que previa a execução de um parque de estacionamento subterrâneo, na Praça do Toural, com uma alteração profunda na circulação rodoviária com faixas desniveladas da praça. O projeto gerou grande contestação, liderada pela Sociedade Martins Sarmento⁵⁸, por se considerar que abria feridas desnecessárias no tecido urbano. O Município e o atelier responsável pela proposta defendiam a necessidade da construção de um parque de estacionamento na área pela mudança de utilização da Zona de Couros, outra das intervenções estratégicas da autarquia para a CEC'12, com instalação de um novo *campus* da Universidade do Minho e o Centro de Ciência Viva.

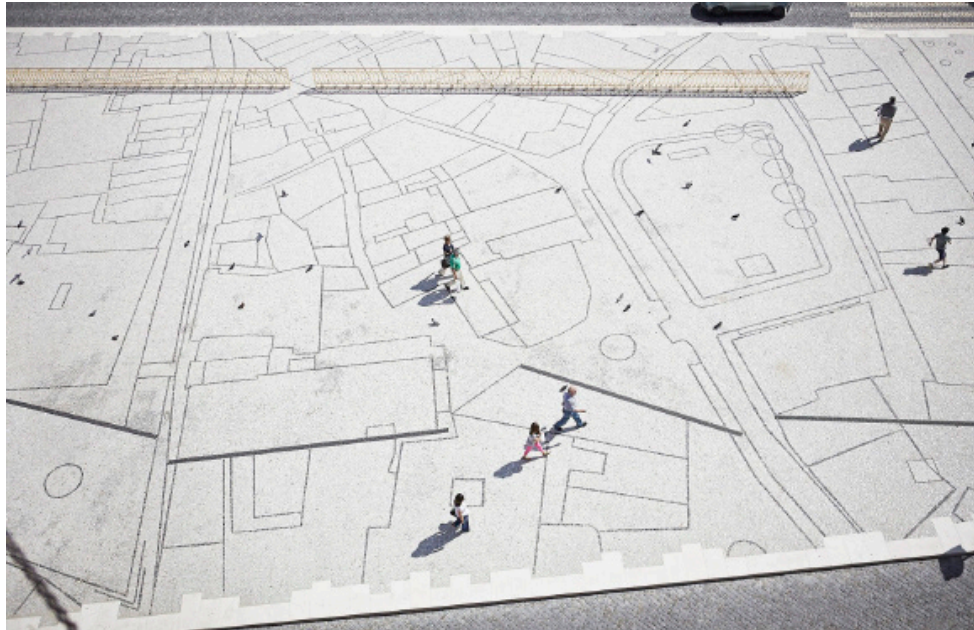
Por outro lado, as associações lembravam o elevado número de estacionamentos pagos a uma distância de 5 minutos a pé do centro, contestando a obra que iria significar para os lojistas uma quebra nas vendas durante o tempo de execução. Esta objeção levou a Sociedade Martins Sarmento, o Círculo das Artes e Recreio e o Cineclubes a organizarem diversos debates que envolveram a autarquia, a equipa projetista, os lojistas, os moradores e a Universidade do Minho, particularmente da área da Arquitetura. Estas reuniões foram acompanhadas pelos jornais locais⁵⁹ dando conta do ocorrido e recolhendo opiniões de comerciantes, residentes e trabalhadores, em estilo *pop-up*. Registam-se como as mais comuns a preocupação com os vestígios arqueológicos, o prejuízo para o comércio no decorrer da obra, a desnecessária construção do parque de estacionamento e a vontade de querer que coexista a circulação automóvel e pedonal no centro histórico.

Em 2009, foi aprovada pelo Estado Português a candidatura de Guimarães a Capital Europeia da Cultura e conseqüentemente criada a Fundação Cidade de Guimarães, que preparou os documentos para o concurso. A Praça do Toural continuava a ser um Espaço Público estratégico a reabilitar pela óbvia centralidade no contexto citadino de Guimarães, bem como a Alameda de São Dâmaso e a Rua de Santo António, e, por esse motivo, o infamado projeto de estacionamento foi rejeitado, e a responsabilidade do projeto foi entregue a uma equipa multidisciplinar do Centro de Estudos da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho – CE-EAUM (Borges, 2012, p. 23) com a direção de Maria Manuel Oliveira, arquiteta, investigadora e professora nesta Universidade.

⁵⁷ Empresa projetista da Plataforma das Artes, outra obra realizada por ocasião da Capital Europeia da Cultura.

⁵⁸ A Sociedade Martins Sarmento, fundada em 1881 em memória do arqueólogo local Francisco Martins Sarmento, tem grande influência na vida social vimaranense, particularmente da defesa e preservação do património arqueológica, embora seja também uma importante associação cultural.

⁵⁹ Para uma cidade com 158 124 habitantes, Guimarães tem uma imprensa local muito diversificada, tanto na plataforma virtual, como em papel.



103 O desenho da calçada e o impacto do varandim de Ana Jotta



104

105

106

A Praça do Toural atualizou a sua imagem, abrindo a paisagem, mas continua com uma utilização pacífica e amiga do peão

“A discussão sobre o projeto do Toural tornou-se pública, dando azo a que toda a gente o conhecesse e pudesse discutir” diz Maria Manuel em entrevista (Borges, 2012, p. 25), sendo por isso um processo muito intervencionado e participado pela cidade. No entanto, como também refere na mesma entrevista, “não se pode confundir discussão e participação pública com decisão de desenho”, o que demarca com clareza a forma como a equipa projetista encarou esta encomenda e a procura de solução. Pelo carácter específico da obra (uma praça, ou seja com implicação em todos os edifícios que a compõem) foram feitas várias reuniões, ora abertas ora mais específicas, com decisores políticos, investidores, moradores, comerciantes e demais cidadãos interessados (Borges, 2012, p. 25).

Em oposição à proposta anterior, a equipa do CE-EAUM elaborou um projeto menos intrusivo e uma solução que pode ser reversível no tratamento do Espaço Público. Uma vez que a Praça do Toural permanecia com a mesma imagem deste 1953, para a CEC’2012 procurou-se uma nova linguagem que dialogasse com a história do lugar através da arquitetura e do design. Dada a sensibilidade da intervenção e a intensidade da sua utilização, ao estudar o sítio e a forma como era usado (pelas pessoas e circulação automóvel) optou-se por uma intervenção discreta que passou pela consolidação do sistema viário e o tratamento do pavimento, para o qual foi convidada a artista plástica Ana Jotta.

O desenho do chão em calçada ilustra uma planta do centro histórico de Guimarães, num fundo branco com linha escura. Na praça existiam algumas árvores e arbustos que fechavam o espaço e impediam a visão transversal. A conjugação desta obra com a requalificação da Alameda de São Dâmaso levou à opção de projeto de limpar a praça e limitar o arvoredo à Alameda, distinguindo-se assim os dois espaços e reconhecendo a vocação central da Praça do Toural. Assim a intervenção permitiu um imagem contemporânea e livre, concordante com a orientação deste Espaço Público (Borges, 2012, p. 42).

No desenvolvimento dos trabalhos, as oportunidades de diálogo e exposição da obra garantiram o “fundamento e legitimidade” das opções de projeto (Borges, 2012), apesar das decisões mais ousadas da equipa. Por exemplo, o “varandim” dourado, uma peça desenhada por Ana Jotta que não tem aparente necessidade formal e que gerou algumas críticas por ser um obstáculo na circulação nascente-poente, entre a zona alta e a zona baixa da cidade. Das reuniões com os utilizadores do espaço surgiu como solução a criação de dois cortes, nos 60 metros de comprimento do varandim, que permitiriam a criação de atalhos.



107 O espaço para o peão é generoso mas não exclui a presença do automóvel que é visto como um ponto positivo pelos lojistas e residentes no Centro Histórico
Uma das grandes críticas ao Parque de estacionamento, para além da fratura no tecido da cidade, era ter como intenção proibir a circulação automóvel no Centro Histórico. A população considera que esta medida traz desvantagens para os moradores como a insegurança pela falta de movimento, desconforto e menos atratividade. O carro, embora condicionado e com zonas específicas de circulação, deve continuar no Centro Histórico, segundo os seus utilizadores.



108 A requalificação deu uma nova cara à entrada de Guimarães ao redor da zona muralhada da cidade

Para a arquiteta Maria Manuel, a proximidade e a atenção à forma como as populações reagem à mudança “*é um dever ético de quem intervém no espaço público*” (Borges, 2012, p. 25) não significando a anulação de todas as intervenções. O varandim insere-se hoje como um móvel urbano na Praça do Toural onde, segundo Maria Manuel, “*as pessoas que estão de pé poderão encostar-se nele, ler o jornal, conversar, olhar, e os miúdos irão brincar de um lado para o outro*” (Borges, 2012, p.32).

Na reabilitação deste conjunto houve a intervenção de muitas especialidades, próprio de uma intervenção no espaço público – lugar que reúne várias forças, vontades e necessidades – mas também houve o cuidado de recorrer a alguns artesões na prática tradicional – como “*douradores, pedreiros, calceteiros, fundidores e serralheiros*” – apesar da contemporaneidade do projeto (Borges, 2012, p. 32).

Resultado

O contexto específico de Guimarães faz-nos comprovar a tese mais reconhecida e aceite: de que a cidadania tem poder sobre a gestão local e do território. As diversas formas de organização (desde associações, instituições, ou outros grupos) já provaram ter um papel importante para a atuação sobre a forma da cidade. Parece-nos que em Guimarães estas formas de organização resultam de uma identidade e pertença forte, relacionada com a vizinhança e a proximidade próprias de uma cidade pequena.

A discussão pública sobre a reabilitação da Praça do Toural foi algo promovido por estas associações e que teve impacto social pelo sentimento de pertença que a população sente. A disponibilidade da autarquia para as reuniões e apresentações, bem como das equipas, possibilitou uma resposta que converge o interesse das populações e do município, confirmando a legitimidade dos dois mutuamente. A objeção ao primeiro programa forçou um novo método de trabalho, e o acontecimento da Capital Europeia da Cultura obrigou a um cumprimento de timings.

Todo o processo que envolveu esta requalificação foi largamente exposto e envolveu toda a cidade na discussão sobre as consequências da obra na imagem e identidade da cidade, como é natural num processo de intervenção num espaço público (Borges, 2012, p. 42). No entanto, apesar das conclusões que levaram à abolição do parque de estacionamento no Toural, permanece na cidade a discussão sobre a necessidade deste equipamento, recentemente proposto para o Parque da Caldeiroa. Relativamente a este projeto, encontrámos na imprensa local a referência à discussão do projeto do Toural num tom de disputa porque ao contrário deste, o projeto da Caldeiroa parece que vai avançar apesar das objeções da população, visto que é uma decisão mais política do que técnica. Este projeto envolve o mesmo arquiteto Seara de Sá, suportado por estudos que defendem a implantação de estacionamentos subterrâneos na cidade, de forma a dar apoio aos novos equipamentos. Os atores na discussão permanecem os mesmos, e as reivindicações semelhantes. A diferença está na importância para a identidade coletiva de um espaço em comparação com o outro e o pano de fundo: Capital Europeia da Cultura 2012.



4. UM GUIA PARA BONS PROCESSOS PARTICIPADOS

Depois de uma apresentação exaustiva de oito experiências em que o pensamento, a construção e a gestão do espaço promove uma responsabilidade social forte e um sentimento de pertença na comunidade, propomos terminar esta dissertação com um guia que sintetize alguns pontos que considerámos fundamentais para o sucesso de um processo de intervenção na cidade existente.

A existência de contextos e objetivos de atuação diferentes pede uma sistematização transversal que possa influenciar positivamente a ação de municípios e grupos ou movimentos de cidadãos. Por um lado para promover a procura da participação como uma ferramenta metodológica no planeamento da cidade, e por outro para espoletar as dinâmicas nas unidades de vizinhança para estimular o sentimento de pertença e a organização social em volta do bem comum.

Organizámos este guia em seis princípios de atuação utilizando a mesma linha do *Caderno*, ou seja, desde o que pode ser feito pelo cidadão comum até ao que o poder local deve adotar na sua atuação sobre o território. Cada ponto é fundamentado pelos diversos casos que foram apresentados neste trabalho para que se compreenda que o mesmo princípio de ação pode ter concretizações muito diferentes, sublinhando a importância de uma aproximação caso-a-caso.

Com isto pretendemos dar um contributo, a partir da área disciplinar da Arquitetura, sobre o papel do arquiteto como gestor e articulador entre os vários atores da cidade que têm capacidade e poder para transformar o espaço, desde o cidadão comum às entidades locais.

É importante fazer aqui um parêntesis, sobre o associativismo enquanto ferramenta de reunião das pessoas num objetivo comum, para a experiência da cidadania numa comunidade em volta do *commons*. Esta reunião, que tem em vista um objetivo comum, faz com que as pessoas tomem parte ativa na discussão e torna efetivas as estratégias de reabilitação da cidade e da sociedade. É urgente reinterpretar a cultura associativa, particularmente em Portugal onde está esquecida como potencial transformador da cidade. Este é um processo em marcha, mas precisa do apoio local.

A dinâmica associativa articula-se com o que se pretende dos processos participados: adesão, compromisso e ação. Deste modo compreendemos a sua correlação inegável.

Promover a redescoberta da relação local

A recolha dos casos permitiu-nos perceber, num leque transversal de contextos sociais e económicos, que a experiência local ainda não está esgotada, seja pela proximidade na vizinhança ou pela pertença a grupos que se encontram e discutem interesses comuns. Os desafios da sustentabilidade ambiental fazem com que seja valorizada a proximidade e o encontro para a ação, uma vez que existem ferramentas que facilitam a comunicação e a troca virtualmente. A experiência do corpo e a interação ganham assim um novo valor que deve crescer e ser explorado no futuro.

Em todos os casos do *Caderno* reconhecemos a procura por novos modelos de encontro e vizinhança, ou grupos e propostas inovadoras para o tempo de lazer e para as relações sociais. Mesmo nos casos em que se procura a construção de um equipamento em concreto, os encontros formais e informais estão sempre associados à promoção da comunidade, pois é a vitalidade desta que garantirá a regeneração do urbano. Desse modo, encontrámos nesta pesquisa uma revalorização do movimento associativista na atuação sobre os contextos urbanos.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- a dinâmica do *Playing Out* que promove o conhecimento entre os vizinhos, identificando uma necessidade comum e criando rede de conhecimentos no bairro.
- o Malón Urbano que é uma das ferramentas da Ciudad Emergente para incitar o convívio entre vizinhos através da partilha de uma refeição que pode ser complementada com debates informais de temas sobre o local onde residem.
- a identificação e eleição da Comissão de Moradores do Bairro Terras da Costa, na Costa da Caparica, que ajudou a comunidade residente a organizar-se em volta de um problema comum: o fornecimento de água.
- o movimento que se gerou para recuperar a pintura *Boy with Kite* em 2017, onde a população se reuniu por iniciativa própria para recuperar uma imagem que representa a sua identidade coletiva.
- o *Atelier de Rotterdam*, da Fundação *DeLuchtsingel*, que se fixou num território disperso para reunir os diversos atores na reflexão sobre a construção da cidade, de onde saiu um programa integral diversificado, desde a agricultura a uma incubadora de empresas.
- a criação da Associação Renovar a Mouraria, em 2008, que reuniu pessoas do bairro, particularmente, na revitalização do Bairro da Mouraria, dinamizando atividades direcionada para as questões sociais locais.

Apostar no envolvimento e no compromisso

Ao longo do trabalho temos entendido que a participação, antes de mais, é envolvimento. Este demonstra a abertura do poder local para aceitar que o cidadão é um ator na atuação sobre o território. O envolvimento também supõe algo que envolva, e nesse sentido a administração do bem público é esse “algo” que tem a obrigação, se não legal, pelo menos ética de estimular a participação e envolver o cidadão na gestão do bem público.

Assim, este trabalho tem sido exaustivo ao sublinhar como o território não tem sido considerado como um bem público cuja administração e gestão cabe a todos. Este envolvimento que leva ao compromisso começa pela educação das crianças e acaba na transparência das decisões políticas sobre o território. Muitas são as ferramentas para envolver o cidadão nas decisões sobre a cidade, mas a sua complexidade ou rigidez (e até o seu desconhecimento) tornam estas ferramentas existentes ineficazes.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- o emprego gerado pelas intervenções nos bairros do *Favela Painting Project* que apostou na formação de pintor de modo a capacitar as populações no desempenho de uma função específica na comunidade, mesmo fora do projeto, o que permite que a transformação continue.
- as exposições do 5th IABR sobre o tema *Making the city* que criaram mesas de discussão com os cidadãos em geral sobre algumas propostas de arquitetura para a cidade.
- as atividades do Serviço Educativo da Mouraria – EME, que promove atividades com as escolas locais de reconhecimento do seu território, pelo mapeamento e circuitos pedonais com as crianças.
- os programas dos equipamentos comunitários construídos no âmbito do *Espacios de Paz* tem em vista a organização de grupos responsáveis para gerir e programar as atividades propostas à comunidade. Para além de se garantir uma continuação do projeto para além da construção, promove-se o emprego, particularmente entre os jovens, para desenvolverem o seu trabalho em benefício da comunidade, como gerir as salas de informática, promover aulas de dança e a prática de jogos em equipa.
- a discussão e o envolvimento mediático promovido pelas associações de Guimarães para debater a pertinência de um parque de estacionamento na cidade, que envolveu jornais, crónicas, livros.

Ser transparente e comunicativo

Associado ao ponto anterior, o envolvimento só é verdadeiramente uma aposta quando a ação for transparente e tiver uma comunicação clara. Com o acesso à informação, a população em geral tem cada vez mais ferramentas e dispositivos para tomar uma posição e decidir de acordo com os conteúdos encontrados. Logo, a cidadania exige comunicação através de diversas plataformas (físicas e virtuais) e a informação clara sobre o processo para se manifestar e procurar esclarecimento.

Entre os casos recolhidos, aqueles que procuravam uma adesão do maior número de população usaram a internet e a comunicação social para apresentar as suas propostas, em contextos em que essa era a ferramenta do público-alvo. No que diz respeito à urbanização, este pode ser um ponto desafiante porque atualmente os instrumentos de planeamento são compostos por regulamentos e por plantas complexas que são levados a consulta sem nenhum tratamento específico. Mas para além dos desenhos precisarem de ser comunicativos de modo a permitirem passar claramente a ideia para a intervenção na cidade, também os regulamentos devem ser facilmente compreensíveis.

A cidade é o local onde muitas forças e temas se cruzam, mas é necessário uma articulação entre a administração e a população e uma capacidade de síntese que torne clara e perceptível a intenção para o território. Deste modo qualquer cidadão interessado pode ter acesso aos documentos que regulam a cidade para poder agir sobre esta, discuti-la ou orientar a sua atividade no sentido da sinergia local.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- a página do movimento *Playing Out* que vai dando conta de todos os municípios que aderiram ao *Street Play Policy*, atualizando os que estão ativos, se estão com dificuldades ou se perderam contacto, pedindo a ajuda dos locais para manter as informações atualizadas.
- a instalação de um Painel de Informação durante a construção da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, que se manteve como um lugar estável onde se dava conta da evolução da obra, permitindo que as pessoas que não queriam participar ativamente nos encontros de moradores pudessem acompanhar o desenvolvimento do processo, bem como saber da programação.
- os *milestones* disponibilizados na página oficial da Fundação durante o trabalho de construção na ponte DeLuchtsingel, que manteve os seguidores atualizados nos vários passos da obra.

- a diversas apresentações e discussões públicas que ocorreram durante a definição do segundo projeto para a Praça do Toural a cargo do CE-EAUM, quer com a população como os diversos atores do cidade para se assumir um compromisso entre todos no projeto.

- o *Laboratorio para la Ciudad*, no México, que usa uma plataforma virtual que permite a discussão pública de propostas em áreas temáticas que podem ser feitas para sítios específicos da cidade.

- a página oficial do Jardim do Caracol da Penha, que disponibiliza os desenhos do projeto para discussão pública, a legenda do mesmo, o enquadramento legal na cidade recorrendo ao PDM e alguns documentos que legitimam a proposta, de modo a que qualquer interessado possa compreender as vantagens e desvantagens do projeto no contexto específico.

Gerir expectativas

Um dos pontos mais importantes e decisivos na legitimidade das experiências urbanas que pretendem desencadear a participação cidadã é a confiança. Esta define a continuidade do projeto, a sua apropriação pelas comunidades e a seriedade com que o trabalho de envolvimento e compromisso foi feito. A gestão de expectativas diz respeito à definição dos objetivos, da duração da iniciativa e das consequências, mas também é fundamental no desenrolar do projeto, para que este não promova ilusões ou promessas inalcançáveis.

Quando transpomos estas questões para a atuação do governo local, este ponto é fundamental pois é esta gestão que distingue uma atitude de promoção política, associada às campanhas eleitorais e aos partidos, de uma atitude verdadeiramente política de uma filosofia de trabalho e administração cívica que não se guia pelos princípios da autopromoção. A quebra de confiança nos processos que se querem participados não só resulta num impacto negativo no imediato como num afastamento difícil de recuperar para uma próxima abordagem, contribuindo para que as pessoas se afastem cada vez mais da ação e gestão na cidade.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- o prazo temporário inerente à ocupação da Cozinha Comunitária, na Costa da Caparica, que obrigou a mobilização da população e das entidades competentes para a reflexão e organização do processo de realojamento, uma vez que a resposta dada à necessidade do abastecimento de água foi apenas uma base para a questão social mais urgente de solucionar – precariedade das habitações.
- o prazo de experimentação atribuído à ponte-infraestrutura *De Luchtsingel* que, findo o período, permite reconhecer a eficácia da proposta tornando-a efetiva ou não, dependendo da adesão às programações e da utilidade.
- a dinamização da Mouraria com o Plano de Desenvolvimento Comunitário do GABIP que teve em vista a dinamização das entidades e instituições locais para que estas continuassem o trabalho de revitalização na área, com a saída da iniciativa municipal.

Procurar novos modelos de gestão urbana

A partir dos vários casos foi possível observar diferentes formas de gestão urbana que criam parcerias entre a autarquia e as instituições, coletivos ou associações de moradores de forma mais ou menos independente. No entanto, estes modelos não se devem tornar absolutos em si mesmos, mas procurar adaptações que se adequem às realidades urbanas existentes. O interessante é reunir num programa de desenvolvimento as diferentes forças atuantes num determinado território para que seja possível uma ação abrangente entre todos, criando uma sinergia que possibilita o sucesso dos grupos e dos projetos. Estes terão um impacto mais direto na comunidade e permitirão o seu envolvimento e compromisso em iniciativas diretas.

Por outro lado, a gestão entre vários atores da cidade permite uma visão global que é do interesse da autarquia, uma vez que obriga a uma adequação da ideia à realidade e desenvolve formas de parceria para a dinamização social e cultural da cidade. A diversidade de modelos de gestão urbana que envolvem Comissões de Bairro, Associações, Fundações, ou outros grupos interdisciplinares, indica um caminho novo para o modo de governo local que dá espaço à inovação, ao compromisso e à sustentabilidade.

A arquitetura deve reconhecer um papel mediador neste trabalho em rede, não sendo a única implicada nesta mudança de gestão, porque é no espaço, no concreto da cidade, que as diferenças sociais se manifestam. Este desafio é ainda mais atual para um técnico de arquitetura que trabalhe numa autarquia pois a sua função pública tem mais responsabilidade sobre o planeamento e a gestão do território.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- o modelo de gestão do *Playing Out* que aposta na dinamização entre os vizinhos que desenvolvem nas suas ruas o movimento com o apoio do município, que autoriza a mudança do trânsito, e o apoio logístico da sede do PO (de acordo com a proximidade) que faz recomendações e também recolhe informação sobre os diversos PO a decorrer para divulgar na página oficial, onde qualquer pessoa pode tomar conhecimento de um *Playing Out* na vizinhança.

- a Comissão de Moradores do Bairro Terras da Costa que agiliza e promove a gestão do interesse comum dos habitantes no bairro concertando-os para a promoção da sua qualidade de vida juntamente com o Município.

- a Fundação *De Luchtsingel* que reúne entidades públicas e empresas na programação cultural da zona funcionando como um importante ponto de dinamização cultural em Roterdão. Com o apoio institucional do município foi possível desenvolver a ponte à qual estão associados um programa educativo e de voluntariado na agricultura e novos espaços verdes e comerciais.

- o trabalho desenvolvido pela Associação Renovar a Mouraria que, depois da intervenção municipal direta, procurou continuar com as parcerias existentes com as outras entidades locais, dinamizando propostas integradas no território, como resposta direta às necessidades da população.

- o programa de interligação entre o PICO e o Governo Venezuelano que reconhece o papel da arquitetura para a construção de comunidades resilientes através de programas comunitários e processos que promovam a participação e o compromisso.

- as propostas académicas que têm surgido como complemento à formação na arquitetura e que se abrem a outras disciplinas como o *Curso de Especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo*, do ISCTE-Lisboa, ou o programa do Há Baixa que promove a atuação dos estudantes em voluntariado através da prática de projeto na Baixa de Coimbra.

- o processo participativo na eleição e definição do projeto para o Jardim do Caracol da Penha que, apesar de vencer o Orçamento Participativo, procurou uma abordagem junto dos residentes que promovesse a apropriação.

Passar da intenção à política pública

Os processos *bottom-up* são importantes manifestações da vontade pública que devem ser apoiados para não desperdiçar uma população ativa. No entanto, desagarrados de uma administração aberta e que fomente a participação e o envolvimento, estas iniciativas do cidadão comum podem ter um impacto limitado. Por isso, as autarquias devem estabelecer que na sua atuação a nível local o cidadão não pode ser dispensado na discussão, pensamento e ação sobre a cidade.

Contudo, não pode estar dependente da autarquia iniciar ou promover encontros e projetos, ou discussões e debates com as comunidades, assim como a ação da administração não deve ser exclusiva e permanente em determinada zona urbana. No entanto, os responsáveis políticos devem desenvolver programas de melhoria da cidade apoiados por incentivos fiscais, financiamento ou apoio técnico, e integrados numa dinâmica de discussão, debate e empreendedorismo que incita a cooperação entre as comunidades, e destas com o poder local.

A inexistência de uma atuação sobre a cidade com um pensamento integral das políticas locais pode levar ao insucesso tanto dos programas municipais como das candidaturas, quer pela quantidade como pela qualidade da participação dos cidadãos. A decisão de avançar e o *como* avançar com mecanismos de participação denuncia a verdadeira intenção sobre o envolvimento e a participação das populações na cidade dos responsáveis pelo governo local.

Assim, deve ser prioritário nas autarquias promover a ação e o empreendedorismo, através de apoios e da disponibilização de ferramentas para que as comunidades, grupos, associações, coletivos, lojistas possam intervir e melhorar a cidade com as suas ideias e criatividade.

Para recordar alguns exemplos de boas práticas:

- a *Street Play Policy* criada no Reino Unido que pode ser introduzida por qualquer município. A lei cria condições legais favoráveis que permitem a atuação do *Playing Out* por qualquer grupo de vizinhos que o dinamize na sua vizinhança, tornando-se assim uma facilitadora da iniciativa.

- o resultado do envolvimento da CMAmada com a Comissão de Moradores do Bairro “Terras da Costa” que resultou numa atuação municipal de realojamento próxima através de reuniões que vão decidindo as necessidades da população em conjunto para avançar com o processo.

- os diversos programas de financiamento em Roterdão - *The City Initiative* e *CityLab010* - que promovem a cidade para a criação de ideias criativas para melhorar o funcionamento das zonas urbanas. Este financiamento permitiu que a ponte e os programas da Fundação De Luchtsingel fossem concretizáveis conforme a aceitação dos residentes e empresários da cidade.

- na mesma linha, os programas BIP-ZIP e Orçamento Participativo em Lisboa são boas ferramentas municipais que promovem a participação e compromisso cidadão. O Bairro da Mouraria beneficiou destes programas municipais para estimular o envolvimento e compromisso entre a população.

- o trabalho do GTL de proximidade com os residentes no centro histórico de Guimarães que instigou um clima de confiança entre a população e o município, que incentivou a participação política ativa. Esta manifesta-se hoje na quantidade de associações e jornais locais que debatem os temas da cidade, procurando defender o que entendem ser o melhor para a mesma, confiantes de que a sua atitude deverá ter resultados na dicesão política. Esta atitude é recíproca uma vez que a CMGuimarães também promove algumas sessões de apresentação dos projetos para desenvolvimento.

- a criação do *Laboratório para la Ciudad* demonstra a intenção política clara de novo presidente da Cidade do México que no início do seu mandato dinamiza a população participar na política urbana, através da disponibilização de sítios onde podem deixar a sua ideia para a cidade.

- a aplicação *A Minha Rua Lx*, uma proposta que ganhou o OP Lisboa e é utilizada hoje pelo município para gerir as ocorrências na cidade através da sinalização destas pelos utilizadores da aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta dissertação, procurámos evidenciar como a discussão do Espaço Público pode ativar e desenvolver a cidadania, relacionada com o sentimento de pertença e a identidade. Deste modo, reconhecemos que o pensamento, a gestão, o planeamento e a intervenção na cidade diz respeito às pessoas que nela atuam, desde os técnicos às comunidades, assumindo que a aproximação entre a administração e os residentes, e a promoção de uma participação ativa com os meios adequados a cada circunstância são fatores essenciais na busca de cidades sustentáveis, resilientes e inclusivas.

Para avançar neste objetivo, começámos por fazer um enquadramento temático sobre a cidade, onde explorámos as consequências na vida social que a procura da cidade ideal, desde o Renascimento, provocou no tecido urbano. Associada à questão da cidade, procurámos interpretar a cidadania, compreendendo a sua raiz histórica e os desafios que a dispersão e a Sociedade em Rede geram na construção da identidade e da pertença. Ao relacionar a cidade com a cidadania, percebemos o carácter político da atuação sobre o território e a responsabilidade do cidadão, enquanto ator individual e coletivo, sobre o espaço.

Desse modo, concluímos que esta responsabilidade cresce e converte-se em compromisso através do exercício da cidadania, tendo consequências no modelo de gestão urbana, particularmente no governo local. No entanto, na atualidade, com os desafios da dispersão, compreendemos que a cidadania no sentido da pertença e da identidade pode ter dificuldades na sua atuação. Apesar de a participação (o exercício da cidadania) ser um objetivo aceite e até procurado pelos Estados democráticos, os métodos devem ser repensados e flexibilizados, incorporando as TIC para uma gestão transparente e equitativa.

O envolvimento e a participação dos atores da cidade são fundamentais como estratégias de reabilitação urbana permitindo o bem-estar integral das populações. O envolvimento promove-as localmente e devolve-lhes um sentido coletivo, bem como um reconhecimento individual com o lugar. Apesar das fragilidades reconhecidas, o planeamento colaborativo é fundamental para uma gestão urbana inclusiva.

Como defende este trabalho, o Espaço Público é o palco onde se promovem os valores da cidade pois *“o homem terá sempre uma existência física e [...] a ela terá de corresponder um espaço de vivência do quotidiano”* (Rossa, 2015, p. 22). Desse modo, tendo em conta a aproximação teórica e considerando o enquadramento disciplinar na Arquitetura, procurámos compor um *Caderno* sobre ações no Espaço Público que relacionassem os temas do Capítulo 1 e 2 aplicados em contexto prático.

A escolha dos casos centrou-se no Espaço Público por este servir e mobilizar a população, sem distinção entre equipamento e espaço. Esta escolha permitiu-nos focar no desenvolvimento e na discussão do projeto de intervenção como ferramentas de cidadania, percebendo os processos e os impactos na comunidade. Entre os diversos exemplos recolhidos ao longo da investigação, optámos por selecionar oito casos – três nacionais e cinco estrangeiros – por responderem concretamente à questão colocada. Os casos foram descritos em três pontos fundamentais (contexto, processo e impacto da intervenção) para facilitar a aproximação e reconhecimento de cada um. As experiências desenvolvem-se entre 2007 e 2017, alguns em atuação hoje, o que reflete por um lado as crises e os movimentos sociais que emergem nesta década, e por outro o carácter recente de algumas das propostas em estudo.

A organização dos casos em modo de *Caderno* proporcionou uma visão detalhada e procurou espoletar dois tipos de leitura – individual ou do conjunto dos casos – compreendendo o fio que os interliga no “*movimento entre a ação cidadã e o poder institucional*”. Com este *Caderno* existe a intenção de reconhecer o envolvimento e a participação como um dever de quem participa como também de quem chama à participação. Nesse sentido, a preocupação por abordar intervenções entre os dois tipos de iniciativa convoca a uma abordagem geral sobre a participação, mais do que metodológica.

Durante o período de investigação, a participação no Congresso Internacional “*Projetar a cidade com a comunidade*”, em Lisboa, deu legitimidade ao tema desta dissertação por ser atual e amplamente debatido, como foi possível observar nas partilhas de trabalhos e investigações pelos vários participantes de diversas áreas científicas. As experiências internacionais apresentadas no Congresso demonstram a transversalidade dos processos participados. Foi também possível visitar o Bairro Padre Cruz e o Largo do Intendente, na Mouraria, assim como participar nas mesas redondas que ajudaram a problematizar a efetividade do envolvimento e da participação, lançando desafios e perguntas sobre estes e sobre a sua aplicação.

O contacto com outros investigadores com a apresentação desta investigação nos grupos de trabalho permitiu a troca de conhecimentos com outras escolas de arquitetura, particularmente de Portugal e do Brasil. O diálogo sobre as experiências e os desafios que cada um sente no seu contexto, em especial sobre a integração destes processos na formação em Arquitetura e, também, no trabalho com o governo local, foi muito positivo.

Igualmente importante, embora no sentido da prática, foi a participação no *projeto Há Baixa*, em Coimbra, na sua 2ª edição em julho de 2017. Este grupo parte de uma iniciativa de estudantes do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra com o objetivo de procurar uma aproximação entre a academia e a comunidade residente na Baixa. Durante este período no verão, promovem intervenções de

reabilitação em habitações ou espaços comerciais na Baixa, assim como ocupações do Espaço Público associadas a uma programação cultural. As intenções do *Há Baixa* vão ao encontro dos propósitos desta investigação de uma forma prática fazendo compreender, pela experiência pessoal, as dificuldades da aplicação dos temas aqui apresentados no contato com as populações.

O *Há Baixa* debruça-se sobre uma realidade social precária e negligenciada pelas entidades e instituições locais de Coimbra e a participação nesta quinzena conferiu uma oportunidade pessoal de trabalhar os temas da investigação e de assumir um papel ativo, através da arquitetura, na cidade de Coimbra de onde sou natural. Assim foi possível reconhecer a necessidade das parcerias, da multidisciplinaridade e do envolvimento correto dos residentes e comerciantes através de uma estratégia em que todos se revejam, mas que não é fácil de alcançar e exige um compromisso e atualização constantes. A proposta de ideias interessantes no Espaço Público (em que estive mais envolvida) pede que se procure a visão dos residentes mais do que aquilo que pensamos ser o melhor. Os *workshops* de encadernação realizados na Praça do Comércio com uma loja local, *Chronospaper*, por exemplo, envolveu alguns residentes que passavam mas principalmente animou as pessoas por se tratar de um trabalho entre jovens, fora das apostas mais repetidas pela programação da autarquia (o turismo e as festas da cidade). Nesse sentido, participar no *Há Baixa* foi um verdadeiro laboratório que me fez experimentar algo inédito em Coimbra sobre o envolvimento e a participação, procurando inspiração noutras experiências nacionais.

De uma forma complementar, a visita a Guimarães, onde se reconhece os efeitos da filosofia herdada do GTL na gestão urbana, ilustra o papel fundamental do poder local na gestão da cidade em parceria com os residentes. Por um lado, o governo local é a chave para o sucesso dos impactos destas experiências, mas por outro tem uma responsabilidade grande na democratização do território dada a sua inquestionável relação com o local.

Atualmente a necessidade de relação entre o local e o global que se acentua com a difusão das redes deve ser acompanhada por uma gestão atualizada das autarquias. A aproximação entre o governo local e a população, através de processos participados com os métodos e as estratégias adequadas a cada caso, tem de se tornar uma prática corrente sob pena de permanecer uma entidade impermeável e sem autoridade, que põe em causa a própria democracia.

Por fim, terminámos a dissertação no quarto capítulo com o desenvolvimento de um guia que sintetiza alguns eixos de ação que valorizam a participação e o envolvimento do cidadão. Através de uma referência aos casos, seleccionámos uma atuação específica para o desenvolvimento de cada um dos seis eixos propostos, valorizando deste modo os princípios e dando exemplos de algumas boas práticas. Deste modo cumpre-se o objetivo desta metodologia de trabalho, que procurava reunir contextos e processos

diferentes e não pretendia apenas a descrição de um método, propondo antes uma estratégia de participação que parte da filosofia de não dispensar a população na gestão das cidades.

Feitas estas considerações sobre os objetivos e métodos do trabalho, resta-nos concluir sobre os resultados desta investigação na resposta à questão levantada: “*pode a cidade construir a cidadania?*” Em primeiro lugar, este trabalho torna clara a importância do local pela proximidade com que permite que o Homem se relacione com as suas necessidades e ambições, ao contrário do que poderia fazer prever a globalização. O Homem, ao mesmo tempo que está atento aos acontecimentos globais, sente necessidade de reinterpretar o seu papel nas diversas redes sociais, profissionais e de interesses. Estas não são necessariamente de proximidade, mas estão cada vez mais associadas à mobilidade sustentável e, por outro lado, ao acesso digital.

Apesar da constante volatilidade associada à vida profissional, que em muitos casos representa uma relação de curta duração com o lugar, existe uma vontade do indivíduo de fazer “a sua parte”, contribuindo como pode sobre a cidade no tempo da sua estadia. Esta deslocação permanente corrobora a afirmação de Castells (2005) sobre a perda de referência do nacional, face ao local e ao global. Estas são as duas medidas atuantes na vida quotidiana.

Esse facto acentua a necessidade de não se dar por garantido o sentimento de pertença que outrora a rotina construía nos residentes de determinada cidade, impulsionando mais tarde o seu envolvimento e compromisso no governo da mesma. No séc. XXI, e mais ainda nas condições descritas e em contextos de cidades emergentes, a pertença associada à cidadania constrói-se com agilidade e abertura no dia-a-dia e numa filosofia de gestão inclusiva e comunicativa. Esta comunicação clara e transparente permite que o indivíduo possa aderir e participar ativamente conforme a sua vontade e interesse, não anulando a liberdade de participar se, e quando, quiser.

Assim como pensamos na cidade enquanto “*cidades dentro da cidade*”, a pertença vive-se em células de proximidade que não se limitam às questões geográficas. É no seio destes grupos que se compreendem os fundamentos do *commons* que permitem a ativação destas células na procura de soluções para as questões comuns, que Jan Gehl sintetiza como *common background, common interests or common problems* (Gehl, 2011, p. 53-61). Deste modo, a pertença local e a responsabilidade na cidade promovem-se em pequenas redes de discussão cívica, capazes de envolver e comprometer os cidadãos localmente na gestão da cidade.

Em segundo lugar, e apesar do valor dado à ação do cidadão na cidade, este trabalho conclui valorizando a necessidade de um governo local que promova e que lidere uma filosofia de participação, sendo esta um dever da gestão municipal. Assim, deve ser reconhecido o valor de cada um dos seus cidadãos, desde os residentes,

aos investidores, proprietários e comerciantes, procurando a inclusão de todos. A duplicidade *bottom-up* e *top-down* só serve, no contexto deste trabalho, para identificar a origem e o destino de determinada iniciativa, e não para defender uma em detrimento da outra. Na realidade, o objetivo deve ser sempre a sinergia, a procura de estratégias que saibam envolver e percorrer um “*movimento entre*” o cidadão e a autarquia, como foi relatado na análise.

A atuação do poder local para estimular estas iniciativas é preponderante para alcançar o sentido de cidadania sob prejuízo de perder legitimidade no exercício da função de governar, ou seja, perder credibilidade na forma como administra o território, uma vez que está isolado do cidadão. O bem comum é um valor superior à sensibilidade dos responsáveis do governo da cidade e, como tal, deve ser uma construção participada e discutida, embora liderada pelos representantes eleitos. Apesar da necessidade de uma revisão administrativa, a mudança cultural será a chave que, uma vez aceite, pode acelerar as necessárias atualizações.

Ao longo deste trabalho foi frequente reconhecer que o envolvimento dos cidadãos foi tanto mais frutífero quanto a abertura para o diálogo e a parceria, especialmente na integração dos movimentos de exclusiva iniciativa cidadã. Estes modelos de governança incentivam o compromisso que espoleta propostas criativas na cidade e que lhe devolvem vitalidade e dinâmicas sociais únicas. Deste modo espera-se do governo local não só a iniciativa, mas a atenção e o apoio a estas experiências que, a par de políticas de requalificação do espaço urbano, contribuem para a reabilitação integral das cidades e das suas comunidades uma vez que são os próprios residentes a desenvolver e a promover a utilização do espaço urbano.

No *Caderno* analisámos situações concretas que nasceram da mobilização da população ou que fomentaram a reunião em comunidades tendo em vista um objetivo comum. O Espaço Público foi transversalmente lugar de encontro e de expressão e foram registados como impactos positivos a união das pessoas sobre um assunto comum, solidificando laços que levaram a uma maior probabilidade de desenvolver projetos, ideias e encontros em conjunto no futuro. Salvo o *Favela Painting Project*, todos os outros envolveram em algum momento os governos locais que agiram em conjunto com a população na resolução de determinada necessidade. Se estas iniciativas forem devidamente apoiadas pelos governos podemos estar perante oportunidades de governança que geram nova vida na cidade, como estes casos de sucesso enunciam.

Genericamente, nos processos participados descritos no *Caderno*, a arquitetura assume a função de ferramenta que tem em vista um objetivo maior: a pertença e a identidade nas zonas urbanas. As intervenções podem ser comparadas com acupuntura (Lerner, 2011) como um estímulo que desencadeia uma rede de novas dinâmicas à sua volta: na comunidade, na sociedade e, por consequência, na cidade. Assim, consideramos oportuno fazer uma leitura dos casos expostos no *Caderno* recordando as questões e desafios que levantam.



109 Bairro Nossa Senhora da Conceição

A pintura com os motivos da Agatha Ruiz de la Prada envolveu a população residente e da cidade. Foram promovidas as Festas de S. João por exemplo, que trouxe a atenção para o Bairro.

A reabilitação da Mouraria e a revitalização da zona *De Luchtsingel* revelam o sucesso de uma colaboração e parceria entre o governo da cidade e as empresas e associações locais. Deste modo conseguiram apoiar-se mutuamente na ativação de zonas da cidade desvalorizadas, embora em contextos diferentes, através de novos programas e atividades que geram um dinamismo novo entre os utilizadores e residentes e atraem novos visitantes. A intervenção da ponte em Roterdão funciona como teste na cidade que, passado o tempo estabelecido, deverá permanecer ou não na zona, enquanto que a aposta de requalificar os espaços urbanos em Lisboa é uma atuação firme que parte do município. No entanto as duas experiências aproximam-se no compromisso dos locais em manter e dinamizar a área, continuando com o círculo virtuoso do envolvimento, participação e compromisso que explorámos.

Do mesmo modo, no debate gerado em volta da Praça do Toural, reconhecemos como é importante para a identidade das populações as modificações nos Espaços Públicos, bem como os efeitos que a alteração do uso pode ter. A pequena escala de Guimarães incentiva um compromisso ativo quase geral de toda a população, que se mobiliza facilmente nas muitas associações que a compõe e nos artigos nos jornais locais. Esta atitude é de tal modo forte e atenta que determinou a alteração do projeto e a definição do novo que, apesar de alterar a linguagem e expressão da Praça do Toural, manteve essencialmente a sua organização.

Enquanto que em Guimarães estamos perante um espaço formal de identidade histórica, nas favelas do Rio de Janeiro o espaço exterior não tem representatividade para as comunidades. As intervenções artísticas promovem uma imagem coletiva que desafia a identidade negativa assumida pelos residentes e pelos que veem a favela de fora. As populações identificaram-se com esta nova identidade coletiva e assumem-na em comunidade superando as barreiras e preconceitos sociais. Não houve oportunidade de desenvolver neste trabalho o caso do Bairro da Conceição, em Azurém, que é um paralelo formidável com as experiências do *Favela Painting Project*, mas num bairro social em Guimarães associado ao alojamento da comunidade cigana na cidade⁶⁰.

⁶⁰ A requalificação do Bairro Nossa Senhora da Conceição foi um projeto desenvolvido pelo MAPa²⁰¹², um organismo autónomo da CMGuimarães. O Bairro foi construído no final dos anos 70 para dar resposta à elevada procura de habitação e está associado ao alojamento da comunidade cigana, distanciando-o socialmente da cidade. Em volta do conjunto foram plantadas árvores que criaram um véu que reforçou a distância física do centro cívico. Em 2011, a intervenção do MAPa²⁰¹² procurou requalificar o espaço público, particularmente os passeios que estavam danificados pelo crescimento das árvores-barreira, e os edifícios, que pela construção precária sofriam de diversas infiltrações. Neste programa, surge a hipótese de envolver a estilista Agatha Ruiz de la Prada na pintura das fachadas nos prédios, o que desencadeou um envolvimento no bairro e uma projeção mediática que ajudou a dignificar a imagem do bairro social e das suas populações (MAPa²⁰¹², 2012). O projeto teve a parceria do IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.



110 Turma 2012/2013 do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias

Com o mesmo propósito de autoestima das populações, os projetos da Cozinha Comunitária das Terras da Costa e os *Espacios de Paz* lançam outros desafios na atuação sobre situações de fragilidade social e exclusão. Ambos iniciam com o objetivo de colocar nas mãos das comunidades o desenvolvimento dos locais e da área residencial, incentivando a criação de comissões de moradores, associações e projetos educativos e sociais. Este *engagement*, ou, como vimos em português, engajamento, tem em vista uma organização das comunidades que facilite a parceria e o entendimento com as entidades e instituições locais para, assim, melhorar a qualidade de vida dos residentes.

O *Playing Out* e o *Calles Compartidas* (que aplica o conceito de *Shared Places*), por fim, reconhecem esta qualidade de vida na proximidade onde a Rua é o espaço por excelência de partilha e de convivência entre vizinhos. A experiência da rua revela um valor de referência mais próxima da habitação, da esfera íntima, e, como tal remete para uma situação de segurança para as crianças estabelecendo redes de vizinhança e convívio entre os adultos. A utilização da rua também promove uma diversidade de funções em determinadas zonas uma vez que a curta distância é uma mais-valia sustentável para a mobilidade. Nestas experiências não se procura anular o carro, mas integrá-lo nas vivências sociais atribuindo-lhe outras regras.

A análise e exposição de diversos casos impediu a compreensão mais detalhada e profunda de cada um no *Caderno*, sendo que este foi um limite assumido desde o início da investigação. Pretendíamos uma abordagem geral, embora concreta, dos casos expostos no Caderno para compreendermos a Participação para lá dos objetivos e compromissos mundiais e dos valores da democracia. Esta visão possibilita-nos uma aproximação com a realidade e desvenda como a construção do espaço pode ajudar a melhorar os modelos de governança de uma cidade e o sentimento de pertença.

O que conseguimos provar e fundamentar foi a centralidade política e social da forma como as pessoas se relacionam com o território. O envolvimento, a participação e o compromisso são objetivos que só podem ser alcançados como uma expressão material no Espaço Público da cidade, reforçando assim como este deve ocupar o centro da discussão política, tendo efeito em todas as outras áreas da vida social.

Por último, esta reflexão leva-nos a pensar o papel do(a) arquiteto(a) enquanto mediador entre a cidade e a cidadania, uma vez que estas se concretizam no espaço urbano. “*A Arquitetura é expressão dos povos*” como defende Ruskin citado por Octávio Lixas Filgueiras (1985). A ética da profissão está em respeitar esta ideia, não necessariamente só no “estilo” do objeto mas principalmente nas dinâmicas que sabemos que a sua construção gera na cidade. Sendo o cidadão a referência direta ao principal utilizador da cidade, é incompreensível um plano, um projecto ou uma intervenção que o ignore.

Esta é a forma como pretendo iniciar o exercício do meu percurso profissional.

REFERÊNCIAS

- aiMouraria. (2018). *aiMouraria: Requalificar o passado para construir o futuro*. [site]. Obtido 28 de Janeiro de 2018, de <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt>
- ARM. (2017). *Associação Renovar a Mouraria*. [site]. Obtido 13 de setembro de 2017, de <https://www.renovaramouraria.pt>
- ARM. (2017). *Blogspot da Associação Renovar a Mouraria (desatualizado)*. [site]. Obtido 13 de setembro de 2017, de <https://renovaramouraria.blogspot.pt/>
- Arnstein, S. (1969). *A Ladder of Citizen Participation*. *Journal of the American Planning Association*, 34(4), 216–224.
- Artéria. & ARM. (2018). *Edifício Manifesto*. [site]. Obtido 30 de Janeiro de 2018, de <https://edificiomanifesto.wordpress.com/>
- Ascher, F. (1998). *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Geografias. Oeiras: Celta Editora.
- Ascher, F. (2004). *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bandarin, F., & van Oers, R. (Eds.) (2015). *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Wiley Blackwell.
- Bandeirinha, J. A. (2007). *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra : Imprensa da Universidade.
- Bolotinha, F., & Correia, L. (2013). *Edifício Manifesto*. *Espaços&Casas*, nº198. Obtido de www.youtube.com/watch?v=V6G4Id1qJic
- Borges, N. M. (2012). *Renovação Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e Rua de Santo António, Guimarães: 2010-2012*. Porto: NMB - Nuno Miguel Borges.
- Borja, J. (2002). *Ciudadanía y globalización*. *Revista del CLAD* , 22(Reforma y Democracia). Obtido de <http://siare.clad.org/revistas/0041400.pdf>
- Cabral, M. V., Silva, F. C. da, & Saraiva, T. (2008). *Cidade & Cidadania: governança urbana e participação cidadã em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Caracol da Penha, J. (2016). *Um jardim é o que nos faz falta! Documentos de suporte à Proposta n.º 573 ao Orçamento Participativo de Lisboa 2016 e à Petição à Assembleia Municipal de Lisboa para a criação de um espaço verde em Arroios e Penha de França*. Lisboa: Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha. Obtido de <https://www.caracoldapenha.info>

Caracol da Penha, J. (2018). Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha. [site]. Obtido 5 de janeiro de 2018, de <https://www.caracoldapenha.info>

Castells, M. (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castells, M. (2004). *Un mundo urbanizado sin ciudades?*. La Vanguardia. Barcelona. Obtido de <https://es.groups.yahoo.com/neo/groups/territori/conversations/messages/7384>

Castells, M. (2005). A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. Em M. Castells & G. Cardoso (Eds.), *A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política* (pp. 17–30). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

CC. (2018). *Calles Compartidas*. [site]. Obtido 7 de janeiro de 2018, de <http://callescompartidas.org>

Ciovica, M. (2017). *DakAkker in Rotterdam - A new rooftop experiment for urban farming and water systems*. New Europe - cities in transition.eu. Obtido de <http://citiesintransition.eu/place/dakakker>

CML. (2017). *Ciclo e Regras do Programa BIP/ZIP Lisboa 2017 - Parcerias Locais*. Obtido 15 de Agosto de 2017, de http://bipzip.cm-lisboa.pt/imgs/ciclo_regras.pdf

CML. (2018). Lisboa Participa - Portal de Participação. Obtido 25 de janeiro de 2018, de <https://www.lisboaparticipa.pt>

Coelho, R. (2016). *Costa Da Caparica - Cozinha comunitária premiada está a funcionar como armazém*. Diário de Notícias, 13 de fevereiro. Obtido de <https://www.dn.pt/sociedade/interior/cozinha-comunitaria--premiada-esta-a-funcionar-como-armazem-5027416.html>

Coleman, S., & Götze, J. (2001). *Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation*. Londres: Hansard Society.

Correia, F. A. (2001). *O plano urbanístico e o Princípio da Igualdade*. Coimbra: Livraria Almedina.

Domingues, A. (2009). *A Rua da Estrada: o problema é fazê-los parar!*. Porto: Dafne Editora.

Domingues, A. (2015). *Território : casa comum : morfologias e dinâmicas do território*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Esopi, G., & Morelli di Popolo, C. (2017). *Governance of commons: balance between strategic planning and urban tactics*. Munique.

Espacios de Paz. (2015). Espacios de Paz - Petare 5 de julio. Obtido 25 de setembro de 2017, de <https://www.youtube.com/watch?v=ufQCUKS5t2A>

Favela Painting, P. (2017). *Favela Painting Project*. [site]. Obtido 16 de julho de 2017, de <https://www.favelapainting.com>

Filgueiras, O. L., & Almeida, P. V. de. (1985). *Da função social do arquiteto: para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: Escola Superior de Belas-Artes.

Fishman, R. (1990). *Metropolis unbound: the new city of the twentieth century*. Flux, 6(1), 43– 55. Obtido de <https://doi.org/10.3406/flux.1990.1172> .

Francisco. (2015). *Louvado Sejas : carta encíclica 'Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da Casa Comum*. Prior Velho: Editora Paulinas - Secretariado Geral do Episcopado.

Franco, J. T., Valencia, N., & trans. Watkins, K. (2015). *Espacios de Paz 2015: 5 Cities, 5 Communities, 20 Architecture Collectives*. ArchDaily. Obtido 22 de Junho de 2017, de <http://www.archdaily.com/640577/espacios-de-paz-2015-5-cities-5-communities-20-architecture-collectives>

Freitas, M. J. (2001). *Habitação e Cidadania: no trilha da complexidade de processos relacionais generativos*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.2217.9925>

Fundação Calouste Gulbenkian. (2018). Bairro Terras da Costa. Obtido 10 de janeiro de 2018, de gulbenkian.pt/project/bairro-das-terras-da-costa/

Gehl, J. (2011). *Life between Buildings: using public space*. Washigton, D.C.: Island Press.

Gehl, J. (2015a). *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Gehl, J. (2015b). *Cities for People: An interview with the danish architect Jan Gehl*. Obtido 23 de Maio de 2017, de https://www.tageswoche.ch/de/2015_12/basel/683236/«Architects-know-very-little-about-people».htm

Gehl, J., & Gemzoe, L. (2002). *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo

- Gili, SA. Gehl, J., Svarre, B., & Steenhard, K. A. (2013). *How to study public life*. Washington, D.C.: Island Press. <https://doi.org/10.5822/978-1-61091-525-0>
- Goodspeed, R. (2016). *The Death and Life of Collaborative Planning Theory*. *Urban Planning*, 1 (4), 1-5.
- Guerra, I. C. (2010). *Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91(Debate social e construção do território), 121–134.
- Habermas, J. (1987). *The theory of Communicative Action, Reason and the rationalization of society & Lifeworld and System: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Press.
- Habitat3. (2018). *Habitat III*. [site]. Obtido 15 de março de 2017 em <https://habitat3.org>
- Harvey, D. (2008). *The Right to the city*. *New Left Review*, 53, 23–40. Obtido de <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>
- Healey, P. (1997). *Collaborative Planning: Shaping Places in Fragmented Societies*. Nova Iorque: Palgrave.
- Hudson, D. (2014). *PICO estudio transforms urban venezuela with 5 spaces for peace*. Designboom. Obtido de www.designboom.com/architecture/pico-estudio-transforms-urban-venezuela-with-5-spaces-for-peace-part-1-11-9-2014/
- Innerarity, D. (2010). *O Novo Espaço Público*. Lisboa: Texto Editores.
- Innes, J. (1998). *Information in Communicative Planning*. *Journal of the American Planning Association*, 61(1), 52–64.
- Innes, J., & Booher, D. (2003). *The Impact of Collaborative Planning on Governance Capacity*. California: Institute of Urban and Regional Development, University of California. Obtido de <https://books.google.pt/books?id=SHlOAAAAYAAJ>
- Isin, E. F. (2005). *Engaging, being, political*. *Political Geography*, 24. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2004.07.002>
- Iveson, K. (2013). *Cities within the City: Do-It Yourself Urbanism and the Right to the City*. *International Journal of Urban and Regional Research* 37, 3, 941–956. Obtido de <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12053>
- Jacobs, J. (1994). *The death and life of great American cities*. Londres: Penguin Books in Association with Jonathan Cape.

- Jamil Marques, F. P. (2016). *Ciberpolítica - conceitos e experiências [recurso electrónico]*. Salvador: EDUFBA. Obtido de https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19351/3/ciberpolitica_conceitos_experiencias-RI.pdf
- Jiménez, A. C. (2017). *Auto-Construction Redux: The City as Method*. *Cultural Anthropology*, 32(3), 450–478. <https://doi.org/10.14506/ca32.3.09>
- Jimenez, A. C., & Estalella, A. (2014). *Assembling Neighbors: The City as Hardware, Method, and a Very Messy Kind of Archive*. *Common Knowledge*, 20(1), 150–171. <https://doi.org/10.1215/0961754X-2374808>
- LABCD. (2017). *Laboratorio para la Ciudad*. Obtido 20 de Outubro de 2017, de <http://labcd.mx/>
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre.
- Lerner, J. (2011). *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Luchtsingel. (2017). *De Luchtsingel*. [site] Obtido 20 de setembro de 2017, de <http://www.luchtsingel.org>
- Lynch, K. (1997). *The image of the city*. Londres: MIT Press.
- Mancini, P. (2014). *How to upgrade democracy for the Internet era*. TED Talk . Obtido de https://www.ted.com/talks/pia_mancini_how_to_upgrade_democracy_for_the_internet_era/transcript
- MAPa²⁰¹². (2018). *MAPa²⁰¹² - Câmara Municipal de Guimarães*. [site]. Obtido 20 de janeiro de 2018, de <http://mapa2012.tumblr.com>
- Mayka, L. R. (2013). *Bringing the Public into Policymaking: National Participatory Institutions in Latin America*. Obtido de <http://oatd.org/oatd/record?record=%22california:qt8nm7s4cw%22>
- Matos, V. (2010). Guião de entrevista à Dirigente da Associação Renovar a Mouraria (ARM). Obtido 18 de fevereiro de 2018, de repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22659/2/ulfpie047560_tm_anexos.pdf
- Mesquita, M. (2014). *Fronteiras Urbanas. Ensaios sobre a humanização do espaço*. Viseu: Anonymage. Obtido de https://www.academia.edu/11633351/Fronteiras_Urbanas._Ensaios_sobre_a_humaniza%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o
- Ocampo, X. (2015). *Calles Compartidas*. Santiago: Dérive LAB
- Pereira, L. V.(1987). *Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*. Lisboa : LNEC.

Pinho, A. C. da C. (2009). *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana: Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Pinto, E. (2015). *Entrevista a Maria Manuel Oliveira (audio)*. Largo Toural - Radio Santiago. Obtido de <http://www.guimaraesdigital.com/noticias/62132/maria-manuel-oliveira-em-entrevista-ao-programa-largo-do-toural>

PO. (2018). *Playing Out: make your street a place to play*. [site]. Obtido 27 de dezembro de 2017, de <http://playingout.net>

Portugal. (2016). *Constituição da República Portuguesa : 7ª revisão (aprovada pela Lei nº 1/2005, de 12 de agosto)*. Lisboa : Divisão de Edições da Assembleia da República

Prilenska, V., & Lias, R. (2015). *Challenges of recent participatory urban design practices in Riga*. Obtido de www.sciencedirect.com

Ribeiro, R. J. (2000). *Democracia vs República: a Questão do Desejo nas Lutas Sociais*. Em N. Bignotto (Ed.), *Pensar a República* (pp. 13–31). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Rossa, W. (2002). *História do Urbanismo e Identidade: a Arte Inconsciente da Comunidade*. Em W. Rossa, *A Urbe e o Traço: uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português* (pp. 13–23). Coimbra: Livraria Almedina.

Rossa, W. (2015). *Fomos condenados à cidade - uma década de estudos sobre Património Urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0883-9>

Sacchetti, V. (2013). *Non abbiamo sempre bisogno di costruire*. *Domus*, 971, 48-57

Salgado, M. (2014). *Call this democracy? Education and empowerment through participatory city budgeting*. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, 8(2), 199–209.

Schieblock. (2018). *Het Schieblock*. [site]. Obtido 10 de janeiro de 2018, de <http://www.schieblock.com>

Silva, S. (2010). *Daqui nasceu a Guimarães contemporânea - Reabilitação*. Público, 7 de março. Obtido de <https://www.publico.pt/2010/03/07/jornal/daqui-nasceu-a-guimaraes-contemporaneareabilitacao-18924126>

Sintomer, Y., Herzberg, C., & Allegretti, G. (2012). *Aprendendo com o Sul: o Orçamento Participativo no Mundo - um convite à cooperação global*. Bona: Engagement Global gGmbH, Service für Entwicklungsinitiativen.

Sintomer, Y., Herzberg, C., & Röcke, A. (2012). *Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo*. *Sociologias*, 14(30). <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000200004>

Sociedade Martins Sarmiento. (2008). *A Sociedade Martins Sarmiento e o projecto para a requalificação do Toural/ Alameda*. Guimarães: Direcção da Sociedade Martins Sarmiento. Obtido 20 de janeiro de 2018, de <http://pedraformosa.blogspot.pt/2008/03/sociedade-martins-sarmiento-e-o-projecto.html>

Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

UMinho., Castro, R. (2013). *Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura: Impactos Económicos e Sociais*. Braga: Universidade do Minho.

UN. (2015). *Documentos Temáticos da Habitat III, 1- Cidades Inclusivas*. New York. Obtido de <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/issue-papers>

UN. (2016a). *Nova Agenda Urbana*. Habitat III - Conferência sobre Cidades e Assentamentos Humanos Sustentáveis para Todos. Quito: United Nations.

UN. (2016b). *World Cities Report 2016 - Urbanization and Development Emerging Cities: Key Findings and Messages*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme. Obtido de http://wcr.unhabitat.org/wp-content/uploads/2017/02/WCR-2016_-Abridged-version-1.pdf

Veldpaus, L. (2015). *Historic urban landscapes : framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Eindhoven: University of Technology.

Veenhoff, J. (2016). *Annual Report Favela Painting Foundation / 2016*. Favela Painting Project. Obtido 20 de setembro de 2017, de http://favelapainting.com/wp-content/uploads/2016/06/Annual-Report-Favela-Painting-Foundation_2016.pdf

Warehouse. (2017). *Cozinha Comunitária Terras da Costa*. [site]. Obtido 10 de junho de 2017, de <http://warehouse.pt/c011-pt.html>

ZUS. (2011). *Test site Rotterdam Permanent Temporality*. Roterdão: IABR - Test site Rotterdam. Obtido de http://www.publicspace.org/files/urbanps/projects-award/J136/epups_test_site_rotterdam_zus_panel_1.pdf

ÍNDICE E CRÉDITOS DE IMAGENS

- 001 **Um olhar sobre o passado e o futuro**
Fonte: <http://peterblumgallery.com/editions/anatomy>
- 002 **A implantação de Brasília**
Fonte: <http://www.hdbilder.eu/bild/202229/luftbild-brasilia-brasilien-hauptstadt-landschaft-districto-federal-president>
- 003 **Alguns dos contributos da proposta “A wish for my city”**
Fonte: (Habitat3, 2018)
- 004 **Relação entre residentes nacionais e não-nacionais nos países europeus**
Fonte: Eurostat (online data code: migr_imm2ctz)
- 005 **“Every wall is a statement” (2016) de Tiago Casanova no Centro Histórico do Porto**
Fonte: <http://www.attitude-mag.com/EN/blog/porto/2016-12-27-every-wall-is-a-statement/>
- 006 **As smart cities procuram englobar vários temas para a competitividade das zonas urbanas de uma forma sustentável e inclusiva**
Fonte: <http://www.eurocities.eu/eurocities/issues/smart-cities-issue>
- 007 **Os degraus entre a não-participação e a capacitação da população propostos por Sherry Arnstein**
Fonte: (Arnstein, 1969)
- 008 **O Orçamento Participativo pelo mundo**
Fonte: (Sintomer, Herzberg, & Röcke, 2012)
- 009 **Com a introdução das TIC, o voto do cidadão ganha espaço na tomada de decisão sobre a cidade**
Fonte: <http://blog.democracyos.org/post/123979440077>
- 010 **Imagem de abertura do Portal de Participação - Lisboa Participa**
Fonte: (CML, 2018)
- 011 **O Urbanismo Tático utiliza métodos de intervenção simples, como a pintura, para melhorar localmente a qualidade de vida das comunidades**
Fonte: (Pfeifer, 2013, p.5)
- 012 **O trabalho próximo entre os arquitectos e as comunidades**
Fonte: <http://ateliermob.com/reportagem-depois-do-fogo-a-513867>
- 013 **Ocupação de um lugar de estacionamento**
Fonte: (Pfeifer, 2013, p.28)
- 014 **Ocupação Puerta del Sol**
Fonte: <https://humanite.fr/vodafone-indigne-de-la-puerta-del-sol>

- 015
Projeto proposto pelo EMEL com 87 lugares de estacionamento
 Fonte: (Caracol da Penha, 2016, p. 24)
- 016
Projeto levado a Orçamento Participativo para a criação de um Jardim Público
 Fonte: (Caracol da Penha, 2018)
- 017
Gráfico com a linha de reflexão do *Caderno*: entre as ações de cidadania e o poder institucional
 Gráfico da autora com imagens utilizadas na apresentação dos casos
- 018
Várias cidades que aderiram ao *Street Play Policy* movimento *Playing Out*
 Imagem do Google earth com apontamentos da autora
- 019
Localização no Bairro central de Santiago: Lastarria y Belas Artes
 Imagem do Google earth com apontamentos da autora
- 020
A ideia do *Shared Places* desenvolvida por Ben Hamilton-Baillie e Paul Boston
 Fonte: (Ocampo, 2015, p. 36)
- 021
A iniciativa passa por envolver os vizinhos para aprovar o fecho do trânsito da rua durante umas horas no dia da semana acordado
 Fonte: (PO, 2018)
- 022
Em Bristol, o *Playing Out* ocorre uma vez por semana numa centena de ruas
 Fonte: (PO, 2018)
- 023
A infografia torna claro o processo para que o movimento se repita nas várias cidades pela mão do cidadão comum
 Fonte: (PO, 2018)
- 024
O *Malón Urbano* é a técnica utilizada pela *Ciudad Emergente* para promover debates entre os vizinhos. O método está descrito em 10 passos
 Fonte: <http://www.ciudademergente.org/es/blog/portfolio/la-guia-del-malon-urbano-en-10-pasos/>
- 025
A mudança de uso da rua tem efeitos na redução de CO2 nas cidades
 Fonte: (CC, 2018)
- 026
O projeto da ocupação da Rua José Miguel de la Barra, em Santiago
 Fonte: (Ciudad Emergente, 2016, p. 64)
- 027
O fecho da rua promove o encontro entre os residentes
 Fonte: (PO, 2018)
- 028
O Urbanismo Tático como metodologia de aplicação das Calles Compartidas
 Fonte: https://www.facebook.com/CiudadEmergente/photos/pcb.201407840276_143/1270428632969399/?type=3&theater

029

O Bairro Terras da Costa localiza-se num vale de uma zona agrícola da Costa da Caparica

Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora

030

A água era transportada em garrafões ou bidões até ao bairro

Fonte: <https://www.publico.pt/2014/07/04/local/noticia/terras-da-costa-terras-de-ninguem-1661606>

031

A grande conquista da comunidade foi o abastecimento de água desencadeado pela Câmara Municipal de Almada, em 2014

Fonte: https://www.facebook.com/pg/cozinha-comunitariadasterrasdacosta/photos/?ref=page_internal

032

O trabalho envolveu uma proximidade com a comunidade

Fonte: <https://www.facebook.com/cozinha-comunitariadasterrasdacosta/photos/a.585609201492969.1073741829.581648775222345/585618668158689/?type=3&theater>

033

Os *workshops* acompanharam a construção da cozinha

Fonte: <https://www.facebook.com/cozinha-comunitariadasterrasdacosta/photos/a.644581175595771.1073741841.581648775222345/644584638928758/?type=3&theater>

034

Implantação da cozinha (fotografia)

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitariadasterrasdacosta-ateliernob-plus-projecto-warehouse/56297d10e58ece22ae00004c-community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse-photo>

035

Implantação da cozinha (planta)

Fonte: (Warehouse, 2017)

036

Refeição em conjunto da comunidade

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitariadasterrasdacosta-ateliernob-plus-projecto-warehouse/56298230e58ece22ae000068-community-kitchen-of-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse-photo>

037

Teatros promovidos pelo *Fronteras Urbanas*

Fonte: https://www.facebook.com/pg/cozinha-comunitariadasterrasdacosta/photos/?tab=album&album_id=856876921032861

038

O programa educativo

Fonte: <https://www.facebook.com/cozinha-comunitariadasterrasdacosta/photos/a.844582365595650.1073741849.581648775222345/844582962262257/?type=3&theater>

- 039
A Cozinha Comunitária é uma conquista de todos
 Fonte: <http://ateliermob.com/cctc-finalista-do-edificio-do-ano-de-475827>
- 040
Projeto de *Haas&Hahn* para as favelas do Rio de Janeiro
 Fonte: <https://www.citylab.com/design/2013/10/just-how-much-neighborhood-transformation-can-you-get-art-project/7237/>
- 041
***Boy with kite* (2007)**
 Fonte: (Favela Painting, 2017)
- Envolvimento da comunidade na pintura, depois da devida formação e algumas indicações de segurança
- 042
 Fonte: <https://www.facebook.com/favelapainting/photos/>
- 043
 Fonte: <https://www.facebook.com/favelapainting/photos/>
- 044
 Fonte: <https://www.facebook.com/favelapainting/photos/>
- 045
Escadas Santa Helena
 Fonte: <http://storefrontnews.org/programming/painting-urbanism-auction/>
- 046
Localização das escadas e da pintura *Boy with Kite*
 Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 047
Vista geral da composição da Praça Cantão
 Fonte: (Favela Painting, 2017)
- 048
Localização da Praça Cantão, a sul do Rio de Janeiro
 Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 049
Escolas de capoeira na Praça Cantão
 Fonte: (Favela Painting, 2017)
- 050
Os residentes ocupam-se da pintura das fachadas
 Fonte: (Favela Painting, 2017)
- 051
Na Vila Cruzeiro, o trabalho envolveu jovens no desenho, na pintura e na inauguração do resultado final
 Fonte: <http://storefrontnews.org/programming/painting-urbanism-auction/>
- 052
Mapa com as intervenções artísticas no Bairro Padre Cruz
 Fonte: <http://festivalmuro.com>
- 053
A cidade de Roterdão
 Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 054
Plano discutido no Atelier Rotterdam sobre a proposta de mobilidade na zona
 Fonte: (ZUS, 2017)

- 055
A proposta previa ativar uma zona verde neste ponto da cidade, entre a zona residencial e a de escritórios
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 056
Proposta apresentada ao *The City Initiative*
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 057
A estrutura da ponte permite a circulação pedonal fácil nesta zona dominada pelas grandes avenidas
 Fonte: <https://www.archdaily.com/770488/the-luchtsingel-zus/55ac1ea8e58ece0f540001d3-the-luchtsingel-zus-photo>
- 058
Através do *crowdfunding* pode-se adquirir uma tábu, uma tira ou uma seção de 1m na qual se pode gravar uma frase ou nome
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 059
A construção de uma ponte que atrevesse as linhas de comboio era o objetivo
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 060
Essa secção tem uma lateral com maior altura de forma a proteger o utilizador do movimento e ruído dos comboios
 Fonte: <http://www.rotterdamcityblog.com/urban-artery-luchtsingel-rotterdam/>
- 061
A montagem no local
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 062
As diversas fases de construção da ponte *De Luchtsingel*
 Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 063
Proposta apresentada ao *CityLab010*
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 064
A ligação da horta com o resto da cidade e com a ponte
 Fonte: <http://www.daktuinen.nu/rotterdam-dakakker/>
- A utilização da ponte**
- 065
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 066
 Fonte: http://2012.iabr.nl/EN/news/120807_Urban.Bootcamp.en.Rolling.6.php
- 067
 Fonte: <http://www.rotterdamcityblog.com/urban-artery-luchtsingel-rotterdam/>
- A dinâmica do Dakakker**
- 068
 Fonte: (Schieblock, 2018)
- 069
 Fonte: <http://ophetdak.com/about-us/>
- 070
 Fonte: (Luchtsingel, 2017)
- 071
O Bairro da Mouraria e o percurso turístico entre o Largo do Intendente e o Largo Adelino Amaro da Costa
 Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora

- 072 **A divulgação do programa de reabilitação da CML em placares de grande dimensão**
Fonte: (ARM, 2017)
- 073 Fonte: (aiMouraria, 2018)
- 074 Fonte: (aiMouraria, 2018)
- 075 Fonte: (aiMouraria, 2018)
- 076 **O logo da Associação Renovar a Mouraria remete para o Bairro em planta com a diversidade de culturas representado pelas cores**
Fonte: <https://www.facebook.com/renovar.a.mouraria/photos/a.1285506761491553.1073742128.194549870587253/1285507238158172/?type=3&theater>
- 077 Fonte: (ARM, 2017)
- 078 **Infografia da localização da Mouradia**
Fonte: <https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/02/08/a-manifesto-for-urban-rehabilitation.html>
- 079 **O impacto do azul no Beco do Rosendo em maquete**
Fonte: <https://edificiomanifesto.wordpress.com/o-projecto/>
- 080 **Transformação da reabilitação**
Fonte: http://www.arteria.pt/portfolio/design-grafico-amandavilar_7.html?slideshow=1&id=8
- 081 Fonte: http://www.arteria.pt/portfolio/design-grafico-amandavilar_7.html?slideshow=1&id=8
- 082 **Plantas da Mouradia**
Fonte: <http://www.arteria.pt/>
- 083 **A procura de um nome para a casa**
Fonte: (ARM, 2017)
- 084 **Contribuição para o jornal do bairro**
Fonte: (ARM, 2017)
- 085 **Sinalização da Mouradia na esquina que permite localizá-la da Rua Poço do Borratém**
Fonte: <http://p3.publico.pt/vicios/em-transito/5733/mouraria-tem-uma-nova-casa-que-e-de-todos>
- 086 **Mapa do *Migrantour*, uma das primeiras iniciativas de visitas guiadas ao bairro por migrantes residentes**
Fonte: (ARM, 2017)

- 087
A população migrante é a população mais ajudada na ARM. Os cursos de português visam a integração destas comunidades
Fonte: (ARM, 2017)
- 088
A utilização do Beco do Rosendo no verão de Lisboa
Fonte: <https://lisboaafriana.com/2015/05/03/sabado-africano-na-associao-renovar-a-mouraria-sab-23-mai-2015/>
- 089
Visitas cantadas
Fonte: (aiMouraria, 2018)
- 090
***Espacios de Paz* decorreu em duas edições: 2014 (branco) e 2015 (cinza)**
Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 091
As diversas fases na construção do *Casa de Paz y Convivencia Comunal*, Barrio 5 de julio
Fonte: <https://archinect.com/picoestudio/project/espacios-de-paz-spaces-for-peace>
- 092
A divisão do programa e o edifício em 3D
Fonte: <https://archinect.com/picoestudio/project/espacios-de-paz-spaces-for-peace>
- 093
Localização do Barrio 5 de julio numa colina
Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 094
O campo de jogos e o impacto na paisagem
Fonte: <https://www.archdaily.com/556620/how-venezuela-s-espacios-de-paz-project-is-transforming-community-spaces>
- 095
No México surge uma proposta semelhante pela mão de alguns participantes
Fonte: <https://espaciosdepazmx.tumblr.com>
- 096
Alguns pontos de referência em Guimarães
Fonte: Imagem do Google Earth com apontamentos da autora
- 097
A Praça de Santiago, no Centro Histórico
Fonte: Fotografias da autora
- 098
A Praça da Oliveira, no Centro Histórico
Fonte: Fotografias da autora
- 099
A intervenção no Largo do Toural do CE-EAUM
Fonte: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-urbana-da-praca-do-toural/>
- 100
Diferença entre a praça de 1953 e a requalificação
Fonte: https://www.viamichelin.pt/web/Sitio-turistico/Guimaraes-4810-Largo_do_Toural-a5pmy0u0

101

Fonte:<http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-urbana-da-praca-do-toural/>

102

Projeto de requalificação engloba a Rua de Santo António, a Praça do Toural e a Alameda de São Dâmaso

Fonte: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-urbana-da-praca-do-toural/>

103

O desenho da calçada e o impacto do varandim de Ana Jotta

Fonte: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-urbana-da-praca-do-toural/>

A Praça do Toural atualizou a sua imagem, abrindo a paisagem, mas continua com uma utilização pacífica e amiga do peão

104

Fonte: Fotografias da autora

105

Fonte: Fotografias da autora

106

Fonte: Fotografias da autora

107

O espaço para o peão é generoso mas não exclui a presença do automóvel que é visto como um ponto positivo pelos lojistas e residentes no Centro Histórico

Fonte: Fotografias da autora

108

A requalificação deu uma nova cara à entrada de Guimarães ao redor da zona muralhada da cidade

Fonte:<https://reflexodigital.com/ave-questiona-parque-estacionamento-no-miolo-da-rua-da-caldeira/>

109

Bairro Nossa Senhora da Conceição

Fonte:<http://mapa2012.tumblr.com/post/18065462982/reabilitacao-do-bairro-de-nossa-senhora-da>

110

Turma 2012/2013 do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias

Fonte: Fotografia do Pritzkar